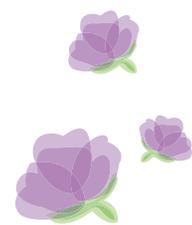


Gênero na
Amazônia



Belém, n. 27, janeiro/junho, 2025



GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero

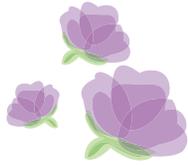


Coordenação

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA)
Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

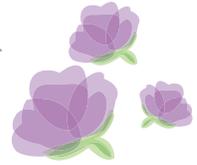
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Luiz Augusto Pinheiro Leal (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP) - *In Memoriam*; Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 27, janeiro/junho, 2025



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é Professora Adjunto 4 (IFCH/UFPA; Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA); graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades (GEPEM/UFPA). Área temática: gênero, afetividades, sexualidades, diversidade sexual.

Adelma Pimentel é Professora Titular na UFPA. PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela UEVORA-PT; Orientadora de mestrado e doutorado na UFPA, linha de pesquisa: Fenomenologia: teoria e Clínica.

Copyright ©2025/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Adelma Pimentel
Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Telma Amaral Gonçalves

Editores do Periódico para Web

João Santiago Lisboa
Ana Carolina Álvares Branco
Adelma Pimentel

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Revisão Técnica

Responsabilidade dos/as autores/as a revisão gramatical final do texto.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 27 (jan./jun. 2025). - Belém: GEPEM, 2025.

ISSN 2238-8184

Qualis B2

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/www.gepem-ufpa.com.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; gepem-ufpa.com.br/observatorio

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem **Instagram:** [@gepemufpa](https://www.instagram.com/gepemufpa)



*Um olhar para a Mulher da Amazônia Paraense
sob Diferentes Ópticas*

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO 09

Maria Luzia Miranda Álvares

Ana Carolina Álvares Branco



SEÇÃO A



Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero

Representações Femininas nas Aparelhagens de Belém-PA: uma análise fenomenológica 15

Representaciones Femeninas en los Equipos de Sonido de Belém-PA: un análisis fenomenológico

Female Representations in Sound Systems in Belém-PA: a phenomenological analysis

Joliane Kate Nascimento Pinto

Sônia Maria Moraes Chada



SEÇÃO B



Violência de gênero em diferentes dimensões

Violência Doméstica no Jornalismo Paraense Durante a Pandemia de COVID-19 27

Violencia Doméstica en el Periodismo Paraense Durante la Pandemia de COVID-19

Domestic Violence in Pará Journalism During the COVID-19 Pandemic

Lorena Coelho de Oliveira

Regina Lúcia Alves de Lima

SEÇÃO C

Trabalho feminino, Cuidados e Direitos

Serviço Social, Trabalho e Gênero na Política de Saúde: perfil de assistentes sociais de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará 45

Trabajo Social, Trabajo y Género en la Política de Salud: un perfil de los trabajadores sociales en los hospitales del Sistema Único de Salud (SUS) en el Estado de Pará

Social Work, Labor and Gender in Health Policy: a profile of social workers in hospitals of the Uni-fied Health System (SUH) in the State of Pará

Thaize de Sousa Medeiros

Vera Lúcia Batista Gomes

SEÇÃO D

Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação

FeLin: feminismo e linguagem em um projeto de extensão 63

FeLin: feminismo y lenguaje en un proyecto de extensión

FeLin: feminism and language in an extension project

Élidi Preciliana Pavanelli

A Justiça é uma Mulher Negra?: uma reflexão sobre os marcadores sociais da diferença de raça e gênero na composição do Sistema de Justiça paraense 71

¿La Justicia es una Mujer Negra?: una reflexión sobre los marcadores sociales de la diferencia de raza y género en la composición del Sistema de Justicia paraense

Is Justice a Black Woman?: A reflection on the social markers of race and gender in the composition of the Pará State Justice System

Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães

Livia Oliveira Rickmann

SEÇÃO E

Participação, História e Representação política de mulheres

Límites e Potencialidades da Pesquisa em Fontes Inquisitoriais para a História das Mulheres na Amazônia 91

Límites y Potencialidades de la Investigación en Fuentes Inquisitoriales para la Historia de las Mujeres en la Amazonía

Limits and Potentials of Research in Inquisitorial Sources for the History of Women in the Amazon

Juliane de Miranda Souza

Rafael Ivan Chambouleyron

SEÇÃO F

Entrevista

Mulheres Amazônidas na Tecnologia: quando ativismo tecnológico e ambiental se encontram 101

Celina Leila Chagas de Oliveira Coelho

Danielle Costa Carrara Couto



Um olhar para a Mulher da Amazônia Paraense sob Diferentes Ópticas

Na 27ª Edição deste periódico, apresentamos às/aos leitoras/es o primeiro volume de 2025. Nesta publicação, observamos a predominância da região paraense como cenário para as pesquisas sobre a representação da mulher nos diversos meios em que se insere (trabalho, cultura, mídia, tecnologia etc.). Organizamos esta edição em sete seções: **a) Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero; b) Violência de gênero em diferentes dimensões; c) Trabalho feminino, Cuidados e Direitos; d) Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação; e) Participação, História e Representação política de mulheres; e Seção f) Entrevista.**

Na **Seção A**, temos o artigo **“Representações Femininas nas Aparelhagens de Belém-PA: uma análise fenomenológica”**, desenvolvido por Joliene Kate Nascimento Pinto e Sônia Maria Moraes Chada, que aborda uma pesquisa fenomenológica feita com base em revisão bibliográfica, buscando avaliar, através de 7 artigos disponíveis *online* e que abordam especificamente a temática das festas de aparelhagem na região amazônica, como se dá a representação feminina nesse meio cultural através do olhar subjetivo desses pesquisadores – “considerando aspectos como discurso, performance e visualidade”. A pesquisa conclui que, embora se observe que a cultura das aparelhagens exerça grande influência na construção das representações femininas para o público periférico da nossa região, apresentando padrões que ora reforçam a objetificação feminina e ora ressignificam e abrem espaço para o protagonismo destas mulheres (produtoras, cantoras, *DJs*, dançarinas...), ainda são necessários maiores estudos acadêmicos voltados à temática em questão, com pesquisa de campo, observação direta e entrevistas, a fim de se ter maior compreensão e aprofundamento sobre a vivência das mulheres nesses espaços.

Na **Seção B**, o artigo **“Violência Doméstica no Jornalismo Paraense Durante a Pandemia de COVID-19”**, de Lorena Coelho de Oliveira e Regina Lúcia Alves de Lima (orientadora), investiga, por meio da análise de seis notícias publicadas de janeiro a dezembro de 2020, como se deu a cobertura de casos de violência doméstica no Portal *OLiberal* durante o primeiro ano da Pandemia de COVID-19, objetivando entender como essa problemática é abordada na região e identificando as estratégias jornalísticas utilizadas, além de definir um perfil das mulheres e homens envolvidos nos casos. A investigação conclui que o processo de produção dessas notícias é contaminado por visões e práticas machistas e antiéticas, com predominância da escolha de anunciar casos em que houve mortes – destacando aspectos cruéis da morte e pouco abordando dados relevantes sobre o perfil das vítimas e de seus agressores –, sobretudo de situações ocorridas fora do Estado paraense, percebendo-se uma invisibilidade na cobertura local, haja vista que, dentre as notícias analisadas, apenas 1 (uma) estava relacionada à nossa região.

Na **Seção C**, temos o artigo **“Serviço Social, Trabalho e Gênero na Política de Saúde: perfil de assistentes sociais de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará”**. A pesquisa em questão, realizada pelas autoras Thaize de Sousa Medeiros e Vera Lúcia Batista Gomes, é resultado da tese de doutoramento da primeira, e busca “refletir sobre a relação entre Serviço Social, trabalho e gênero na política de saúde, abordando a tendência de feminização da profissão e do cuidado, atravessada pela questão de gênero e racial”, ao analisar o perfil de assistentes sociais de quatro hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará. O trabalho foi pautado pelo método dialético e pela “teoria social marxista, pesquisa de nível descritivo e explicativo, abordagem quantitativa-qualitativa, revisão de literatura e pesquisa empírica”. O artigo conclui com a observação de que tal profissão, na nossa região, ainda é predo-

minantemente feminina, com a maioria das profissionais sendo negras/pardas, majoritariamente casadas e solteiras, e na faixa etária acima dos 31 anos.

Na **Seção D**, o trabalho de Éliidi Preciliana Pavanelli: **“FeLin: feminismo e linguagem em um projeto de extensão”**, apresenta um relato de experiência no decorrer de um projeto de extensão, parte da pesquisa maior “Repensando práticas docentes de línguas: contribuições dos estudos feministas”, vinculada ao Grupo de Estudos em Linguagem, Letramentos, Tecnologias e Diferenças (GELLTED) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tal projeto de extensão teve por finalidade promover uma formação-continuada *online* com professores da educação básica, “abordando estudos feministas, letramentos críticos e a BNCC de Linguagens”. O mesmo utilizou como metodologia a pesquisa-formação na cibercultura, valorizando o protagonismo dos sujeitos e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Foram dez encontros realizados de maneira virtual com docentes (e mesmo profissionais de outras áreas, como psicologia e direito) em busca de discutir feminismo, identidade de gênero, racismo etc., e em como trabalhar essas temáticas – que muitas vezes são polemizadas e até mesmo censuradas por determinadas instituições – em sala de aula. A pesquisadora observou que há uma demanda significativa por formações que tratem dessas temáticas e de como elas podem ser trazidas para dentro da realidade escolar. Evidencia tanto o desejo de transformação quanto os desafios enfrentados por docentes pela falta de apoio institucional e pela propagação da desinformação, reconhecendo que “a formação docente para a abordagem de gênero e linguagem inclusiva é um processo contínuo, que exige abertura, escuta, atualização teórica e coragem ética.”

A seção segue com o texto **“A Justiça é uma Mulher Negra?: uma reflexão sobre os marcadores sociais da diferença de raça e gênero na composição do Sistema de Justiça paraense”**, em que as autoras, Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães e Livia Oliveira Rickmann, aplicam a perspectiva interseccional como forma de compreensão das problemáticas sociais e, buscando em conjunto com uma revisão teórica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com três mulheres negras atuantes no cenário jurídico, refletem sobre a atual composição de gênero e raça do Sistema de Justiça brasileiro no contexto paraense. O texto explora e analisa, por meio do baseamento histórico e do contexto de formação do processo sistêmico capitalista no Brasil, o que influenciou as desigualdades de gênero, raça e classe, e como isso ainda persiste e interfere nas vivências de mulheres negras com carreira no Sistema de Justiça paraense na contemporaneidade.

Na **Seção E**, a pesquisa **“Limites e Potencialidades da Pesquisa em Fontes Inquisitoriais para a História das Mulheres na Amazônia”**, de Juliane de Miranda Souza e de Rafael Ivan Chambouleyron, é resultado de um plano de trabalho intitulado *“Entre orações, práticas mágicas e sociabilidades multirraciais: as perseguidas negras na mesa do Santo Ofício da Inquisição no Grão-Pará (1763-1769)”*, com ênfase para o trabalho de conclusão do curso apresentado por Juliane Souza à Faculdade de História, da UFPA. A discussão favorece as possibilidades e potencialidades de reconstrução das experiências femininas, relações de poder e práticas culturais na Amazônia colonial através das fontes inquisitoriais da Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará, de 1763 a 1769; analisa os limites e as metodologias que devem ser levadas em consideração ao avaliar esse material, visto que tais documentos não retratavam a realidade de forma transparente, mas com uma visão permeada por preconceitos, repressão religiosa e mentalidade patriarcal do período do Brasil-Colônia.



Na **Seção F**, a entrevista de Celina Leila Chagas de Oliveira Coelho à Profa. Dra. Danielle Costa Carrara Couto/UFPA, relata o ser uma mulher amazônida trabalhando na área de tecnologia, e os projetos e trabalhos realizados na região pela entrevistada.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), agosto de 2025.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e

Relações de Gênero-GEPEN

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.

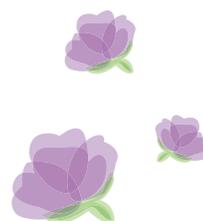




Seção

A

**Cultura e Resistência na
construção da equidade de
gênero**



Representações Femininas nas Aparelhagens de Belém-PA: uma análise fenomenológica*Representaciones Femeninas en los Equipos de Sonido de Belém-PA: un análisis fenomenológico**Female Representations in Sound Systems in Belém-PA: a phenomenological analysis***Joliene Kate Nascimento Pinto****Sônia Maria Moraes Chada**

Resumo: Este artigo analisa as representações femininas nas aparelhagens de som de Belém do Pará, utilizando a fenomenologia como abordagem central, baseada em revisão bibliográfica. A pesquisa busca compreender os significados atribuídos às mulheres dentro desse fenômeno cultural, considerando aspectos como discurso, performance e visualidade. O estudo evidencia a dualidade entre empoderamento e objetificação no contexto das aparelhagens, além de destacar a escassez de estudos acadêmicos sobre o tema. Os resultados apontam que, apesar da predominância de representações femininas voltadas à sensualidade e ao entretenimento, há uma crescente ressignificação do papel da mulher, tanto como protagonista artística quanto como agente de resistência nesse cenário.

Palavras Chave: Cultura popular. Corpo. Representações Femininas. Aparelhagens.

Resumen: Este artículo analiza las representaciones femeninas en los equipos de sonido de Belém do Pará, utilizando la fenomenología como enfoque central, basado en una revisión bibliográfica. La investigación busca comprender los significados atribuidos a las mujeres dentro de este fenómeno cultural, considerando aspectos como el discurso, la performance y la visualidad. El estudio pone de manifiesto la dualidad entre el empoderamiento y la cosificación en el contexto de los equipos de sonido, además de destacar la escasez de estudios académicos sobre el tema. Los resultados apuntan a que, a pesar del predominio de representaciones femeninas orientadas a la sensualidad y al entretenimiento, existe una creciente reinterpretación del papel de la mujer, tanto como protagonista artística como agente de resistencia en este escenario.

Palabras Claves: Cultura popular. Cuerpo. Representaciones femeninas. Equipos de sonido.

Abstract: This article analyzes female representations in sound systems in Belém do Pará, using phenomenology as a central approach, based on a bibliographic review. The research seeks to understand the meanings attributed to women within this cultural phenomenon, considering aspects such as discourse, performance and visuality. The study highlights the duality between empowerment and objectification in the context of sound systems, in addition to highlighting the scarcity of academic studies on the subject. The results indicate that, despite the predominance of female representations focused on sensuality and entertainment, there is a growing redefinition of the role of women, both as artistic protagonists and as agents of resistance in this scenario.

Keywords: Popular culture. Body. Female Representations. Sound systems.

Joliene Kate Nascimento Pinto – Mestranda em Artes pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e técnica em Nutrição e Dietética pela EETEPA. E-mail: jollienascimento73@gmail.com

Sônia Maria Moraes Chada – Doutora e Mestre em Música, com ênfase em Etnomusicologia, pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Oboé (1984) e licenciada em Música (1985) pela Universidade de Brasília. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA, 2013). É Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará, atuando na graduação e pós-graduação, com pesquisas em etnomusicologia, cultura musical paraense, percepção e execução musical. E-mail: sonchada@gmail.com

INTRODUÇÃO

1. As Aparelhagens e a Representação Feminina: elementos introdutórios

As aparelhagens de som¹ em Belém do Pará são um fenômeno cultural e social de grande relevância na região amazônica. Essas gigantescas estruturas de som, luz e imagem não apenas moldam o cenário musical da cidade, mas também influenciam dinâmicas sociais e estéticas. No centro dessas dinâmicas, encontra-se a representação feminina, que pode assumir diferentes formas, transitando entre a valorização da presença da mulher e a reprodução de estereótipos de gênero.

A análise das representações femininas nesse contexto revela um campo de tensões. Enquanto a cultura das aparelhagens pode reforçar padrões de objetificação, também há espaços para a ressignificação do feminino e para a afirmação de protagonismo nesse universo musical.

Para Canclini (2007), o hibridismo cultural – que resulta da mistura entre tradições e influências modernas – permite compreender como as aparelhagens, ao combinarem elementos tradicionais e contemporâneos, tornam-se um espaço de produção e contestação de identidades, incluindo as de gênero.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: **De que maneira as representações femininas são construídas e ressignificadas nas aparelhagens de Belém-PA, considerando uma abordagem fenomenológica?**

O estudo tem como objetivo investigar como a figura feminina é representada nas aparelhagens de Belém, a partir de uma análise fenomenológica baseada em revisão bibliográfica. Especificamente, busca-se: a) identificar os principais estereótipos femininos reproduzidos nas aparelhagens; b) analisar como a presença feminina se manifesta nas performances e discursos desse contexto; e c) explorar a possibilidade de ressignificação do papel da mulher nesse cenário cultural. A abordagem fenomenológica permite interpretar as experiências e significados atribuídos ao feminino nesse espaço. Além disso, por meio da revisão de literatura, busca-se compreender as narrativas que permeiam a cultura das aparelhagens e seu impacto nas representações femininas.

2. Mapeando as Narrativas: o trilhar metodológico

Para a realização dessa pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura. Gerhardt e Silveira (2009) pontuam que é a fase em que a pesquisa absorve as informações documentais sobre conhecimentos acumulados de acordo com o tema da pesquisa. Concordando, também, com a expressão de obras científicas e filosóficas sobre um determinado assunto.

Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência. Também correspondem como material para a pesquisa bibliográfica “[...] os livros de leitura corrente [que] abrangem as obras referentes aos diversos gêneros literários (romance, poesia, teatro etc.) e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos” (GIL, 2002, p. 44).

Quanto ao objetivo da pesquisa, embasando-se em Gil (2008, p.27), esta é uma pesquisa exploratória, pois “[...] tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos

¹ São representadas por uma grande estrutura de som, jogos de luzes, efeitos pirotécnicos e conta com a presença de um *Dj*, este sendo o animador da festa, as festas de aparelhagem fazem parte e são encontradas em todo o território paraense. No ano de 2022, foi declarada como patrimônio cultural imaterial do Pará. Disponível em: <<https://alepa.pa.gov.br>>. Acesso em: 20/02/2025.

e ideias [...]” assim como “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, neste caso, sobre a representação feminina nas festas de aparelhagens de Belém-PA.

A pesquisa é de cunho qualitativo pois, segundo Pope e Mays (2005), é a pesquisa onde as pessoas atribuem suas experiências do mundo social e sua percepção sobre esse mundo, tanto como interpretar como as interações nesse meio. Comumente a isso, pode ser referida como pesquisa *interpretativa*.

A pesquisa se deu nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Google Acadêmico e Repositório da CAPES, utilizando os seguintes descritores, na língua portuguesa: “aparelhagens”, “festa”, “representação feminina”, além do operador lógico “and” para a combinação dos termos.

A pesquisa obedeceu aos seguintes critérios de inclusão/exclusão: 1) artigos em português; 2) não houve recorte temporal; 3) disponíveis *online* e gratuitamente; 4) que dialogam sobre o fenômeno das aparelhagens na cidade de Belém-Pa. Em seguida, foram selecionados 7 artigos e interpretados, onde 1 artigo dialoga diretamente com a temática e 6 artigos dialogam de forma transversal. Após isso, se iniciou uma análise de conteúdo, que segue procedimentos de pesquisa que permitem descrever de forma sistemática as informações sobre os dados coletados (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

A técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) foi empregada para codificar as unidades de sentido presentes nos textos selecionados, categorizando as representações femininas segundo aspectos discursivos, performáticos e simbólicos. A leitura fenomenológica permitiu compreender como essas experiências se dão no nível da vivência e da percepção, respeitando a subjetividade dos autores e das narrativas analisadas.

Para refinar os resultados, também foi feito uma pesquisa nos materiais culturais e midiáticos como videoclipes e documentários sobre as festas de aparelhagem em Belém-PA. O estudo está ancorado em uma abordagem fenomenológica que permite a interpretação dos dados bibliográficos na busca de identificar e dialogar sobre os significados atribuídos às representações femininas nas aparelhagens de Belém-PA, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 1- N° Final de Artigos encontrados por Base de dados

Base de Dados	N° de Artigos
Scielo	0
Repositório CAPES	6
Google Acadêmico	1
Total	7 Artigos

Fonte: Elaboração da Autora (2025).

A metodologia fenomenológica foi utilizada para analisar os artigos revisados, com foco na vivência e nos significados atribuídos às representações femininas nas aparelhagens. Segundo Husserl (2006) e Merleau-Ponty (1999), a fenomenologia procura entender as estruturas da experiência humana a partir da percepção e da maneira como os fenômenos são experimentados.

Assim, a análise dos textos ultrapassou uma simples descrição dos conteúdos, buscando padrões de significação ligados ao corpo feminino, às performances e à participação das mulheres nesse contexto cultural. A interpretação fenomenológica revelou como diferentes autores entendem e representam o feminino nas aparelhagens, mostrando não apenas narrativas que objetificam, mas também aspectos de ressignificação e resistência das mulheres envolvidas. Assim, a pesquisa focou na percepção subjetiva contida nos estudos analisados, procurando identificar nuances e contradições nas maneiras como a mulher é construída e representada nesse ambiente cultural.

3. Resultados e Discussões: desvendando representações e protagonismos

Os artigos foram organizados de acordo com suas características que envolvem autor da pesquisa, título da pesquisa e ano de publicação, como mostra o Quadro a seguir:

Quadro 01- Artigos Analisados

AUTOR	TÍTULO	ANO
Ricardo Catete; Neusa Pressler e Denison Barbosa	AO SOM DAS PODEROSAS: A memória do brega e a representação feminina nas relações de poder do tecnobrega paraense.	2013
Fernando Rodrigues	Do confraternal ao profissional: periferização urbana e os empreendedores de diversão no circuito de aparelhagens em Belém, Pará.	2016
Patrícia do Socorro Chaves de Araújo; Anacleto Araújo dos Santos e Eduarda Moura da Silva.	Festas de Aparelhagem em Belém – Pará: Lazer dos Celebrantes na Visão dos Comandantes.	2022
Antônio Maurício Dias da Costa	O caboclo forte tupinambá: aparelhagem sonora, agência e religião em Belém do Pará.	2018
Hans Cleyton Passos da Costa	O arrasta povo do Pará: intersubjetividade e tipificações nas festas da aparelhagem Super Pop.	2019
Andrey Faro de Lima	A “moda” das aparelhagens.	2016
Andrey Faro de Lima e Edgar Monteiro Chagas	O fenômeno das festas de aparelhagem: experiências, gregarismos e contradições.	2019

Fonte: Elaboração própria (2025).

Entende-se que, a partir das análises, é possível aprofundar a compreensão dos principais elementos da cultura que demarcam as representações femininas nas festas de Aparelhagem em Belém-PA, bem como identificar as tematizações e possibilidades desse diálogo para a comunidade científica. Essa análise permitiu explorar e descrever de forma mais abrangente como a representação feminina no fenômeno das festas de aparelhagem contribui para o fortalecimento da identidade cultural das participantes deste fenômeno cultural.

A “Antropologia do Corpo”, como campo de estudo e prática, está profundamente ligada ao corpo e às diversas formas como ele é percebido e representado na sociedade (LE BRETON, 2011). As aparelhagens, como espaço cultural, oferecem uma visão particular do corpo feminino,



muitas vezes associado a padrões estéticos e performances específicas (como danças sensuais). Analisar essas representações no campo da Antropologia do Corpo contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e promove uma compreensão mais ampla e inclusiva do corpo feminino.

A construção simbólica do feminino nas aparelhagens não pode ser desvinculada dos processos históricos e políticos que moldam o lugar social das mulheres na Amazônia paraense. Como propõe Bourdieu (2002), a dominação masculina é sustentada por dispositivos simbólicos que naturalizam assimetrias de poder, inclusive no campo da cultura popular. Nessa direção, a cultura bregueira e das festas de aparelhagens, embora abriguem espaços de ressignificação, também reproduzem lógicas patriarcais que erotizam e exotizam o corpo feminino sob o manto do entretenimento.

Contudo, pressupõe que uma nova visão do corpo, levando em conta sua especificidade e complexidade, demonstra o conhecimento inato possuído pelos indivíduos e suas origens culturais, como destaca Le Breton (2006, p.8), “o corpo é antes de tudo uma construção simbólica, um lugar onde se inscrevem valores e significados socialmente partilhados”.

O corpo, neste contexto, no âmbito das questões sociais, é englobado por um universo de expressão e subjetividade, que serve como reflexo da cultura. Isso inclui os gestos e movimentos corporais que são (re)criados num contexto cultural e transmitidos de uma geração para outra, infundidos de vários significados (DARIDO, 2003).

Considerando que a Antropologia do Corpo envolve corpo, movimento e expressão cultural, ao tratar desse corpo do ponto de vista social e simbólico, ele está entrelaçado com conhecimentos experienciais. Esse diálogo determina a influência de novas experiências de mundo através do corpo, possibilitando ao sujeito “(re)criar” novas compreensões e novos conceitos, afirmando-se como ser cultural e social, apoiando-se como aprendiz da própria existência (AMORIM, 2016).

No que diz respeito à gênese do fenômeno das aparelhagens em Belém do Pará, Rodrigues (2016, p. 541) pontua que:

As aparelhagens em Belém são empreendimentos que surgiram em bairros “periféricos” nos quais residiam grupos com renda intermediária, oferecendo serviços de diversão a baixo custo para moradores de regiões citadinas de baixa reputação social. A demanda por diversão dançante de indivíduos residentes nessas áreas, satisfeitas através de pagamento monetário, formou-se como uma dimensão da urbanização acentuada dos modos de vida de grupos humanos que se deslocaram de pequenas cidades, zonas rurais e ribeirinhas e de outras regiões dos estados do Pará, em direção a capital, especialmente a partir dos anos 1960.

Na contemporaneidade, pode-se dizer que as festas de aparelhagens trazem diversos benefícios para o público que a consomem, não somente da perspectiva da diversão, mas atrelada a fatores psicossociais que contribuem para o bem-estar dos seus brincantes, conforme explicita Araújo, Santos e Silva (2022, p. 385):

(...) É possível perceber as festas de aparelhagem como grandes fenômenos sociais e importantes não só para o bem-estar físico, como também para a construção de uma identidade que tem papel fundamental na maneira como se utiliza o tempo livre, afinal, o que fazemos deliberadamente desse tempo diz

muito sobre aquilo que somos, como nos identificamos e como queremos ser percebidos por aqueles que nos observam.

Ao pensar a partir do processo construtivo no decorrer do tempo em relação à visibilidade do público feminino no cenário polifônico das aparelhagens paraenses, a figura feminina pode ser representada de diversas maneiras, conforme destacamos nos tópicos abaixo.

4. Protagonismo Feminino nas Aparelhagens: entre letras, palcos e visibilidade

A presença feminina nas aparelhagens se manifesta de diversas formas, tanto nas composições musicais quanto nas performances ao vivo. As letras das músicas desempenham um papel fundamental na construção da imagem da mulher nesse contexto. Muitos sucessos do tecno-brega e do *melody*² narram histórias de amor, traição e desilusão, frequentemente colocando a figura feminina como personagem central.

Segundo Catete, Pressler e Barbosa (2013, p. 14):

o Brega e, posteriormente, o Tecnobrega Paraense utilizou letras envolvendo as temáticas femininas nas composições, até então interpretadas somente por cantores em diferentes momentos. No entanto, na evolução dos discursos desse estilo musical e movimento social e cultural, a figura feminina passou a ter relações de poder, quando além de configurar como principal sujeito das letras, passa também a ocupar lugar de destaque como intérpretes nas diferentes formas de mídia. A descrição das carreiras artística de Gaby Amarantos, Joelma Mendes e Keila Gentil são exemplos dessa constatação.

Para Catete, Pressler e Barbosa (2013), inicialmente, as músicas retratavam a mulher de forma passiva, mas, com o tempo, as cantoras começaram a ocupar um espaço de protagonismo, interpretando suas próprias narrativas e desafiando a predominância masculina na cena musical, trazendo nomes como Gaby Amarantos, Joelma Mendes e Keila Gentil, que consolidaram suas carreiras no gênero musical.

Além do protagonismo nas letras, a visibilidade da mulher também se dá nos palcos, onde desempenham papéis distintos. Muitas atuam como vocalistas e *DJs*, conquistando espaço e reconhecimento na cena musical paraense. No entanto, a presença feminina nos palcos não se limita à música: as dançarinas, muitas vezes chamadas de “musas” ou “gostosas”, desempenham um papel fundamental na estética e identidade visual das festas. Suas performances incorporam elementos de sensualidade e expressão corporal, contribuindo para a experiência imersiva das aparelhagens. Contudo, essa visibilidade também carrega desafios, pois a ênfase na aparência física pode reforçar padrões estereotipados de feminilidade.

Sousa (2022, p. 448) argumenta que:

Nesse sentido, é a figura feminina que adquire destaque no espaço cultural, político e social em que atua. É o feminino, portanto, que contradiz a lógica normativa, reconfigurando os modelos e ocupando os espaços imaginário e sim-

² Ritmos esses que são vertentes do Brega paraense e estão ligados diretamente às inovações tecnológicas; se caracterizam pelas batidas marcantes e o ritmo acelerado que são produzidos em estúdios e usam recursos computadorizados alterando a voz, tornando a batida mais dançante.

bólico de relações de poder naturalizadas. Seu corpo, como ato performativo, adquire conotação política na medida em que coloca em xeque a lógica normativa e nos proporciona outro modo de olhar a mulher e seu protagonismo na construção da cultura musical paraense.

Desse modo, a performance corporal feminina nesse espaço pode ser interpretada como um ato político, uma vez que desafia normas hegemônicas de gênero. Assim, as mulheres nas aparelhagens transitam entre a objetificação e o empoderamento, ressignificando sua presença e reivindicando espaços historicamente dominados por homens.

5. Muito Além do Palco: as mulheres que fazem a festa acontecer

A presença feminina entre o público das festas de aparelhagem também é significativa. As mulheres participam ativamente, não só como espectadoras, mas também como protagonistas nas dinâmicas sociais desses eventos. No entanto, a forma como elas são percebidas e tratadas podem variar, refletindo as complexidades das relações de gênero na cultura paraense (COELHO, 2022).

Catete, Pressler e Barbosa (2013) demonstram que a figura feminina atua como a inspiração dentro do cenário musical, e que a maioria dos sucessos envolvem narrativas femininas, sejam elas de amor, de decepção ou de traição.

Não só a mídia, mas também a música tecnobrega se apropriam das redes de memórias, na seleção de letras e na exploração das imagens da figura feminina. Dessa forma, as escolhas da veiculação da temática tecnobrega são, geralmente, motivadas por atravessamentos históricos, culturais e sociais de uma sociedade. (CATETE; PRESSLER; BARBOSA, 2013, p. 7)

Para Catete, Pressler e Barbosa (2013), as principais representantes desse movimento tecno é a Joelma Mendes (ex-integrante da banda Calypso), Gaby Amarantos, que recentemente foi premiada no Grammy latino, e Keyla Gentil (vocalista da banda Gang do Eletro). Para os autores, essas mulheres representam uma figura feminina forte, empoderada e dona de si, adquirindo espaços em um cenário musical que, por muito tempo, foi liderado por homens.

6. Batidas da Resistência: o empoderamento feminino nas aparelhagens

Ao mesmo tempo, algumas mulheres têm encontrado nas aparelhagens um espaço de empoderamento. Elas podem se apropriar desses espaços para expressar sua sexualidade e identidade, desafiando normas e estereótipos de gênero. Algumas artistas e *DJs* mulheres têm se destacado e contribuído para a transformação do papel feminino nas aparelhagens, promovendo uma visão mais inclusiva e diversificada. No entanto, são poucas as mulheres que conseguem ter visibilidade nesse cenário, conforme pontua *DJ* Meury, artista paraense, em uma entrevista para o Grupo Liberal:

A paraense *DJ* Meury, de Cametá, diz que estava sentindo falta desse questionamento há um tempo, uma vez que pela própria contagem da artista, a cada 10 *DJs* no Pará, duas são mulheres. Ela destaca que essa quantidade se deve à falta de espaço e incentivo às mulheres no segmento. “A gente sabe que há machismo nesse nosso meio, pois os homens predominam. Nós já até tivemos *Dj*’s

mulheres à frente de aparelhagens, como a Dj Ágata e Potência, mas os homens predominam nesse espaço”, destaca a artista.

Para além da crítica feminista clássica, é fundamental incluir perspectivas de mulheres negras e amazônidas. Carneiro (2003) discute a interseccionalidade entre raça e gênero como eixo central das representações sociais, o que pode contribuir para uma leitura mais situada da presença feminina nas aparelhagens. A compreensão da mulher amazônida enquanto corpo político e ancestral exige considerar marcadores que extrapolam o gênero e incorporam dimensões raciais e territoriais.

A negociação entre cultura, corpo e gênero no mercado polifônico das aparelhagens do Pará é um processo complexo, em que múltiplas forças sociais, econômicas e culturais interagem para moldar identidades e representações. As aparelhagens não são apenas espaços de entretenimento, mas também arenas onde se disputam e negociam significados relacionados ao corpo e ao gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Corpo Feminino em Cena nas Aparelhagens

Diante do exposto, fica evidente que a cultura das aparelhagens de Belém do Pará exerce um papel significativo na construção das representações femininas, ora reforçando padrões de objetificação ora abrindo espaço para protagonismo e ressignificação do feminino. O estudo revelou que, embora a figura da mulher esteja amplamente presente nesse cenário, sua participação ainda enfrenta desafios estruturais, como a predominância masculina na produção e na gestão desses eventos.

Além disso, a revisão bibliográfica mostrou uma carência de estudos acadêmicos sobre a temática, o que reforça a necessidade de mais investigações sobre as relações de gênero dentro desse fenômeno cultural. A fenomenologia, como abordagem interpretativa, permitiu compreender como o corpo feminino é percebido, representado e negociado nesse universo, tanto nas performances quanto nas narrativas musicais.

Para estudos futuros, sugere-se uma abordagem metodológica que envolva pesquisa de campo utilizando como ferramentas entrevistas e observações diretas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da vivência das mulheres nesse espaço. Dessa forma, será possível ampliar o debate sobre a participação feminina nas aparelhagens, contribuindo para a valorização e a visibilidade das mulheres nesse cenário musical e cultural.

Por fim, este artigo se insere como uma etapa exploratória de um projeto mais amplo sobre gênero e musicalidade na Amazônia Paraense. Embora o estudo seja bibliográfico, aponta caminhos para pesquisas empíricas futuras. O aprofundamento dessas questões por meio de entrevistas e observação participante pode ampliar o campo de análise sobre o protagonismo feminino nas aparelhagens.

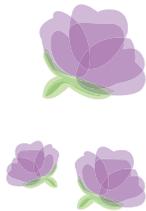
REFERÊNCIAS

- AMORIM, Willian Campos. Educação Física e Corporeidade: educação do movimento ou educação pelo movimento?. *EF Deportes. Revista Digital*. Buenos Aires, ano 21, nº 215, abril de 2016. Disponível: <<https://www.efdeportes.com/efd215/educacao-fisica-e-corporeidade.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- ARAÚJO, Patrícia do Socorro Chaves de; SANTOS, Anacleto Araújo dos; SILVA, Eduarda Moura da. Festas de Aparentação em Belém - Pará: Lazer dos Celebrantes na Visão dos Comandantes. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 369–393, 2022. DOI: 10.35699/2447-6218.2022.39110. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/39110>>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4º ed, São Paulo: EDUSP, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117–133, dez. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>.
- CATETE, Ricardo; PRESSLER, Neusa; BARBOSA, Denison. Ao som das poderosas: a memória do brega e a representação feminina nas relações de poder do tecnobrega paraense. *✓ Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Música: territórios e fronteiras da música midiática*. Belém, PA, 2013.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- COELHO, Flávia dos Santos. *O circuito bregueiro de Belém do Pará: compreendendo a dimensão ocupacional dos Bailes da Saudade*. 2022. 137p. Texto final da Dissertação de Mestrado em Terapia Ocupacional-Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2022.
- COSTA, Antônio Maurício da. O CABOCLO FORTE TUPINAMBÁ: APARELHAGEM SONORA, AGÊNCIA E RELIGIÃO EM BELÉM DO PARÁ. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 99, p. e349903, 2019.
- DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2003.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 120 p.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HUSSERL, Edmund. *Ideias para uma Fenomenologia pura e para uma Filosofia Fenomenológica*. Tradução de Márcio Suzuki. 2ª ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

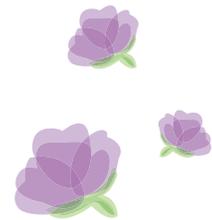
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes. 2011.
- LE BRETON, David. *A SOCIOLOGIA DO CORPO*. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.
- LIMA, Andrey Faro de; CHAGAS JUNIOR, Edgar Monteiro. O FENÔMENO DAS FESTAS DE APARELHAGEM: experiências, gregarismos e contradições. *Asas da Palavra*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 52, 12 jul. 2019. Galoa Events Proceedings. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17648/1415-7950-v16n1-1677>>.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Ática, 1999.
- POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. Do confraternal ao profissional: periferação urbana e os empreendedores de diversão no circuito de aparelhagens em Belém, Pará. *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 535–559, 2016. DOI: 10.9771/pcr.v9i2.17710. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/17710>>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- SOUSA CERQUEIRA, Reginaldo. Brega, brega pop e tecnobrega: um estudo sobre performatividade de gênero na cultura musical paraense. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 473–493, 2022. DOI: 10.35355/revistafenix.v19i1.924. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/924>>. Acesso em: 11 ago. 2024.



Seção



B



**Violência de gênero em
diferentes dimensões**



Violência Doméstica no Jornalismo Paraense Durante a Pandemia de COVID-19

Violencia Doméstica en el Periodismo Paraense Durante la Pandemia de COVID-19

Domestic Violence in Pará Journalism During the COVID-19 Pandemic

Lorena Coelho de Oliveira

Regina Lúcia Alves de Lima

Resumo: A pesquisa investiga a cobertura da violência doméstica no portal *OLiberal* durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. O referencial teórico é baseado em Saffioti (2015), Pateman (1993) e Wolf (1994). Foram analisadas 06 notícias de janeiro a dezembro de 2020, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Objetivo é compreender como essa problemática é abordada na Amazônia, bem como identificar as estratégias jornalísticas utilizadas; definir um perfil das mulheres; definir um perfil dos homens. A abordagem é superficial, pouco engajada na luta contra a violência, com predomínio de vítimas brancas – destacando a invisibilidade racial, culpabilizadora, que se utiliza de narrativas do crime passionais como justificativa à violência, carente de dados relevantes sobre o perfil das vítimas e de seus agressores, e com predomínio do uso de fontes oficiais e institucionais.

Palavras Chave: Violência Doméstica. Jornalismo. Valor-notícia. Cultura da Violência.

Resumen: La investigación analiza la cobertura de la violencia doméstica en el portal *OLiberal* durante el primer año de la pandemia de COVID-19. El marco teórico se basa en Saffioti (2015), Pateman (1993) y Wolf (1994). Se analizaron seis noticias de enero a diciembre de 2020, mediante el análisis de contenido (BARDIN, 2011). El objetivo es comprender cómo se aborda esta problemática en la Amazonía, así como identificar las estrategias periodísticas utilizadas; definir un perfil de las mujeres; definir un perfil de los hombres. El enfoque es superficial, poco comprometido con la lucha contra la violencia, con predominio de víctimas blancas, destacando la invisibilidad racial, culpabilizador, que utiliza narrativas de crímenes pasionales como justificación de la violencia, carente de datos relevantes sobre el perfil de las víctimas y sus agresores, y con predominio del uso de fuentes oficiales e institucionales.

Palabras Claves: Violencia doméstica. Periodismo. Valor de la noticia. Cultura de la violencia.

Abstract: The research investigates the coverage of domestic violence on the *OLiberal* portal during the first year of the COVID-19 pandemic. The theoretical framework is based on Saffioti (2015), Pateman (1993), and Wolf (1994). Six news stories from January to December 2020 were analyzed using content analysis (BARDIN, 2011). The objective is to understand how this issue is addressed in the Amazon, as well as to identify the journalistic strategies used; define a profile of women; define a profile of men. The approach is superficial, with little engagement in the fight against violence, with a predominance of white victims—highlighting the racial invisibility, blaming, using narratives of crime of passion to justify violence, lacking relevant data on the profile of victims and their aggressors, and with a predominance of official and institutional sources.

Keywords: Domestic Violence. Journalism. News Value. Culture of Violence.

Lorena Coelho de Oliveira – Jornalista pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lorenaoliveira12@gmail.com

Regina Lúcia Alves de Lima – Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-doutora em Políticas de Comunicação pela UnB (2018). Professora Associada IV e Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação da UFPA. E-mail: reginalima@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A violência doméstica (VD) representa um desafio global de saúde pública e uma violação dos direitos humanos das mulheres (OPAS e OMS, 2017). Estimativas da OPAS indicam que aproximadamente 30% das mulheres em todo o mundo enfrentam ou já enfrentaram violência, frequentemente perpetrada por parceiros íntimos do sexo masculino – namorados, maridos. Em circunstâncias normais, esse cenário já reflete a seriedade com que o problema precisa ser abordado.

Entretanto, com a pandemia de COVID-19 e as medidas sociais impostas para a contenção da doença, foi registrado um aumento no que tange a violência no ambiente doméstico contra as mulheres. Um documento da *United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women* estima que, em países como França, Chipre, Singapura e Argentina, o isolamento tenha provocado um aumento de 25% a 30% nos casos de VD (UN WOMEN HEADQUARTERS, 2020). No Brasil, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), em 2020, 01 em cada 04 mulheres acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência. Isso significa que cerca de 17 milhões de brasileiras (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual. O Pará foi o Estado que apresentou o maior índice de VD durante a pandemia, em especial, no primeiro ano da doença. Foi registrado um aumento de 40% no número de feminicídios (FBSP, 2020). Logo, sendo o Estado que mais matou mulheres nesse período.

Diante da realidade regional e da necessidade de discussão sobre o tema, este artigo nasce como fruto da minha graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela UFPA, com a seguinte questão central: Como a violência doméstica é representada pelo jornalismo amazônida? Para responder a esta pergunta, foi definido o corpus analítico, o Portal *OLiberal*, no recorte temporal de janeiro a dezembro de 2020. O objetivo é compreender a abordagem do portal sobre a violência contra a mulher em suas matérias.

A pesquisa apresenta-se relevante para além da urgência de se discutir a violência contra mulheres na Amazônia, pois o jornalismo é considerado um agente facilitador da verdade, capaz de influenciar mudanças significativas na vida das pessoas. Urgentemente, há um percurso midiático a ser trilhado, visando alterar construções que mantêm um *status quo* cruel e sanguinário, persistindo durante anos na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é imperativo que o jornalismo atue como contraponto, evitando ser silenciador das vítimas, tanto em relação às causas quanto às consequências da violência doméstica e familiar.

1. COVID-19 e a Violência Doméstica no Pará

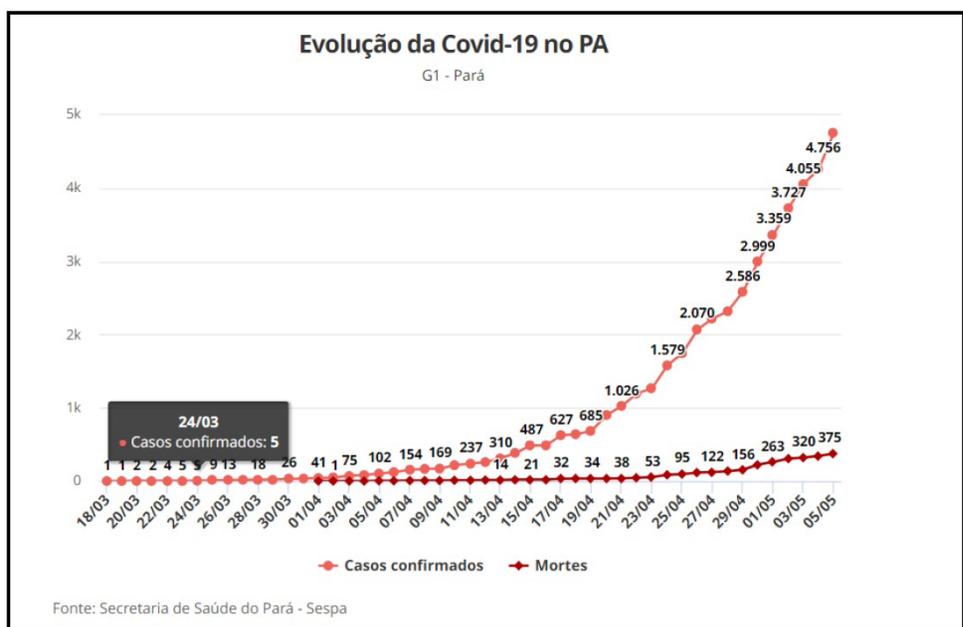
A VD é uma problemática grave enfrentada na região paraense. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) apontam que, desde 2015, a violência contra mulheres aumentou 40%. Essa é uma questão estrutural, reflexo da cultura do machismo, onde as mulheres não são consideradas sujeitos sociais (SAFFIOTI, 2015). Um cenário que se agrava quando se apresenta o perfil das mulheres paraenses mais afetadas, mulheres negras, pobres, com baixa escolaridade, moradoras de zonas periféricas – é a intersecção entre gênero, raça, classe social.

O perfil de mulheres vítimas de violência doméstica na Amazônia (CONCEIÇÃO; LEAL; DOS SANTOS, 2024) se concentra na faixa etária de 35 a 64 anos (sendo as de 15 a 44 anos com maior risco de sofrerem violência sexual), com ensino médio completo (40%), sendo a maioria

estudante (15,6%) ou “dona de casa” (21,8%) e 60% das vítimas não possui relacionamento reconhecido legalmente (casamento ou união estável).

Quando analisados os dados de violência dos últimos anos, foi registrada uma queda no número de denúncias de violência doméstica. No Pará, em 18 de março, foi registrado o primeiro caso de COVID-19. Em abril, a Secretaria de Saúde Pública (SESPA) decretou transmissão comunitária do vírus. O número de casos da doença disparou no Pará, obrigando o Governo Estadual a tomar providências para contenção: foram estabelecidas a suspensão de aulas na rede municipal, estadual, nas escolas particulares, bem como a suspensão de serviços não-essenciais; em algumas empresas, foram estabelecidos rodízios de funcionários e redução nas jornadas. Em maio, o número de paraenses mortos por conta da COVID-19 já havia triplicado (SESPA, 2020). Por isso, o governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), publicou o decreto 008/2020 anunciando medidas drásticas para diminuir os casos: o *lockdown*.

Ilustração 1 – Evolução COVID-19 Pará em 2020



Fonte: G1, com dados da SESPA (2020).

Esse cenário de crise escondia outra crise. Durante esse período, 37 mulheres foram mortas (SEGUP, 2020) – um aumento de 17% em relação a 2019, o que colocou o Pará como o Estado que mais matou mulheres durante o primeiro ano de pandemia. Essas informações, no entanto, contrastam com a redução de 42% no número de ocorrências feitas entre março e abril de 2020, quando comparadas com o mesmo período de 2019 (SEGUP, 2020). As explicações para isso podem estar relacionadas com o confinamento — medida necessária para o controle da doença, mas que aumentou o tempo de contato entre mulheres e seus agressores, que, geralmente, são seus companheiros (SEGUP, 2020). Isso dificultou as denúncias, uma vez que havia menos possibilidade da mulher conseguir sair de casa.

Nesse processo, as redes de proteção às mulheres, sejam institucionais ou familiares, são fundamentais na garantia de segurança. As Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) e os canais do disque 180 e 190 são os mais populares que oferecem suporte. Contudo, durante a pandemia, as mudanças impostas para controle da doença provocaram transformações

até na forma de pedir ajuda em casos de violência. Uma vez que, a impossibilidade de contatar redes institucionais (presencialmente) e familiares de apoio dificultava ainda mais a vida de mulheres em situação de violência. Por isso, o Pará desenvolveu redes de acolhimento e direcionamento jurídico.

Quadro 1 – Os dispositivos legais de proteção e acolhimento às vítimas de violência

ACOLHIMENTO /DENÚNCIAS	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	As DEAM's são unidades especializadas da Polícia Civil que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência contra as mulheres.
	PARÁPAZ MULHER	O ParáPaz Mulher (PPM), que faz parte do ParáPaz Integrado (PPI), foi criado para oferecer um serviço especializado às mulheres em situação de violência doméstica.
	Central de atendimento à mulher (LIGUE 180)/	O LIGUE 180 tem por objetivo receber denúncias de violência e orientar as mulheres sobre seus direitos.
	Patrulha Maria da Penha	A patrulha funciona com revezamento de 20 policiais militares, que fazem visitas semanais às mulheres
SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres	A Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres formula, coordena e executa políticas públicas de proteção, defesa e promoção dos direitos da mulher.
	Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará	A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará tem objetivo de receber denúncias de violência contra as mulheres e acompanhar programas de equidade de gênero.
	Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar funciona como Órgão Permanente de Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça.
	Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NEVM)	É responsável por receber todas as ocorrências de violência registradas na modalidade de serviço telefônico e encaminhar a notícia crime aos órgãos responsáveis.
	Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero - (NUGEN)	O NUGEN é um núcleo voltado para prestar assistência jurídica integral e atendimento psicossocial.

Fonte: Elaborado pela autora, com informações da Cartilha do Ministério Público do Estado do Pará – Mulheres na Pandemia de Covid-19.

Mesmo com a existência desses instrumentos de apoio às mulheres, nesse período, elas tinham o acesso dificultado aos serviços. No Pará, mulheres vítimas de violência podiam registrar um boletim de ocorrência na delegacia virtual ou conversar com um agente de segurança por meio de um aplicativo de mensagem instantânea. Para as que estavam já em situação de Medida Proteti-

va, o aplicativo “SOS Maria da Penha” foi disponibilizado para atender as demandas relacionadas ao descumprimento das medidas.

Contudo, é importante questionar a efetividade dessas redes de proteção no Estado, uma vez que, mesmo antes da crise sanitária, o Pará já era um dos Estados mais inseguros para a vida das mulheres. Alguns fatores podem ser relacionados com esse quadro sistêmico, além da cultura de machismo e patriarcado vivido no país, como baixo contingente policial nas ruas, despreparo nos órgãos e dos profissionais que devem acolher as denúncias e as mulheres, falta de estrutura nas delegacias e defasagem nos protocolos de atendimentos às vítimas.

Segundo dados da SEGUP (2020), até 2020, o Pará, com 144 municípios, contava com 18 DEAM's, sendo 1 em Belém, 1 em Ananindeua, 1 em Marituba e 15 nos interiores – o que representa uma cobertura estadual insuficiente diante do tamanho do Pará. Além disso, é comum as delegacias dos interiores ainda acumularem competências relacionadas à proteção de crianças, adolescentes e idosos. Ao pensar em municípios mais afastados da Região Metropolitana de Belém (RMB), deve-se considerar as distâncias a serem percorridas até a capital, em busca de atendimento. Existem dificuldades de transporte, de comunicação e logística para que se chegue em determinadas áreas do Pará – Custo Amazônia. Para as mulheres que vivem distantes de Belém, em localidades que não existem delegacias especializadas, não existem políticas públicas eficientes que as protejam.

Outro fator que também deve ser contabilizado ao analisar a VD durante a pandemia de Covid-19 é a renda. Conforme nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstrou-se que, nos anos 2000, o IDHM¹ da RMB era de 0,5, considerado baixo. Em 2017, o índice aumentou para 0,7, refletindo as melhorias na vida da população paraense. Contudo, a pandemia acirrou novamente as desigualdades, refletindo as dificuldades no acesso à moradia, à alimentação, à saúde e à educação. Durante esse período, 5,8 milhões de pessoas passaram a viver em condições de extrema pobreza (IBGE, 2022).

Em se tratando de mulheres que viviam em situação de violência, a possibilidade de sair do núcleo familiar era muito baixa, pois, sem renda, sem acolhimento e amparo legal para romper com o ciclo de violência, como mulheres do interior, por exemplo, podem sair? Um processo que consiste em violações sistêmicas que destituem a mulher de identidade, sendo ela afetada pelo “desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, perda dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão” (SAFFIOTI, 2015, p.12).

2. A Violência Retrutada no Jornalismo

A necessidade de conhecer e saber o que se passa ao redor é algo que faz parte da essência do ser humano. É por isso “que as notícias têm um papel fundamental no dia-a-dia das pessoas, permitindo-nos estar permanentemente informados e, dessa forma, dispomos de informação suficiente para sabermos qual o caminho a seguir perante determinadas situações com que somos confrontados.” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 15-16). Através do jornalismo, as pessoas têm a possibilidade de satisfazer este instinto de conhecimento, tendo inclusive a possibilidade de se fazer ouvir e de colocar na agenda os principais problemas da sociedade, debatê-los e procurar uma solução (KOVACH; ROSENTIEL, 2004).

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

O papel dos jornalistas, enquanto agentes ativos na sociedade, e não observadores passivos na produção e difusão de notícias, é determinante na organização do cotidiano, na visibilidade pública que atribuem aos acontecimentos e na construção social da realidade, a qual não pode ser dissociada do trabalho de exclusão, seleção ou relevo dado a determinado aspecto do acontecimento (TUCHMAN, 1978). Sodré (2008) afirma que a mídia é mais do que uma estrutura ou tecnologia, mas configura-se como espaço de criação de subjetividades do ser humano. Esse lugar ocupado pelas mídias demonstra tamanha influência que elas possuem.

Um elemento essencial para a definição de noticiabilidade são os chamados valores-notícia (*newsmaking*), os quais se aplicam em todas as fases da atividade jornalística, surgindo desde quando se avalia a noticiabilidade do acontecimento, prosseguindo no restante percurso da atividade jornalística, até à apresentação e edição dos noticiários. Tem ainda influência no próprio público, o qual, contagiado e estimulado pelos critérios dominantes, acaba, em muitos casos, na sua avaliação da informação, por se socorrer desses mesmos critérios – e até os exigir a própria mídia (CORREIA, 1997). O processo de produção das notícias implica em uma série de procedimentos que qualificam um fato como notícia. Esses são os chamados critérios de noticiabilidade/valores-notícia. Segundo Mauro Wolf (1994, p. 86), o papel desses critérios é estabelecer um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente “[...] Os critérios devem ser fácil e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão”.

Um exemplo da potência dos veículos noticiosos é o caso criminal de Suzane Von Richthofen. Um crime ocorrido em 31 de outubro de 2002, em que Suzane, juntamente com o namorado Daniel Cravinhos e o cunhado, Cristian Cravinhos, assassinaram os pais da jovem. A mídia ocupou-se por várias semanas do caso, expondo em rede nacional todos os detalhes do crime, bem como sobre a vida íntima dos acusados e das vítimas. Ademais, no ano de 2006, o promotor de justiça do caso pediu a prisão preventiva de Suzane, uma das justificativas utilizadas foi a entrevista dada por ela ao programa televisivo *Fantástico*. Vale ressaltar que alguns fatores determinam como a pessoa será retratada – gênero, condição social, idade, identidade racial, entre outros. No caso da Suzane, apesar do assédio da mídia, sua imagem foi preservada por ela ser uma mulher branca com boas condições financeiras.

No caso acima, a atuação do jornalismo contribuiu com a condenação de pessoas culpadas por um crime. Porém, é comum que, em casos referentes à violência doméstica, o comportamento seja outro, em especial se as vítimas dos crimes são mulheres, sobretudo, negras e pobres. A imprensa muitas vezes reforça estereótipos e um movimento de culpabilização da vítima ao abordar aquela morte de forma sensacionalista, desrespeitando a vítima. É comum, em notícias sobre violência contra mulher, a veiculação de imagens e a exploração de determinados aspectos da vida íntima da vítima, que, em geral, não acrescentam nada em termos de informação (PRADO; SANE-MATSU, 2017; MIGUEL; JARA; SOUZA, 2018).

Os critérios de noticiabilidade fazem parte do processo de produção das notícias, estando localizados no dia a dia das redações as chamadas rotinas jornalísticas. A construção de notícias está ligada e sofre influências determinantes de todo o contexto sociocultural e dos usos e costumes da sociedade (WOLF, 1994). Os processos de *newsmaking* ocorrem num sistema sociocultural. Intuitivamente, podemos mesmo afirmar que “o processo de fabrico e construção das notícias sofre uma ação formadora por parte do sistema sociocultural em que se insere.” (SOUSA, 2000, p. 85). Logo, esta teoria aponta que como surgem as notícias, assim como o seu conteúdo,

são influenciadas por diversos fatores, entre os quais, a ação que os vários atores da sociedade podem exercer sobre elas.

3. Aportes Metodológicos

Durante a investigação sobre a temática da VD, foi selecionado o Portal *OLiberal* como objeto desta pesquisa. A escolha se baseia na importância deste na história do Pará, com base no alto número de acessos aos conteúdos noticiosos produzidos por ele, bem como a facilidade de acesso aos materiais e a disponibilidade de informações sobre quem escreveu, datas de publicação e fontes das informações descritas nos textos. O período selecionado foi o ano de 2020, o primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Pará. Foram encontradas 06 matérias. A pesquisa foi feita por palavras-chave no buscador do portal *OLiberal*. Assim, foram delineados os seguintes objetivos específicos, considerando a correlação das matérias com os dados estatísticos da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e do FSBP sobre violência doméstica: a) identificar as estratégias jornalísticas utilizadas; b) definir um perfil das mulheres que estão nas matérias; c) definir um perfil dos homens que estão nas matérias.

Utilizou-se 3 palavras-chave: violência doméstica, violência contra mulher, feminicídio. É importante salientar que o *corpus* foi composto apenas pelas notícias cuja temática central esteja relacionada à VD. Não foram selecionados textos nos quais, por exemplo, algum especialista fala sobre medidas que devem ser adotadas para o combate desse crime, entre casos similares. Dessa forma, reitera-se que o intuito deste trabalho é analisar o conteúdo das reportagens sobre casos de violência contra a mulher. Por meio de deduções e processos técnicos de validação, a AC visa explicar o objetivo das comunicações analisadas. Segundo Laurence, “a intenção da Análise de Conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 40).

A AC se divide em 3 fases: a pré-análise, a exploração do material e interpretação. Na primeira etapa, foi realizada a pesquisa no site *OLiberal* e levantamento prévio do material. Definidos os veículos e o tempo a serem analisados, passou-se para a próxima etapa, que consistiu em uma leitura flutuante das notícias apresentadas para averiguar como seriam conduzidas as análises. A leitura flutuante é definida por Bardin (2011) como uma familiaridade preliminar com os objetos que serão analisados. É por meio desta proximidade inicial que o pesquisador pode formular e inferir as conjecturas hipotéticas e os principais objetivos preteridos de sua análise. Após isso, foi feita a sistematização dos materiais encontrados em pastas e tabelas, bem como a aplicação dos aportes teóricos e análises dos materiais.

3.1. OLiberal

Deriva de um jornal impresso, de mesmo nome, fundado em 1946, no Pará. Inicialmente, ele circulava pela capital todos os dias, às 16 horas, com 4 páginas apenas, contando um pouco do governo do general Magalhães Barata. Em 1966, o empresário Rômulo Maiorana comprou a empresa de jornais e fez muitas transformações. Reduziu o caráter político, dando espaço para notícias mais factuais da cidade, aumentou o número de funcionários na redação e investiu na qualidade do jornal, trazendo para Belém o sistema de impressão a frio, uma grande inovação para a época. Na década de 1990, as impressões do jornal já eram 100% coloridas. A expansão ocorreu não apenas

nas estruturas internas, mas implicou na criação de novos setores, como o rádio, a televisão e o portal de notícias.

Hoje, o Grupo Liberal possui uma TV afiliada da Rede Globo e jornais locais em cidades do sul e sudeste do Pará. O portal *OLiberal* está seccionado em 8 editoriais, que trazem fatos do Pará e do Brasil, sendo: últimas, esporte, política, cultura, tecnologia e mercado, política, jogos online e rádio liberal. As matérias recebem uma categoria que vem acima da manchete, responsável por qualificar a qual área aquele assunto se relaciona, se é esporte, eventos, entre outras. As notícias relacionadas às violências ocorridas no Pará, recebem a categoria amazônia, escrita em um fundo vermelho.

4. Violência Doméstica no Jornalismo

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher², de 1994 (CIDH, 2019), alude nove medidas e propagandas específicos que devem ser adotados pelos Estados para combater a violência contra a mulher. Uma delas compete aos meios de comunicação, a saber, a disposição “g” do artigo 8, que prevê que os Estados devem incentivar a formulação de “[...] diretrizes adequadas de divulgação, que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e enalteçam o respeito pela dignidade da mulher” (CIDH, 2019, p.4).

Durante o período analisado, ano de 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, foram publicadas 06 notícias, sendo 05 de violência doméstica que resultaram em feminicídio e 01 tentativa de homicídio. Dessas, 05 factuais e 01 suíte. Apenas 01(16,6%) matéria é referente ao Pará, ainda considerando que o crime não ocorreu no Estado, mas sim em Brasília. A relação com o Pará se estabelece pelo fato de que a vítima era paraense. No entanto, neste ano, foram registrados 66 ocorrências relacionadas a crimes contra mulher (feminicídio) pela SEGUP. Logo, o Portal *OLiberal* apresentou apenas 1,5% dos crimes registrados no Pará, mesmo sendo um portal de notícias com predomínio local.

Quadro 1 – Dados sobre feminicídios no Pará em 2020

	Feminicídio no Pará				Aumento (%)
PARÁ	N.A	Taxa (%)	N.A	Taxa (%)	38,9%
	47	1,1	66	1,5	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

Quadro 2 – Notícias publicadas no Portal *OLiberal* em 2020

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Manchete	‘Papai mau matou a mãe’, diz filha que presenciou feminicídio	Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais	Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex	Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão	Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la	DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio

² A entrada em vigor da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) mostrou-se fundamental para comprometer os Estados com a implementação de diversas iniciativas de abordagem da violência contra a mulher (CIDH, 2019).

Local	São Paulo	Pará	São Paulo	São Paulo	São Paulo	Salvador
Data	18/03/20	20/08/20	25/08/20	26/08/20	01/12/20	10/12/20
Crime	Feminicídio	Feminicídio	Feminicídio	Homicídio	Tentativa de feminicídio	Feminicídio

Fonte: Elaborado pela autora.

O comparativo acima permite inferir que há predomínio de notícias sobre crimes ocorridos em outros Estados da Federação, principalmente, no Sudeste, mesmo em site de notícias regional. Isso é reflexo de um processo histórico de exclusão e preconceito que a região Norte sofre, sendo invisibilizada em vários sentidos. Neste caso, se tratando de violência, as consequências da falta de representação se refletem no entendimento de que não há violência no Pará, uma vez que a mídia consegue agendar os assuntos considerados importantes para a sociedade (MCCOMBS, 2004)³.

O problema disso é que a falta de visibilidade pode reverberar nas políticas públicas desenvolvidas para sanar tal fato, uma vez que, não enxergar a situação, significa que ela não ocorre e não carece de atenção. As análises feitas apontam para o jornalismo como uma instituição que, por meio de estratégias inerentes ao campo, atua como co-participante na violação de mulheres. A primeira ferramenta jornalística que será tratada é a manchete. Segundo Rosa Pedroso (2001), as manchetes são construções de sentido que carregam intencionalidade em dizer algo, seja explícito ou implícito.

Quadro 5 - Manchetes das notícias analisadas

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Manchete	'Papai mau matou a mamãe', diz filha que presenciou feminicídio	Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais	Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex	Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão	Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la	DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso das notícias selecionadas, o propósito das manchetes é envolver o público-leitor em uma trama, gerando uma expectativa de consumir uma história dramática, cruel e interessante. Mas, também, perpetuar noções preconceituosas, que fomentem a violência e culpabilizem as mulheres. Vale ressaltar que, a construção de narrativas sensacionais não é uma exclusividade dos casos de violência, mas do jornalismo contemporâneo, como afirma Barbeiro e Rangel (2006): “o espetáculo cria – em jornais, revistas e emissoras televisivas – um grande “palco” onde não parece mais importar como a notícia deve ser passada, apenas que deve ser veiculada com “êxito”.

³ Uma consideração válida aqui é a feita do MCCOMBS (2004): a mídia tem poder de agendar os assuntos discutidos pela sociedade, mas os indivíduos não são entendidos como apáticos ou apartados de opinião. Há uma troca entre o que é veiculado e os assuntos que o público tem interesse.

Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la

Ex-marido parcelou pagamento a criminosos, que simularam assalto a farmácia

Fonte: Portal *OLiberal* (2020).

Semanticamente, a escolha de utilizar a palavra “mulher” como sujeito (agente), primeiro termo da frase, a coloca em posição ativa na frase “acaba em cadeira de rodas” (ação), imputando-a a responsabilidade sobre a violência que sofreu. Além disso, o uso da palavra “acaba” gera uma ideia que, pelo fato dela estar utilizando cadeira de rodas, sua vida será inferior, caracterizando não apenas violência de gênero, mas também capacitismo. A menção feita ao homem, vinda em seguida da palavra “após”, diminui a importância que ele tem no crime. Logo, a linguagem jornalística adotada nos textos que tratam de crimes é uma das estratégias que está a serviço da lógica patriarcal que (re)violenta mulheres.

A análise dos crimes transformados em notícias apontou que, no geral, o jornalismo seleciona narrativas que obedecem, às estatísticas do Ministério de Segurança Pública, o *modus operandi* preponderante nos casos de violência doméstica: o uso de armas brancas (facas e estiletes) e armas de fogo (pistolas). Em 04 (66%) dos 06 crimes, é possível observar a presença desses dois elementos como meio de morte da vítima. Contudo, quando há emprego de meios incomuns no crime, este fato é utilizado como ponto fulcral na manchete, garantindo destaque à matéria (manchete e texto). Nelson Traquina (2005, p. 79) definiu a morte como primeiro valor-notícia, porque “todos seremos notícias pelo menos uma vez na vida – no dia seguinte à morte, ou nas páginas interiores, ou com destaque da primeira página.” Mas, ele afirma que, para realçar a notícia, o jornalismo se ocupa de explorar o que há de mais impactante no fato da morte”.

Outro ponto que desperta inúmeras críticas, principalmente do Movimento Feminista Brasileiro, com relação ao trabalho jornalístico das notícias sobre violência contra mulher, é a superficialidade com que a temática é tratada. Isso pode ser percebido quando se observa o uso das palavras “violência doméstica” ou “feminicídio”. Em 03 (50%) matérias foram utilizados os referidos termos. Em 02 (33%), esse uso foi, ao longo do texto, excluindo-se o *lide*. No jornalismo, o *lide* é uma lógica de organização das principais informações para facilitar o entendimento do leitor. Assim, a escolha de mencionar os termos “violência doméstica” ou “feminicídio” fora dessa zona de atenção do público releva um descompromisso jornalístico com a questão das mulheres.

Pedro Paz (2018) argumenta que esse fato pode ser justificado pela escolha jornalística de termos que sejam mais comuns ao público, para a notícia conseguir ser compreendida pela maior parte da população, independente do nível de instrução. Para ele, é dever da polícia imputar significado aos crimes, logo, a classificação depende das fontes oficiais. Contudo, essa afirmação torna-se questionável, uma vez que há recorrência desse tipo de crime na sociedade brasileira, de acordo com dados estatísticos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Ministério de Segurança Pública, apresentando uma vivência social permeada pela violência doméstica. Vale ressaltar, ainda, que a escolha das fontes e dos termos utilizados revela qual discurso jornalístico será validado, uma vez que será visibilizado.

Quadro 6 – Relação da fonte com as categoriais criminais

	N01	N02	N03	N04	N05	N06
Fontes	Polícia civil					
Uso da palavra ‘feminicídio/’violência doméstica’	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Logo, pode-se apontar que existe desinteresse em se aprofundar nas dinâmicas que envolvem a violência doméstica, porque refletir sobre um problema multicausal como este pressupõe assumir a parcela de responsabilidade que cabe a cada um dos indivíduos como mantenedores de uma cultura de violência contra a mulher. Trazer essa discussão para uma matéria significa ampliar os olhares para uma estrutural social de perpetuação da violência.

A simplicidade é um aspecto detectado não apenas no que tange a compreensão acerca da violência, mas está presente no próprio espaço do texto. As narrativas são curtas, em média tem 240 a 400 palavras (1 página). No geral, os textos possuem informações primárias sobre o crime, presentes no *lide*, quem foi a vítima, quem foi o autor, onde ocorreu, quando e quais os procedimentos já foram adotados pelos órgãos responsáveis. Nestes espaços, os jornalistas utilizam para expressar suas opiniões, por meio da utilização de adjetivos que qualifiquem a história, como “assassinato brutal” e “morte covarde e brutal”.

No *lide*, um fato que desperta atenção é a identificação das mulheres envolvidas nos casos, com nome, idade e rosto expostos na matéria. Nas 06 notícias analisadas, é possível perceber essa prática. Um ato que fere o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, capítulo II, sendo vedados aos profissionais de comunicação “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais” (FENAJ, 2022).

A linha tênue entre a informação e a superexposição de um fato é um conflito presente no jornalismo brasileiro. Além da questão do reconhecimento dos envolvidos, há, nos textos, descrições detalhistas sobre a cena do crime e estado do corpo das vítimas. Em 04 (66%) das 06 matérias, foi utilizada esta estratégia. Em agosto de 2020, o portal publicou a notícia sobre o corpo de uma mulher ter sido encontrado na casa do ex-companheiro. “O corpo dela foi encontrado enterrado na casa do ex-companheiro. [...] O corpo de Rosana estava em avançado estado de decomposição, em uma cova aberta no quintal.” (OLIBERAL, 2020).

Outro problema muito frequente na cobertura de casos de violência doméstica é ausência de serviços de proteção e ajuda às mulheres. Veicular esses serviços de atendimento gratuitos, oferecidos pelo Estado, é uma forma de estimular a população a denunciar casos de violência. Contudo, em nenhuma das matérias são oferecidos os serviços. Em contrapartida, há, por parte dos jornalistas, uma necessidade em apresentar possíveis motivações dos crimes, que, no geral, estão relacionadas a relacionamentos amorosos. Nesse ponto, a estratégia jornalística utilizada consiste em imputar ao outro uma informação dada na matéria, como no caso Sônia Luz, uma mulher morta pelo marido (N02). Segundo a notícia, “informações preliminares obtidas pela Polícia Civil

apontam que homem cometeu crime por achar que estava sendo traído.” (OLIBERAL, 2020). O problema dessa escolha é vincular a conduta de mulheres, no caso suas escolhas amorosas, à violência da qual elas são vítimas.

4.1. Quem são as Mulheres que Aparecem nas Notícias?

Nos conteúdos das matérias que foram produzidos pelo Portal *Oliberal*, as análises apontam para a perpetuação de estereótipos e comportamentos esperados para as mulheres. O uso dessa estratégia configura uma inversão de culpa e responsabilidade sobre os crimes às próprias mulheres, quando elas não se enquadram no padrão esperado. Além de reforçar os papéis socialmente atribuídos aos gêneros, esse tipo de narrativa também atua como justificativa para atitudes machistas e misóginas que culminam na violência.

Pode-se perceber que aspectos que configuram algum tipo de conduta transgressora são os preferidos para serem explorados nas narrativas, como a sexualidade e a moralidade. Além disso, a principal justificativa para o cometimento dos crimes é o rompimento amoroso, definindo a mulher como culpada pela violência, uma vez que ela não quis reatar o relacionamento. Das 06 matérias, 03 apresentam como motivação do crime a separação do casal. Como se nota em “Isso porque (o crime) em setembro, segundo familiares, ela pediu o divórcio ao marido, com quem mantinha um casamento de cinco anos. “Foi aí que descobrimos que ele tentava agredi-la”, contou o parente.”.

Outro ponto problemático revelado por esta pesquisa refere-se ao perfil das mulheres que aparecem nas notícias, em sua maioria, mulheres brancas. Das 06 matérias analisadas, 05 estão relacionadas a pessoas brancas. Essa informação contrasta com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que, em 2020, apontou as mulheres negras como as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, cerca de 28%. Isto está relacionado a uma combinação de fatores que atinge mulheres negras: o racismo estrutural e a violência de gênero. A invisibilidade das narrativas que envolvem esse grupo é mais uma das falhas da cobertura jornalística em casos de violência doméstica.

Quando há rompimento desse cenário, as mulheres negras são retratadas com estereótipos racistas de promiscuidade e falta de caráter. Na única matéria analisada em que uma mulher negra, Sônia, apareceu, sua imagem veio atrelada a uma suposta traição que ela teria cometido, sendo esta a motivação de seu assassinato. É comum também que o jornalismo busque, nestes casos, explorar os corpos (estado) e o modo de morte, como em “a Polícia Militar foi ao local e encontrou Sônia morta, no sofá da sala [...] Ele cortou o pescoço da companheira.”. Essa prática jornalística fere o artigo 11º do Código de Ética dos Jornalistas, que veda a divulgação de informações de caráter mórbido e sensacionalista.

O jornalismo, enquanto instância de produção de sentidos, é responsável pela criação de noções sobre os temas que trata (WOLF, 1994), para isso, ele mobiliza fatos que ajudam a construir um panorama. Contudo, quando se trata da mulher, sua vida é resumida ao momento da morte, resultando em apagamento ou sub-representação de mulheres em narrativas de violência doméstica. É visível a ausência de informações sobre elas anteriores ao crime, como formação profissional, trajetória acadêmica, projetos de vida, entre outros, como se o único lugar que lhes coubesse fosse o de vítima da situação, com inviabilização de sua vida e experiências anteriores (CARTER, 1998).

Logo, as mulheres que ilustram as matérias sobre violência doméstica são retratadas superficialmente, sob a lente da cultura patriarcal onde a sociedade vive, enviesada por questões como



racismo. É impossível contabilizar o impacto que essas histórias contadas erradamente produzem, em especial, nas famílias dessas mulheres, que, além do sofrimento pela dor da perda, tem que lidar com as informações maldosas que circulam manchando as imagens das mulheres. Assim, o machismo estrutural, a cultura misógina, a violência sistêmica contra mulheres e outras questões importantes nessa discussão não são consideradas. As mulheres se tornam personagens secundários em histórias que tratam delas, contadas por e para homens. Eles têm um espaço privilegiado nos textos, com a oportunidade de contarem suas versões, que estampam muitas vezes as manchetes das matérias.

4.2. Quem são os Agressores?

Uma peça fundamental nas narrativas sobre violência doméstica é o papel desempenhado pelos homens – principal acusado de cometer atos violentos. Em todas as 06 matérias analisadas, os homens são os algozes de mulheres. Em geral, eles possuem algum tipo de envolvimento amoroso com as mulheres, como namorados e maridos. Esse perfil corresponde aos dados do FBSP (2020), que apontam pais, maridos e irmãos como responsáveis por mais 50% dos crimes de violência doméstica cometidos em 2020. Dado o papel ativo dessas figuras na prática dos crimes, o primeiro ponto a ser destacado sobre como jornalismo os retrata é referente à responsabilização que eles têm nos atos. Nos textos, em sua maioria (04 dos 06 analisados), os agressores são representados como incapazes de serem responsabilizados por seus atos. A imputabilidade se dá pelo uso de expressões que reforcem o sentimento de raiva como precursora de um estado de fúria ou loucura, em que o homem fica fora de si. O gatilho para esse estado é, no geral, o comportamento de uma mulher.

Isso se mostra como um problema porque naturaliza a violência em razão de gênero, como algo que está relacionado com a natureza masculina. É como se homens estivessem liberados para terem atitudes violentas por serem contrariados e isso ir contra a biologia deles. Essa questão está presente na vida em sociedade e pode ser percebida nos crimes, em como o autor se sente confortável o suficiente para cometer crimes contra mulheres em ambientes públicos, sendo reconhecido. Tornar uma violência pública é uma demonstração transparente de posse desse lugar de detentor da força física, da invencibilidade e necessidade de validação de suas vontades. Um exemplo disso é o caso de uma mulher morta a tiros pelo ex namorado, “as apurações da Polícia Civil revelaram que os disparos foram efetuados por volta das 7h15. A vítima passava com o seu cachorro quando tudo ocorreu.” (OLIBERAL, 2020).

Casos de violência doméstica, em específico, feminicídios, são considerados por especialistas como mortes que podem ser evitadas, uma vez que há uma escalada de violência antes do assassinato. Contudo, nas notícias deste estudo, nota-se que não há detalhamento sobre o histórico de violência cometida pelo homem. Em apenas 02 das 06 matérias, pode-se perceber esse aspecto. A ausência desse contexto coloca a violência contra a mulher como um fenômeno pontual e isolado, em que não há como combatê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem por objetivo mostrar a representação jornalística de casos de violência doméstica ocorridos durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. O processo de produção das notícias sobre o tema referido acima é contaminado por práticas machistas e antiéticas, pred-

minando a escolha de acontecimentos que agreguem mais valor-notícia de morte (TRAQUINA, 2005). Ademais, pode-se perceber uma invisibilidade na cobertura do Portal *OLiberal*, sobre esse tipo de crime no Pará, haja vista que apenas 01 notícia estava relacionada à região. Isso mostra como ainda existe, mesmo que em portais de notícias que cobrem o Pará, resistência em contar as narrativas locais.

Outro ponto de reflexão é referente à abordagem superficial da violência, em detrimento do destaque de aspectos cruéis da morte. Há uma necessidade de vender a notícia como um filme de horror, apresentando o sofrimento da mulher, a situação de medo, o olhar das testemunhas, o estado onde o corpo foi encontrado (no caso das vítimas fatais)/estado da mulher (no caso de vítimas sobreviventes). O agressor é retratado como mero personagem, em sua maioria, homens com os quais a vítima se relacionava afetivamente, sem haver qualquer prejuízo à sua imagem. É preciso agregar à discussão a persistência do machismo e da cultura da violência enraizada nas sociedades.

Para aprofundar a cobertura sobre crimes, é necessário que haja amplificação na divulgação de dados sobre violência doméstica para que ela seja compreendida como fruto da desigualdade de gênero. Além disso, a imprensa precisa de fontes disponíveis e acessíveis: representantes dos sistemas de segurança pública e justiça, gestores de políticas públicas e profissionais dos serviços de atendimento e assistência a mulheres, parlamentares, pesquisadores, ativistas de movimentos sociais e outras pessoas que tenham experiência e/ou sejam especialistas no tema. Esse trabalho, com fontes adequadas ao tema, aumenta a qualidade das informações disponíveis sobre violência doméstica.

Por fim, a questão citada acima, sobre dados de violência, se apresentou não apenas como um problema para a realização da pesquisa, mas também um ponto-chave para a construção da mesma, uma vez que houve dificuldade em acessar dados disponibilizados no site da SEGUP, pois não há aba específica para consulta, bem como o site apresenta muitas instabilidades. Foi preciso buscar manualmente as informações, em arquivos maiores, sobre a violência no Estado. Conclui-se que essa pode ser uma estratégia do Governo do Pará para dificultar os acessos a essas informações. Outra forma cogitada pela autora deste estudo foi solicitar informações do Governo Federal via Lei de Acesso à Informação (LAI), porém, os prazos de resposta estipulados pelo governo variam de 20 dias a 1 mês, podendo ser prorrogados – tempo este que inviabilizaria a construção desde estudo. Além disso, com informações consideradas sigilosas não sendo divulgadas sob hipótese nenhuma.

Logo, percebe-se que o jornalismo é uma instituição que contribui para a violência doméstica, porque utiliza estratégias para vender uma notícia. Sem preocupações com o impacto social que elas produzem. Essa realidade se explica por problemas inerentes ao campo como a estruturação e aplicabilidade dos valores-notícia, mas também deve-se considerar o impacto do capitalismo na produção jornalística contemporânea como fatores determinantes nesta problemática.

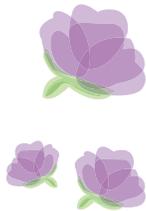
REFERÊNCIAS

- BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. *Manual do jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARTER, Cynthia. *Quando o extraordinário se torna comum: Notícias diárias sobre violência sexual*. Londres: Routledge, 1998.
- CIDH, Comissão Internacional de Direitos Humanos. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra A Mulher*. 2019.
- CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- CONCEIÇÃO, Thayane Caroline; LEAL S. R., Edson Marcos; DOS SANTOS DE A., Sílvia. Perfil da violência doméstica contra mulheres residentes no município de Belém – Pará – Brasil. Periódico Científico *PMPA EM REVISTA*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 47–57, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/7>>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.
- _____. *A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-pandemia-de-covid-19-e-os-policiais-brasileiros/>. Acesso em: 09 de set. de 2023.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. 2022.
- GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. *Making the news*. London: Longman, 1979.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- KOVACH, Bill; ROSENTHAL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MIGUEL, K.; JARA, T.; SOUZA, L. O. A Cobertura Jornalística do caso Mayara Amaral: reflexões sobre um feminicídio anunciado. *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, v. 19, n. 40, p. 71-88, maio-ago. 2018.
- OLIBERAL, 2020. Caso Mariana Bazza: acusado de estupro e assassinato pega 40 anos de prisão. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/caso-mariana-bazza-acusado-de-estupro-e-assassinato-pega-40-anos-de-prisao-1.299878>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. Corpo de mulher que sumiu há 10 dias estava no quintal do ex. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/corpo-de-mulher-que-sumiu-ha-10-dias-estava-no-quintal-do-ex-1.299676>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. DJ mata ex-namorada a tiros e depois comete suicídio. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/dj-mata-ex-namorada-a-tiros-e-depois-comete-suicidio-1.334747>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

- OLIBERAL, 2020. Homem degola a companheira e posta foto do corpo nas redes sociais. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/homem-degola-a-companheira-e-posta-foto-do-corpo-nas-redes-sociais-1.297921>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. Mulher acaba em cadeira de rodas após ex pagar R\$ 18 mil para matá-la. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/mulher-acaba-em-cadeira-de-rodas-apos-ex-pagar-r-18-mil-para-mata-la-1.331454>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OLIBERAL, 2020. “Papai mau matou a mamãe”, diz filha que presenciou feminicídio. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/brasil/papai-mau-matou-a-mamae-diz-filha-que-presenciou-feminicidio-1.250188>>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- OPAS; OMS. Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde. *Folha informativa sobre violência contra as mulheres*, 2017.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.
- PAZ, Pedro Henrique Gomes da. *Hoje, se espremer o espelho, sai sangue: etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1ª Edição (PB)* / Pedro Henrique Gomes da Paz. — João Pessoa, 2018.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Anablume, 2001.
- PRADO, D.; SANEMATSU, M. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017
- SAFFIOTTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SEGUP. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. *Estatísticas 2020*. Disponível em: <<http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/estatisticas-2020/>>.
- SESPA. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ. *Relatório de Gestão Anual*, 2020.
- SODRÉ, Muniz. A televisão é uma forma de vida. *Revista FAMECOS*, 8(16), 18–35. 2008.
- SOUSA, Jorge. *As notícias e os seus efeitos*. Portugal: MinervaCoimbra, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística. Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
- UN WOMEN HEADQUARTERS. *COVID-19 and ending violence against women and girls*. UN Women, 2020.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.



Seção



C



Trabalho feminino, Cuidados e
Direitos



Serviço Social, Trabalho e Gênero na Política de Saúde: perfil de assistentes sociais de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará

Trabajo Social, Trabajo y Género en la Política de Salud: un perfil de los trabajadores sociales en los hospitales del Sistema Único de Salud (SUS) en el Estado de Pará

Social Work, Labor and Gender in Health Policy: a profile of social workers in hospitals of the Uni-fied Health System (SUH) in the State of Pará

Thaize de Sousa Medeiros

Vera Lúcia Batista Gomes

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a relação entre Serviço Social, trabalho e gênero na política de saúde. Pautou-se, assim, pela teoria social marxista, pesquisa de nível descritivo e explicativo, abordagem quantitativa-qualitativa, revisão de literatura e pesquisa empírica. Ao analisar o perfil de assistentes sociais de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Pará, verificou-se a tendência de feminização da profissão e do cuidado, atravessada pela questão de gênero e racial, e na particularidade da Região Amazônica, tendo como expressão mulheres negras, majoritariamente, trabalhando nesses espaços, o que denota a interseccionalidade sobre o tema, além da importância da profissão na política de saúde e os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho e da racionalidade capitalista sobre a categoria profissional.

Palavras Chave: Serviço Social. Política de Saúde. Trabalho. Gênero. Feminização.

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la relación entre Trabajo Social, trabajo y género en la política sanitaria. Se basó en la teoría social marxista, en una investigación descriptiva y explicativa, en un abordaje cuantitativo-cualitativo, en una revisión bibliográfica y en una investigación empírica. El análisis del perfil de los trabajadores sociales en los hospitales del Sistema Único de Salud (SUS) del estado de Pará reveló una tendencia a la feminización de la profesión y del cuidado, atravesada por cuestiones de género y raza, y en la particularidad de la región amazónica, con una mayoría de mujeres negras trabajando en estos espacios, lo que denota la interseccionalidad sobre el tema, así como la importancia de la profesión en la política de salud y las repercusiones de las transformaciones del mundo del trabajo y de la racionalidad capitalista en la categoría profesional.

Palabras Claves: Servicio Social. Política de Salud. Trabajo. Género. Feminización.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the relationship between Social Work, labor and gender in health policy. It was based on Marxist social theory, descriptive and explanatory research, a quantitative-qualitative approach, a literature review and empirical research. Analysing the profile of social workers in hospitals under the Unified Health System (SUS) in the state of Pará revealed a tendency towards feminization of the profession and of care, crossed by gender and racial issues, and in the particularity of the Amazon region, with the majority of black women working in these spaces, which denotes a intersectionality on the subject, as well as the importance of the profession in health policy and the repercussions of transformations in the world of work and capitalist rationality on the professional category.

Keywords: Social Work. Health policy. Work. Gender. Feminization.

Thaize de Sousa Medeiros – Doutora e Mestre em Serviço Social pela UFPA. Especialista em Oncologia – Cuidados Paliativos pela Residência Multiprofissional da UEPA, com estágio no INCA. E-mail: thaize2007@yahoo.com.br

Vera Lúcia Batista Gomes – Doutora em Sociologia do Trabalho (Université de Picardie Jules Verne) e Mestre em Serviço Social (UFPA). Professora Associada II da UFPA, com ampla atuação em pesquisa, extensão e orientação acadêmica. Coordena o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia. E-mail: veragomesbelem@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de tese de doutoramento¹, que aborda o trabalho da(o) assistente social em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado Pará. A discussão sobre trabalho e gênero no Serviço Social parte, primeiramente, da própria origem da profissão, no período de 1930, com a influência da igreja católica e no seio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, momento em que a profissão era campo de atuação feminina e as mulheres eram “escolhidas” para a escuta, o acolhimento, cuidado e abnegação, com forte expressão assistencialista à época.

Após 1950, com a denominada divisão sociotécnica do trabalho no mundo e a profissionalização do Serviço Social, a(o) assistente social passa a ter o seu trabalho regulamentado pelo Estado, para intervir sobre a questão social². A profissão passou, então, a ser concebida como uma especialização do trabalho coletivo, que se insere em processos de trabalho no contexto das instituições no campo das políticas sociais, para atender as demandas dos usuários e das próprias instituições.

Como expressão ou desdobramento da divisão sociotécnica está a divisão sexual do trabalho, a qual refere-se à organização do trabalho entre homens e mulheres, tendo como base o papel social desses sujeitos e as relações de gênero. O Serviço Social, portanto, no mercado de trabalho, está entre as chamadas “profissões femininas”, mesmo que também seja composta por homens, mas, em decorrência de sua própria origem e da sua construção histórica, ainda é, predominantemente, formado por mulheres.

Sendo assim, a(o) assistente social, nos espaços sócio-ocupacionais das políticas sociais, realiza o seu trabalho, pautada(o) por um conjunto de atribuições e competências definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93) (BRASIL, 1993), pelo Código de Ética Profissional de 1993 (CFESS, 2012) e pelo Projeto Ético-Político, além de outros instrumentos jurídico-políticos e meios de trabalho que estão relacionados aos campos teórico, legal e institucional, tal qual ocorre na política pública de saúde.

Destaca-se, então, a importância da discussão sobre a relação entre trabalho e gênero no campo da profissão, pois é um tema que precisa ser aprofundado e ampliado, considerando que é constitutivo da própria formação profissional, outrossim, do trabalho realizado no campo das políticas sociais e das relações sociais no contexto da ordem capitalista vigente, a qual estabelece papéis sociais para homens e mulheres, o que gera determinações que implicam na dinâmica de uma sociedade de classes.

As análises e discussões aqui apresentadas, baseadas no tema em questão, partem dos seguintes questionamentos: De que maneira se apresenta a relação entre Serviço Social, trabalho e gênero? Como se manifesta a questão de gênero relacionada ao trabalho da categoria profissional, particularmente na área da saúde? O objetivo, por sua vez, é apresentar reflexões sobre trabalho, gênero e profissão, de forma a analisar o perfil de assistentes sociais que trabalham em hospitais do SUS, no Estado do Pará, com destaque para a questão de gênero.

O artigo está organizado, além desta introdução, em: metodologia; seções que tratam do trabalho e Serviço Social, especialmente na política de saúde; relação entre gênero e profissão, com

¹ A tese de doutoramento foi defendida e aprovada no mês de outubro de 2024, em Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² A questão social é aqui entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais forjadas na sociedade capitalista, que tem o Estado como agente de intermediação das relações entre capitalistas e trabalhadoras(es). Ela expressa, por consequência, desigualdades econômicas, políticas e sociais (IAMAMOTO, 2001).

a particularidade do perfil de assistentes sociais que trabalham em hospitais do SUS, no Estado do Pará; e Considerações Finais.

1. Metodologia

O percurso teórico-metodológico adotado para o estudo pautou-se pelo método dialético e pela teoria social marxista, o que possibilitou a apreensão da realidade, como resultado do chamado concreto pensado, fruto das múltiplas determinações do real e unidade do diverso, partindo da historicidade do fenômeno constitutivo da vida social, sendo analisadas suas determinações, na perspectiva da totalidade e concreticidade do objeto investigado.

Os níveis de pesquisa trabalhados foram o descritivo e o explicativo. O primeiro permitiu realizar a caracterização do perfil das(os) assistentes sociais que participaram da pesquisa; o segundo possibilitou o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade investigada, de modo a explicar as suas determinações.

A abordagem da pesquisa, por sua vez, foi a quantitativa-qualitativa. Do ponto de vista metodológico, a relação entre abordagem quantitativa e qualitativa não se reduz a um *continuum* entre objetividade e subjetividade, logo, não podem ser pensadas contraditoriamente, considerando suas naturezas distintas.

Em relação ao delineamento, foi realizada a revisão de literatura sobre conceitos e assuntos que envolvem o trabalho das(os) assistentes sociais na área da saúde e da relação entre gênero e Serviço Social. Os resultados empíricos partem da pesquisa realizada, no período de agosto a outubro de 2023, em 04 (quatro) hospitais de referência na alta complexidade do SUS, no Estado do Pará, os quais estão identificados como hospitais A, B, C e D.

Registra-se que o universo da pesquisa foi de 101 (cento e um) sujeitos, dos quais participaram 73 (setenta e três) assistentes sociais: 28 (vinte e oito) do hospital A, 29 (vinte e nove) do hospital B, 08 (oito) do hospital C e 08 (oito) do hospital D. No momento da pesquisa, o hospital A apresentava em seu quadro, 38 (trinta e oito) profissionais; o hospital B, 40 (quarenta); o hospital C, 11 (onze); e o hospital D, 12 (doze). A participação das(os) profissionais ocorreu perante a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética e Plataforma Brasil³, além da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado às(aos) assistentes sociais, sendo possível obter informações sobre o perfil, formação, tempo de trabalho nos hospitais, atribuições, competências e demandas profissionais (conforme orienta as normativas da profissão de Serviço Social), tal qual as relações, condições e organização do trabalho, suas determinações e repercussões dos modelos de gestão para o trabalho da categoria profissional e os limites e possibilidades para a realização desse trabalho nesses espaços.

Por fim, destaca-se a análise e interpretação dos dados, momento em que foi explorado o conjunto de opiniões e dados obtidos por meio da pesquisa empírica e revisão da literatura, buscando as relações entre os aspectos que foram decompostos durante análise descritiva e explicativa.

A técnica utilizada para análise e interpretação dos dados foi a análise de conteúdo de Bardin, a qual trabalha com o processo da comunicação em sua dimensão verbal e não verbal, assim como tem a mensagem como parâmetro principal em suas diferentes formas de expressão: oral, escrita,

³ Pesquisa aprovada por Comitê de Ética sob o CAAE n. 64826122.0.0000.0018.

documental, gestual e simbólica, de forma a interpretar o seu conteúdo, podendo ser utilizada em abordagens quantitativas e/ou qualitativas. Com base nisso, segue o desenvolvimento das discussões.

2. Trabalho e Serviço Social

Para analisar o trabalho profissional da(o) assistente social, parte-se da teoria social marxista, a qual afirma que o trabalho é fundante da vida social e humana, sendo elemento inalienável, constitutivo do ser social em perspectiva ontológica, ou seja, que diz respeito ao humano genérico em sua essência. Contudo, na sociedade contemporânea, o trabalho não está dissociado das relações mercantis inerentes ao modo de produção capitalista, dada a exploração da força de trabalho para a acumulação do capital.

Lukács (1978), ao discutir sobre a ontologia do ser social, faz o resgate da categoria trabalho enquanto elemento fundante da vida humana, que traduz a superação do trabalho assalariado determinado pela sociedade burguesa a partir da produção e reprodução da vida social, em sua perspectiva material e imaterial.

Silva (2022), sobre as(os) assistentes sociais, destaca que são profissionais que exercem uma função social integrante do modo de produção capitalista, consideradas(os) trabalhadoras(es) improdutivas(os) e assalariadas(os), que “[...] vende[m] sua força de trabalho em troca de renda, na medida em que nada possui a não ser a força de trabalho para ser utilizada como meio de troca para obter no mercado os bens e os serviços necessários à sua sobrevivência” (SILVA, 2022, p. 121).

Silva e Trindade (2020) apontam que, a condição assalariada da(o) assistente social implica na sua autonomia (relativa), jornada, relações e condições de trabalho, dentre outros fatores, que designam um trabalho alienado, que constitui a realidade profissional no cotidiano das instituições que as(os) empregam.

Entretanto, “[...] não se deve abrir mão de uma formação específica e qualificada, da aquisição de uma autoridade e de uma responsabilidade profissional, ainda que haja a mediação do assalariamento” (SILVA; TRINDADE, 2020, p. 183). Logo, o trabalho profissional deve ser permeado por escolhas fundamentadas teoricamente – assim como da realidade concreta – e orientado por um compromisso ético-político e ações pensadas crítico-dialeticamente.

O Serviço Social, portanto, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, tem como objeto de intervenção a questão social. Prates, Bordin e Nunes (2023) afirmam que a profissão nem sempre foi reconhecida como trabalho, mas, hoje, é concebida como tal e uma especialidade complexa da divisão sociotécnica, que “[...] são resultados de processos históricos e de acúmulos simbólicos da profissão, porém, não dependeram, somente, da categoria, mas, também, da sua relação com o movimento e o desenvolvimento da sociedade” (PRATES; BORDIN; NUNES, 2023, p. 139).

As(os) assistentes sociais possuem atribuições privativas e competências que são legítimas, logo, constitutivas do trabalho da categoria em qualquer campo, embora a(o) profissional não possua um processo de trabalho específico, pois se insere em processos de trabalho existentes, inculcando particularidades de sua natureza profissional, as quais, também, estão condicionadas ao assalariamento e gestão na divisão sociotécnica do trabalho (PRATES; BORDIN; NUNES, 2023).

A profissão, como especialização do trabalho coletivo, defronta-se com diferentes repercussões das mudanças no mundo do trabalho, que implicam em relações e condições de precarização,



desemprego, dentre outras determinações decorrentes da relação capital e trabalho, que move a acumulação capitalista e a sua reprodução.

Neste cenário, a(o) assistente social irá se deparar com tensionamentos característicos das relações constituídas nos espaços sócio-ocupacionais, que envolvem poder, interesses políticos, inclusive partidários, onde deverão mediar os interesses tanto institucionais quanto dos usuários que demandam os serviços e o trabalho da categoria profissional.

Qual seja o campo, a(o) assistente social deverá assumir o compromisso ético-político, apropriando-se das particularidades dos espaços de trabalho, como é o caso da área da saúde que, dentre outras políticas públicas, está tensionada pelos interesses de projetos privatistas da saúde; e os da classe trabalhadora (onde a categoria se inclui) pela defesa da saúde pública e de qualidade. A seguir, então, destaca-se o trabalho profissional da(o) assistente social nesta política pública, particularmente nos hospitais da alta complexidade do SUS.

2.1. Trabalho Profissional da(o) Assistente Social na Política de Saúde

Com base na literatura, considerando os fatos históricos, o Serviço Social na política de saúde ocupa um lugar de mediação entre os interesses do Projeto Privatista e do Projeto da Reforma Sanitária, de modo que as requisições colocadas pelo primeiro devem ser superadas por meio de ações e propostas do segundo, projeto este que se alinha ao Projeto Ético-Político da profissão.

Ainda que as contradições atravessem o trabalho da(o) assistente social, esta(e) deve assumir como posição máxima os interesses dos usuários do SUS, isto é, da classe trabalhadora. Sendo assim, a partir da década de 1990, as(os) assistentes sociais passaram a ter seus espaços profissionais ampliados, transcendendo a ação direta com usuários para ações de planejamento, gestão, assessoria e atribuições que podem ser desenvolvidas nos diversos espaços, considerando as particularidades das áreas de trabalho.

De acordo com os “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na área da Saúde” (CFESS⁴, 2009), as atribuições profissionais da(o) assistente social, nesta política pública, podem ser descritas enquanto dimensões complementares e indissociáveis, sendo elas: Assistencial; em Equipe; Socioeducativa; Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; Assessoria; Qualificação; e Formação Profissional.

Ressalta-se, também, que o trabalho da(o) profissional na área da saúde deve estar pautado pelos princípios do SUS, assim como pelo Código de Ética de 1993 (CFESS, 2012) e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) (BRASIL, 1993), a qual estabelece as atribuições privativas e competências profissionais da(o) assistente social. Segundo Matos (2015), as atribuições privativas são exclusivas à profissão, já as competências são ações que a categoria pode realizar, de acordo com sua natureza e formação, tal qual outras categorias profissionais.

Sobre o trabalho da(o) assistente social em hospitais, haja vista a natureza contraditória da política de saúde, destaca-se que se constituem espaços que expressam correlações de forças e projetos em disputa regulados pelo Estado, para assegurar os interesses antagônicos (classes dominantes x classe trabalhadora).

O hospital repercute e traduz nas suas escolhas políticas, as orientações políticas gerais, e reflete, de acordo com a configuração própria da sua estrutura de

⁴ Conselho Federal de Serviço Social.

poder, as relações de força entre os grupos detentores das principais formas de poder social, constituindo assim um espaço de ação de grupos, cujos fins, legitimidade e quadros de referência não se localizam apenas no hospital. Por fim, acaba por ser um lugar de mediação entre as opções econômicas de base e as condições e exigências de seu próprio sistema de produção. (CARAPINHEIRO, 1998, p. 23)

Em consonância à estrutura de poder, os hospitais expressam escolhas políticas, que repercutem no trabalho das(os) profissionais, configurando-se para além de instituições que atendem demandas diretas da saúde, no sentido de dar encaminhamentos para o conjunto de enfermidades que, diariamente, são atendidas nesses espaços. São instituições onde as relações que se constroem envolvem processos mais complexos, tais como correlações de forças entre os diferentes sujeitos e suas funções.

Ademais, o hospital revela uma forte característica burocrática e hierárquica e com alto desenvolvimento tecnológico, tornando-o uma organização intrincada, que expressa diferentes processos sociais e históricos, os quais incidem sobre as conexões nesses espaços que constituem a atenção da alta complexidade em saúde (CATÃO, 2011).

Segundo Sodré (2010), o Serviço Social surgiu nos hospitais com o processo de industrialização (resultante do advento fordista) iniciado no Brasil, na década de 1940. Com o financiamento do capital estrangeiro, ocorreu um processo de crescimento dos centros urbanos no país, o que contribuiu para o surgimento de conflitos nas fábricas, tendo como resultado a necessidade de implementar políticas de controle dessa força de trabalho.

Com as mudanças em curso, houve um aumento das demandas e, conseqüentemente, a ampliação dos atendimentos no campo da saúde, assim como das grandes instituições nessa área. Registra-se que, naquele período, a(o) assistente social ainda não considerava a dimensão ampliada “[...] contida em cada atendimento que realizava, ou melhor, não destacando a complexidade das manifestações da questão social naquela demanda trazida ao campo da saúde pública” (SODRÉ, 2010, p. 457).

Na década de 1990, por sua vez, com a adoção de um novo modelo de gestão produtiva – a acumulação flexível –, ocorreu o processo de implantação de fábricas em regiões sem tradição industrial. Com isso, novas formas de exploração da força de trabalho pautadas pela lógica neoliberal favoreceram o capital nacional e, sobretudo, o internacional, demarcado pela mercantilização da vida e focalização das políticas sociais, com vistas a tornar o trabalhador um “cidadão consumidor” (SODRÉ, 2010).

Orientada(o) por um viés crítico, com base na tradição marxista no interior da profissão, a(o) assistente social, apesar do cenário de consolidação do projeto neoliberal, passou a compor o campo das lutas sociais com outros segmentos da sociedade, com o intuito de construir novos caminhos para a classe trabalhadora, incluindo a própria profissão.

A partir do marco da tradição marxista até os dias atuais, vêm sendo colocadas ao assistente social, na política de saúde, determinadas requisições, conforme destacam Andreani, Dias e Dalpiaz (2021). Essas requisições direcionam as(os) profissionais a exercerem um trabalho direcionado ao atendimento direto dos usuários (práticas educativas, intervenções individuais e familiares, orientações sobre o fluxo dos serviços, direitos etc.) e ações que envolvem a execução de programas, projetos e serviços; e formulação, avaliação e gestão de políticas sociais.



Andreani, Dias e Dalpiaz (2021) também ressaltam que as requisições postas aos profissionais são: intersetorialidade, interdisciplinaridade e educação permanente. A primeira relaciona-se à articulação entre as redes de serviços do conjunto de políticas públicas: assistência social, previdência, educação etc.; e a segunda ao trabalho construído pela equipe multiprofissional, na qual diferentes categorias profissionais devem realizar intervenções articuladas que congreguem os saberes singulares de cada profissão. A última refere-se a uma requisição que se pretende em caráter contínuo, envolvendo os usuários e as(os) profissionais.

Além dessas requisições, destacam-se: a mobilização, a participação e o controle social, o atendimento aos usuários e suas famílias, que, de forma cotidiana e direta, são realizadas em hospitais da alta complexidade, tendo por base os instrumentais técnico-operativos da profissão, assentados nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos (ANDREANI; DIAS; DALPIAZ, 2021).

Considerando, portanto, esse panorama sobre a profissão, procurou-se analisar a relação entre gênero e Serviço Social, de forma a apresentar o perfil de assistentes sociais que trabalham em hospitais do SUS, no Estado do Pará, conforme mostra a próxima seção deste artigo.

3. A Relação entre Gênero e a Profissão de Serviço Social

A relação entre gênero e Serviço Social tem impactos na formação das(os) profissionais historicamente, pois, desde a sua origem, a categoria é constituída majoritariamente por mulheres. Por isso, discutir a questão de gênero na profissão faz-se necessário na medida em que a predominância feminina denota particularidades em relação à formação e trabalho profissional da(o) assistente social.

Lima (2014) aponta que a predominância de mulheres no Serviço Social está relacionada à forma como o papel feminino é concebido na sociedade, ou seja, de uma tendência da mulher ser colocada em um lugar secundário de acesso a benefícios e recursos para o seu próprio ser. Tal fato pode ser visto por meio dos papéis de mãe, esposa, filha, profissional etc., ou seja, “[...] essa constante associação feminino-docilidade maternidade-abnegação liga-se às representações sobre o feminino que se mantêm ao longo das gerações, apesar dos questionamentos” (LIMA, 2014, p. 47).

Além disso, a origem da profissão no Brasil está vinculada à igreja católica, no período de 1930, a qual demarca o papel feminino no conjunto das relações sociais ainda nos dias atuais, isto é, as mulheres são “escolhidas” para a escuta, o acolhimento, o cuidado e a abnegação. Sendo assim, o Serviço Social está dentre as denominadas “profissões femininas”, o que está associado à subjetividade que reflete valores construídos ao longo da vida.

Como consequência, ocorre o fenômeno de “feminização” da profissão e do mercado de trabalho, que não se trata apenas do campo de conquista das mulheres, mas uma estratégia do capital. No caso do Serviço Social, esse fenômeno está vinculado historicamente à profissão, haja vista as primeiras profissionais terem o trabalho direcionado à caridade, à relação com a igreja, à visão da “boa moça”, dentre outros fatores que, ao longo do tempo, foram sendo superados, abrindo caminhos para a construção de novas relações no âmbito da profissão, como a inserção de profissionais do gênero masculino, apesar de ainda haver a predominância de mulheres (CISNE, 2004).

Verifica-se, desta forma, um imbricamento entre a profissão e o ser mulher, tanto no Brasil quanto em vários outros países do mundo. Apesar dessa associação entre gênero e Serviço Social, as discussões sobre o tema só ganharam evidência nos finais de 1990, com as diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), enquanto

tema e objeto de estudo constitutivo da formação profissional, porém, ainda é uma discussão que precisa ser ampliada e aprofundada, pois não reflete o forte recorte de gênero na profissão, segundo aponta Lima (2014).

O debate sobre gênero no contexto do Serviço Social, então, reflete a importância de tal temática, a qual expressa diferentes determinações quando se pensa em âmbito brasileiro, assim como das regiões do país, uma vez que a própria divisão social do trabalho segmenta a classe trabalhadora e, no caso das(os) assistentes sociais, não tem como não relacionar a uma divisão sexual do trabalho, pois, conforme já foi dito, a profissão tem como herança a característica de ser majoritariamente feminina.

Ao considerar as particularidades das regiões em relação a composição da categoria profissional, destaca-se a Região Amazônica, onde se situa o Estado do Pará. A próxima seção, por seu turno, apresenta o perfil de assistentes sociais que trabalham em hospitais do SUS, no referido Estado, de forma a analisar algumas determinações que constituem o trabalho dessas profissionais na política de saúde, com destaque para a questão de gênero.

3.1. Perfil de Assistentes Sociais que Trabalham em Hospitais do SUS no Estado do Pará: o gênero em questão

Considerando a discussão sobre trabalho, faz-se necessário, primeiramente, apresentar o contexto em que a análise, aqui proposta, se insere, ou seja, o “lugar” do Brasil e da Amazônia na divisão internacional do trabalho, de um país cuja economia é, historicamente, baseada na exportação de produtos primários, sendo inserido no cenário capitalista de forma tardia.

Segundo Marques (2019), o processo de industrialização no país foi pautado por investimentos na capacidade de diversificação da exportação desses produtos primários para o mercado internacional. Logo, os investimentos são direcionados para as grandes transnacionais, que se beneficiam da recorrente exploração de vários recursos naturais, a saber: flora, fauna, minérios, terra, água, madeira etc., bem como da mão de obra barata e em abundância existente na região.

A partir da década de 1970, foram implantados os grandes projetos na Amazônia sob o discurso governamental de que esses investimentos possibilitariam o progresso e o desenvolvimento da região, em virtude do aproveitamento dos recursos naturais e da geração de trabalho e renda para a população local. Entretanto, a ideia de desenvolvimento foi construída para favorecer os interesses de empresas transnacionais e do grande capital, que investem em tecnologias para a exploração desses recursos.

Ao longo do tempo, o grande capital vem explorando e se apropriando das riquezas da Amazônia, produzindo fortes impactos ambientais, sociais e econômicos. Esses impactos repercutem no conjunto das relações sociais, tal qual no mundo do trabalho, expressando determinações de um sistema que produz a precarização e seu aprofundamento, em diferentes espaços, como ocorre nos serviços de saúde.

No Estado do Pará, em particular, a política de saúde apresenta determinações das medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro (a exemplo dos cortes de recursos), voltadas para assegurar os interesses de projetos privatistas, impostos pelas agências multilaterais. Os cortes orçamentários implicam no atendimento à população que depende dos serviços públicos de saúde, no sucateamento do SUS, falta de insumos, supressão de serviços, dentre outras ações que fazem parte das estratégias de privatização dessa política pública, com base na racionalidade capitalista.

Resultados da pesquisa empírica, que se referem ao perfil de assistentes sociais que trabalham em hospitais do Estado, em particular aqueles relacionados à questão de gênero, exprimem tal racionalidade. O lócus da pesquisa, conforme já apontado, foram 04 (quatro) hospitais do SUS, no Estado do Pará, identificados por A, B, C e D.

Para o conhecimento do perfil dessas(es) profissionais, tomou-se por base os seguintes aspectos: faixa etária, gênero, cor/raça/etnia, naturalidade e estado civil. Assim, serão apresentados os resultados em relação a essas variáveis, iniciando pela faixa etária, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Faixa etária das(os) assistentes sociais participantes da pesquisa

Faixa Etária	Assistentes Sociais	%
24 - 30 anos	3	4,1
31 - 40 anos	15	20,5
41 - 50 anos	26	35,6
51 - 60 anos	20	27,4
61 - 70 anos	6	8,3
Não responderam	3	4,1
Total	73	100,0

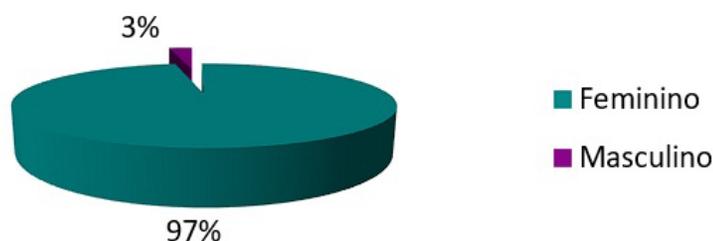
Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa empírica realizada em 2023

A Tabela 1 mostra a faixa etária das(os) profissionais que trabalham nos hospitais investigados. Observa-se que a faixa etária preponderante é a situada entre 41 e 50 anos (35,6%); seguida das(os) que possuem entre 51 e 60 anos (27,4%); depois, a de 31 a 40 anos (20,5%). Registra-se que as(os) profissionais com faixas etárias mais elevadas são as(os) que trabalham nos hospitais A e B, incluindo a faixa etária entre 61 e 70 anos (8,3%), o que pode ser compreendido pelo fato de possuírem maior tempo de trabalho nos referidos hospitais. Sendo que, as(os) profissionais com maior faixa etária são estatutárias(os), as(os) quais estão, em maioria, no hospital B.

Em relação aos hospitais C e D, foi identificada a menor faixa etária: 24 a 30 anos (4,1%). Nesses hospitais, o regime de trabalho é, exclusivamente, pelo regime da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), ou seja, as referidas instituições não possuem profissionais estatutários. Registra-se, assim, a tendência de uma faixa etária menor entre profissionais com regime de contrato pela CLT, diferente dos hospitais A e B.

O Gráfico 1, por seu turno, é elucidativo sobre a identificação do gênero. Vale ressaltar que foi perguntado às(aos) participantes o gênero com o qual se identificavam, não sendo apontadas outras identidades ou expressões de gênero pelas(os) profissionais, além do feminino e do masculino.

Gráfico 1 - Identidade de gênero das(os) assistentes sociais participantes da pesquisa

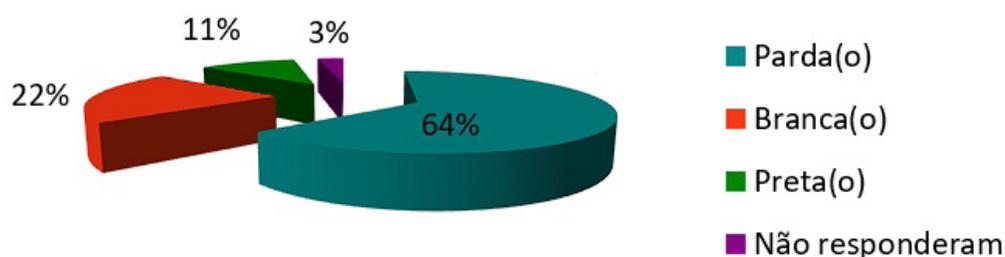


Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa empírica realizada em 2023

Conforme pode ser observado no **Gráfico 1**, 97% das(os) participantes apontaram como identidade de gênero o feminino; e 3% o gênero masculino (hospitais A e B). Observa-se, então, a predominância de assistentes sociais mulheres que trabalham nos hospitais investigados, o que corrobora o fato da profissão ser composta, em sua maioria, por mulheres. Registra-se, também, que, na área da saúde, profissionais do Serviço Social, Enfermagem, Psicologia, Terapia Ocupacional, dentre outras profissões, têm número significativo de mulheres⁵.

Outro dado importante e constitutivo do perfil das(os) assistentes sociais que participaram da pesquisa diz respeito à cor, raça ou etnia, conforme indica o Gráfico 2.

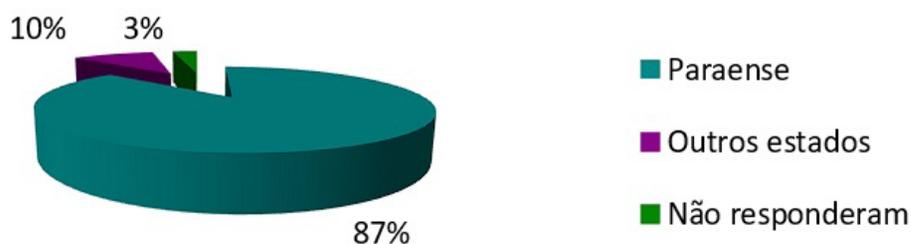
Gráfico 2 - Identificação da cor/raça/etnia das(os) assistentes sociais participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa empírica realizada em 2023.

O Gráfico 2 mostra que 64% das(os) assistentes sociais se reconhecem como pardas(os); 22% como brancas(os); 11% como pretas(os); e 3% não responderam, sendo essas as respostas apresentadas nos questionários. Verifica-se, a partir dos dados, a predominância da cor parda, sendo que, de acordo com o IBGE (2023), pardos e pretos estão na mesma categoria de pessoas negras e, no caso desta pesquisa, foi a maioria (75%). Vale ressaltar, também, que os 3% de homens participantes da pesquisa se identificaram como pardos. A seguir, destaca-se a naturalidade das(os) assistentes sociais, com base no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Identificação da naturalidade das(os) assistentes sociais participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa empírica realizada em 2023.

Em relação à naturalidade das(os) participantes da pesquisa, o Gráfico 3 destaca que 87% são naturais do Estado do Pará; 10% de outros Estados: Amapá, Maranhão, Piauí, Rondônia e Rio

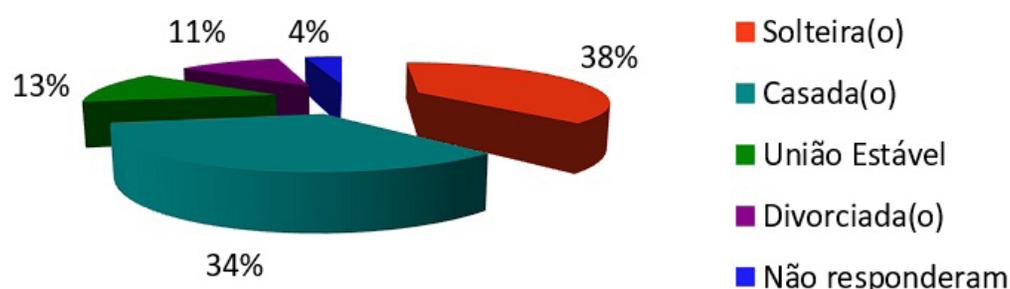
⁵ De acordo com os resultados do Relatório “A situação das mulheres e a liderança na saúde global” organizado pela *Women in Global Health*, publicado pela Revista *Forbes* (2023), 70% das(os) profissionais da área da saúde são mulheres, apesar de não serem a maioria em cargos de liderança.

de Janeiro; e 3% não responderam. Verifica-se, portanto, que a maioria das(os) assistentes sociais é paraense, destacando aquelas(es) oriundas(os) dos interiores do Estado, que vieram em busca de formação profissional e, dada a oportunidade de trabalho, permaneceram na capital paraense.

Essa é uma particularidade importante do Estado do Pará e Região Norte, pois muitos cidadãos se deslocam de seus municípios de origem, vários dos interiores do Estado ou zona rural, para terem acesso ao nível superior de ensino e melhores oportunidades no mercado de trabalho, haja vista as poucas possibilidades e meios de acesso à formação nessas localidades, assim como de trabalho, o que reflete a situação do Estado e da Região Amazônica sobre a posição que ocupa na dinâmica capitalista, como já foi discutido anteriormente.

Outro aspecto que se considerou importante para conhecer o perfil das(os) profissionais foi o estado civil, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Identificação do estado civil das(os) assistentes sociais participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa empírica realizada em 2023

O Gráfico 4 evidencia que 38% das(os) assistentes sociais são solteiras(os); 34% são casadas(os) formalmente; 13% vivem em união estável; 11% são divorciadas(os); e 4% não responderam. Constata-se, então, que a predominância do estado civil das(os) profissionais é solteira(o), seguido das(os) que são casadas(os), apesar da pouca diferença de percentual entre eles.

Os resultados sobre o perfil apontam, portanto, que as(os) assistentes sociais que participaram da pesquisa apresentam como faixa etária predominante aquela situada entre 41 e 50 anos, cuja maioria pertence ao sexo feminino, ou seja, mulheres, seguindo a tendência histórica de “feminização” da profissão de Serviço Social.

No que concerne à cor, a maioria (75%) se identificou como negra(o), sendo que, sobre esse resultado, registra-se que não teve relatos sobre assédio moral por preconceito racial ou por questão de gênero, isto é, por ser mulher, ou pelo estado civil da maioria que é solteira(o). Sobre a naturalidade, a maioria é paraense e oriunda do município de Belém, além da particularidade daquelas(es) de outros municípios do Pará e das(os) que são oriundas(os) de outros Estados.

Tomando por base a discussão sobre gênero, no caso das(os) assistentes sociais que trabalham em hospitais no Estado do Pará, apresenta-se uma tendência à “feminização” da categoria profissional no mercado de trabalho, assim como da própria política de saúde quando trata-se de grande parte das categorias profissionais nesta área. Além disso, destaca-se a relação entre gênero e questão racial, tendo em vista que 75% são de negras(os) (pardos e pretos, de acordo com o IBGE, 2023).

Tal resultado tem relação com a pesquisa publicada em 2022 pelo CFESS sobre o perfil das(os) assistentes sociais no Brasil⁶, a qual aponta que 50,34% das(os) participantes da pesquisa, no período de 2016 a 2019, se reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda; outros 46,98% se identificam como brancas(os); 1,85% se reconhecem como amarelas(os); e 0,32% como indígenas (CFESS, 2022).

A pesquisa destaca também que o grupo de profissionais que se reconhece predominantemente como pardo é da Região Norte: o Amazonas aparece com 70,15%; o Amapá, com 68,71%; o Pará, com 67,87%; e o Acre, com 62,78%. Assim, verifica-se que a cor/raça preta/negra/parda se apresenta como uma das particularidades da categoria profissional na Região Amazônica, outrossim, considerando a diversidade étnico-racial do país.

De acordo com Lima (2014, p. 54-55), “[...] se há uma dicotomia entre profissões masculinas e femininas, e se as mulheres ocupam uma posição de subalternidade, ganhando menos que os homens, há que se considerar que a pobreza no mundo, além de ter um gênero, tem uma cor: a pobreza é feminina e negra”.

A autora supracitada, ao chamar atenção para esse fato, deixa claro que a discussão sobre a divisão sexual do trabalho permanece atual e fundamental, pois, apesar das conquistas no mercado de trabalho, as mulheres ainda continuam sendo vítimas de preconceito, de exploração, da desigualdade de salários entre gêneros, dentre outras determinações. E, na particularidade da Região Amazônica, predomina a existência de uma população negra, com raízes dos povos indígenas e quilombolas.

O trabalho dessas profissionais nos espaços sócio-ocupacionais da saúde, por exemplo, é marcado pela precarização e flexibilização, sendo que esses fenômenos atingem também o conjunto da classe trabalhadora, enquanto característica fundamental do capitalismo contemporâneo. Contudo, no caso da política de saúde, o trabalho está associado diretamente ao cuidado – visto como lugar essencialmente feminino – e se espraia para o ambiente familiar, social etc., ou seja, coloca as mulheres como reféns da divisão sociossexual do trabalho, as quais precisam assumir a responsabilidade pelo cuidado no campo do trabalho profissional e no doméstico (PASSOS, 2018).

Dentre as profissionais que participaram da pesquisa, pode ser visto que 34% são casadas⁷ e 13% estão em união estável, o que pode ser associado ao cuidado à família (filhos e esposo) e/ou para outros parentes e familiares (pai, mãe, irmãos etc.), onde se inclui também as assistentes sociais solteiras, que estão entre os 38%, tendo em vista que, enquanto mulheres, realizam igualmente o trabalho doméstico e, possivelmente, o cuidado a familiares e outros parentes.

Ressalta-se que homens também realizam o trabalho doméstico e o cuidado, porém, a tendência que se apresenta é a feminização desse tipo de trabalho, com base em determinantes históricos, políticos e econômicos constitutivos das relações sociais no âmbito do modo de produção capitalista.

Como consequência, tem-se a chamada “feminização do cuidado”, que está relacionada ao “papel” designado, historicamente, à mulher, seja no campo informal ou formal, pois verifica-se a predominância feminina no exercício dessas atividades. No caso da área da saúde, como já foi dito, e, sobretudo, no nível da alta complexidade, onde se inserem os hospitais, as(os) profissionais constituem a rede de cuidado formal das(os) usuárias(os) dos serviços de saúde, sendo majoritaria-

⁶ O resultado da pesquisa é intitulado “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”, apresentado em forma de relatório, com base nos dados de Recadastramento – coletados no período de 2016 a 2019, pela gestão 2019-2023 do CFESS (CFESS, 2022).

⁷ Os homens que participaram da pesquisa não indicaram “casado” como estado civil.



mente profissionais mulheres, seja na Enfermagem, na Psicologia, na Terapia Ocupacional, na Fonoaudiologia, no Serviço Social, dentre outras profissões, conforme apontou a pesquisa da Revista *Forbes* (2023), onde 70% das(os) profissionais da saúde no mundo são mulheres.

De acordo com Bezerra (2024), a feminização do cuidado pode ser compreendida quando o cuidado é visto como uma prática ou ética exclusivamente da mulher, perspectiva que atravessa o conceito de feminino na sociedade, pois fala-se no contexto de uma sociedade de classes, regida pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais, logo, se espraia de forma particular nos diferentes territórios e expressa a essência do modo de produção capitalista, que segmenta e aparta a sociedade em prol da produção da mais-valia.

A autora supracitada destaca, também, que “[...] a perspectiva de que a mulher tem a capacidade natural para cuidar, a despeito do homem, gera uma série de consequências, como a sobrecarga da mulher com o cuidado com os filhos, com o serviço doméstico, cansaço, desgaste físico, dentre outras” (BEZERRA, 2024, p. 25).

Fica evidente, portanto, que o cuidado é visto e realizado como responsabilidade essencialmente de mulheres, tanto no âmbito informal quanto no formal, sendo que, no cuidado informal, raramente se identifica o homem como referência na realização dessa prática; e, no cuidado formal associado à área da saúde, também apresenta-se como tendência, entre as categorias profissionais, a presença de mulheres nos espaços sócio-ocupacionais e, conseqüentemente, neste tipo de trabalho.

As breves análises apresentadas, considerando o perfil de assistentes sociais que participaram da pesquisa, indicam que a discussão de gênero é um tema que atravessa o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho desde a sua origem, no seio da sociedade capitalista, pois é uma profissão majoritariamente constituída por mulheres até os dias atuais, o que está relacionado a determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais.

No caso da área da saúde, devido a sua natureza, a profissão ocupa lugar nesta política pública enquanto espaço legítimo e conquistado pela categoria profissional, mas que está também associado à constituição do trabalho nos serviços de saúde, vinculado ao cuidado, sendo, portanto, uma área de ampla inserção de profissionais mulheres.

O debate no contexto da profissão, outrossim, é fundamental, pois envolve tanto a formação profissional de trabalhadoras mulheres quanto uma categoria que ocupa os espaços de políticas públicas, dentre as quais a de saúde, onde atendem usuárias(os) e suas demandas, que também se relacionam à questão de gênero e seus desdobramentos. Por conseguinte, faz-se necessário que esse tema ganhe cada vez mais espaço na profissão, considerando as mudanças no mundo do trabalho e as particularidades da realidade brasileira, assim como regional, quando se fala da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, apresentando um conjunto de atribuições e competências que podem ser realizadas em diferentes campos de atuação, a exemplo da política de saúde, especialmente no SUS, sendo um espaço legítimo de inserção da categoria profissional, incluindo os hospitais de alta complexidade.

Como aspecto constitutivo do trabalho e da própria divisão sociotécnica, foi trazido para o debate a relação entre gênero e Serviço Social, particularmente na área da saúde, visto que a

questão de gênero é inerente à constituição da profissão desde a sua origem, revelando-se primordial analisar as suas particularidades e determinações.

A partir da literatura, verificou-se que ocorre o fenômeno de feminização da profissão, ainda que se tenha uma inserção significativa de profissionais do gênero masculino. Logo, manifesta-se um imbricamento entre a profissão e o ser mulher, o que está relacionado a uma divisão sexual do trabalho.

No caso do Estado do Pará, no contexto dos hospitais investigados, o perfil das(os) assistentes sociais reflete esse fenômeno de feminização, tanto pela natureza do Serviço Social quanto da própria área da saúde, na qual identifica-se um número expressivo de profissionais mulheres de diferentes áreas.

Apresentou-se como tendência, portanto, a relação entre a feminização da profissão associada à questão racial, tendo em vista que nos hospitais investigados são majoritariamente mulheres negras. Como desdobramento, verificou-se que o trabalho nesses espaços está associado ao cuidado, o qual é visto enquanto lugar essencialmente feminino, que se estende para o ambiente familiar e social, colocando a mulher como refém da divisão sociossexual do trabalho.

Além disso, destaca-se a denominada feminização do cuidado, a qual está relacionada ao papel designado à mulher na sociedade para exercer o cuidado, seja no campo informal ou no formal, de tal modo que se verifica a predominância feminina nesse tipo de trabalho.

O gênero, portanto, é um tema que atravessa o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, considerando a sua origem na sociedade capitalista. Em vista disso, o debate no contexto da profissão é fundamental, pois envolve tanto a formação quanto o trabalho profissional, o que incide sobre os usuários dos serviços e suas demandas no campo das políticas sociais que também se relacionam à questão de gênero e seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS

ANDREANI, J. F.; DIAS, M. T. G.; DALPIAZ, A. K. Reflexões acerca das requisições ao trabalho do/a assistente social na alta complexidade em saúde. *Serviço Social em Debate*, Carangola, v. 4, n. 2, p. 151-169, 2021.

BEZERRA, P. da S. *Rede de apoio de mulheres na amamentação exclusiva: um estudo em hospital de referência no município de Bragança/PA*. 2024. 43 f. Monografia (Especialização em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança) – Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança da Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARAPINHEIRO, G. *Saberes e poderes no hospital*. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1998.



CATÃO, M. *Genealogia do direito à saúde: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentes-Sociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CFESS. *Código de ética do/a assistente social* [e] Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CFESS. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CISNE, A. M. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão*. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9916>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

FORBES. *Relatório "A situação das mulheres e a liderança na saúde global"*. [S. l.]: Forbes, 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

IBGE. *Censo Demográfico*. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, R. L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARQUES, G. de S. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

PASSOS, R. G. *Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*. São Paulo: Cortez, 2018.

PRATES, J. C.; BORDIN, E. B.; NUNES, R. S. A categoria trabalho, a conjuntura regressiva e o trabalho do/a assistente social. In: PONTES, R. N. et al. (orgs.). *Serviço social brasileiro em tempos regressivos: formação e trabalho profissional em debate*. São Paulo: Cortez, 2023. p. 133-151.

SILVA, J. L. *O trabalho da/o assistente social como forma de trabalho improdutivo assalariado: uma análise a partir da expansão do Serviço Social na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período 2003-2018*. 2022. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/11994/1>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SILVA, J. L.; TRINDADE, R. L. P. Autonomia profissional e trabalho assalariado. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 1, p. 174-185, jan./abr. 2020.

SODRÉ, F. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 103, p. 453-475, jul./set. 2010.





Seção

D

Políticas Públicas, Saúde, Direito
e Legislação



FeLin: feminismo e linguagem em um projeto de extensão

FeLin: feminismo y lenguaje en un proyecto de extensión

FeLin: feminism and language in an extension project

Élidi Preciliana Pavanelli

Resumo: Este trabalho apresenta o relato de experiência do projeto de extensão *FeLin: feminismo e linguagem*, que promoveu uma formação continuada *on-line* com professoras(es) da educação básica, abordando estudos feministas, letramentos críticos e a BNCC de Linguagens. A metodologia adotada foi a pesquisa-formação na cibercultura, que valoriza o protagonismo dos sujeitos e o uso pedagógico das tecnologias digitais. Ao longo de dez encontros, foram discutidos temas como gênero, sexualidade, estereótipos, feminismo negro, linguagem neutra e práticas pedagógicas inclusivas. Os dados e interações demonstraram o potencial transformador da proposta e a urgência de formações comprometidas com a justiça social e a equidade de gênero na educação.

Palavras Chave: Formação Docente. Feminismo. Letramento Crítico. Cibercultura. Educação.

Resumen: Este trabajo presenta un relato de experiencia del proyecto de extensión *FeLin: feminismo y lenguaje* en un proyecto de extensión, que promovió una formación continua en línea para docentes de educación básica, centrada en los estudios feministas, los letramientos críticos y la BNCC del área de Lenguaje. La metodología adoptada fue la investigación-formación en la cibercultura, que valora la agencia de los participantes y el uso pedagógico de las tecnologías digitales. A lo largo de diez encuentros, el curso abordó temas como género, sexualidad, estereotipos, feminismo negro, lenguaje inclusivo y prácticas docentes inclusivas. Los datos recopilados y las interacciones destacaron el potencial transformador del proyecto y la urgencia de formaciones comprometidas con la justicia social y la equidad de género en la educación.

Palabras Claves: Formación Docente. Feminismo. Letramiento Crítico. Cibercultura. Educación.

Abstract: This paper presents an experience report from the extension project *FeLin: feminism and language* in an extension project, which promoted an online continuing education program for basic education teachers, focusing on feminist studies, critical literacies, and the BNCC for Language Arts. The adopted methodology was research-formation in cyberculture, which emphasizes participant agency and the pedagogical use of digital technologies. Over ten sessions, the course addressed topics such as gender, sexuality, stereotypes, Black feminism, gender-neutral language, and inclusive teaching practices. The collected data and interactions highlighted the project's transformative potential and the urgency of training programs committed to social justice and gender equity in education.

Keywords: Teacher Education. Feminism. Critical Literacy. Cyberculture. Education.

Élidi Preciliana Pavanelli – Professora efetiva da rede estadual de educação básica do MT. Professora na E.E. Ênio Pipino, em Sinop/MT e preceptora do programa Residência Pedagógica UNEMAT núcleo Língua Portuguesa – edital 2022. E-mail: elidipavanelli@gmail.com

INTRODUÇÃO

As diretrizes e leis educacionais ressaltam a importância de que a escola seja um espaço de reflexão crítica e de transformação social, capaz de enfrentar as profundas desigualdades presentes em nosso país. Para garantir a todos uma educação transformadora, torna-se fundamental abordar as desigualdades de gênero no ambiente escolar. Contudo, essa temática, carregada de tabus, tem sido alvo de uma crescente onda conservadora que, nos últimos anos, resultou em tentativas de censura e sua exclusão dos planejamentos pedagógicos.

Um marco importante nesse processo foi, em dezembro de 2017, a homologação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2018), que suprimiu os termos "gênero" e "orientação sexual". O Conselho Nacional de Educação (CNE) comprometeu-se a emitir orientações futuras sobre o tema, mas a ausência explícita dessas expressões na BNCC reforçou a ideia de que tais assuntos não deveriam ser abordados nas salas de aula. Com isso, o movimento Escola Sem Partido e outras frentes conservadoras ganharam força, tornando o tratamento de questões de gênero um desafio ainda maior para os educadores.

Diante desse cenário, criamos um projeto de extensão apelidado de FeLin (junção dos termos feminismo e linguagem), parte de uma pesquisa maior intitulada de "Repensando práticas docentes de línguas: contribuições dos estudos feministas", vinculado ao Grupo de Estudos em Linguagem, Letramentos, Tecnologias e Diferenças (GELLTED) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O objetivo do projeto foi oferecer formação continuada a educadoras e educadores, com foco nos estudos feministas e suas abordagens críticas, a fim de fomentar uma educação mais inclusiva e reflexiva.

Neste relato, buscamos apresentar o percurso de desenvolvimento do projeto de extensão e compartilhar alguns de seus principais resultados. Para isso, iniciamos com uma breve contextualização teórica que orientou o planejamento e a condução dos encontros formativos. Na sequência, abordamos os fundamentos metodológicos da pesquisa-formação na cibercultura (SANTOS, 2019) e descrevemos os encontros realizados explicando suas temáticas e relatando as atividades desenvolvidas, discussões e reflexões propostas. Por fim, trazemos algumas reflexões a partir dos resultados obtidos ao longo da experiência.

1. Desafios da Formação Continuada Docente

A formação continuada de professores (FC) compreende uma diversidade de ações que vão desde iniciativas estruturadas, com carga horária e certificações definidas, até práticas informais inseridas no cotidiano escolar, como grupos de estudo, trocas entre colegas e discussões em horário de trabalho. Essas formas mais integradas ao dia a dia docente aproximam-se das realidades da sala de aula e promovem o desenvolvimento profissional de maneira mais orgânica (GATTI; BARRETTO, 2009).

No contexto brasileiro, Gatti e Barretto (2009) indicam que as reformas curriculares implementadas nos anos 1990 impuseram desafios significativos às instituições responsáveis pela formação de professores. Como essas mudanças nem sempre foram incorporadas de forma consistente aos currículos das licenciaturas, surgiu a necessidade de ações de FC que auxiliassem os educadores na adaptação às novas diretrizes. No entanto, segundo as autoras, muitas dessas formações limitaram-se à difusão das reformas, sem promover debates sobre como traduzi-las em práticas



pedagógicas efetivas. Com isso, predominavam eventos pontuais, como minicursos e encontros esporádicos, que pouco contribuíam para resolver os problemas concretos enfrentados pelos docentes. Assim, cabia aos professores encontrarem, sozinhos, maneiras de implementar mudanças, sem o suporte necessário para reflexão e diálogo.

As autoras também argumentam que a estrutura dessas formações, caracterizada por sua brevidade, alcance restrito, escassez de recursos e ausência de suporte prático, comprometia sua eficácia. Outro aspecto relevante apontado por Gatti e Barretto (2009) era a exclusão dos professores do processo de elaboração das políticas e programas de formação, o que dificultava o engajamento e a apropriação crítica dessas iniciativas. Em consonância com esse pensamento, Nóvoa (2009) defende que a formação deve emergir da própria prática docente, com protagonismo dos professores na construção de seus percursos formativos.

Tendo em vista esse cenário, concebemos nosso projeto de extensão como uma proposta de formação continuada que promovesse a reflexão crítica sobre o fazer docente e a condição do educador como sujeito inserido em uma sociedade que carrega e reproduz determinados paradigmas. Consideramos fundamental pensar a formação a partir da prática e dos sentidos construídos por quem atua na educação, alinhando-nos à ideia de Nóvoa (2009) de que toda proposta formativa precisa estar ancorada na experiência e na reflexão dos próprios professores.

Dessa forma, organizamos um roteiro de estudos fundamentado nos estudos feministas e de gênero, buscando problematizar o cotidiano escolar por meio de uma abordagem crítica e decolonial que dialogue com o exercício da docência.

2. Metodologia: pesquisa-formação na cibercultura

O projeto de extensão teve como proposta desenvolver uma pesquisa-formação com docentes da educação básica, mediada por tecnologias digitais, com foco em feminismos e letramentos críticos. O objetivo foi oferecer uma formação que os capacitasse a integrar, em suas práticas pedagógicas, os saberes construídos ao longo do processo, promovendo impactos positivos tanto para suas alunas e alunos quanto para a comunidade escolar.

Na elaboração da proposta, buscamos uma metodologia que permitisse articular teoria e prática em ambientes *on-line*, tratando as tecnologias não apenas como instrumentos de mediação, mas como espaços formativos em si, capazes de gerar experiências significativas. A abordagem da pesquisa-formação na cibercultura, proposta por Edmea Santos (2019), mostrou-se adequada a esse propósito. Segundo a autora, essa modalidade envolve práticas de ensino e pesquisa ancoradas na troca de narrativas, sentidos, imagens e dilemas vivenciados por professores e pesquisadores por meio das interfaces digitais. Ela defende que tais ambientes possibilitam a constituição de sujeitos que aprendem enquanto ensinam e pesquisam, promovendo uma dinâmica formativa colaborativa e horizontal.

Foi com base nessa perspectiva que estruturamos o projeto: um espaço de aprendizagem coletiva, em que todas as pessoas (cursistas e organizadoras) atuassem simultaneamente como aprendizes e mediadoras. A cibercultura, conforme argumenta Santos (2019), oferece dispositivos e ambientes que favorecem uma aprendizagem ubíqua e conectada às múltiplas experiências (pessoais, profissionais e acadêmicas) dos participantes, promovendo uma formação contínua sensível às transformações culturais, sociais e políticas contemporâneas.

Diante desse alinhamento teórico-metodológico, optamos por denominar a proposta como uma pesquisa-formação na cibercultura, entendendo que o contexto atual da educação demanda ações formativas integradas às realidades digitais e às urgências da docência contemporânea.

3. Participantes e contexto da formação

O público-alvo do projeto foi professoras(es) da educação básica, preferencialmente da rede pública, com interesse em dialogar sobre os estudos feministas e a BNCC na área de Linguagens. Inicialmente, a formação foi planejada para até 40 docentes, número considerado viável para garantir a participação ativa de todos em um ambiente virtual colaborativo.

A divulgação ocorreu por meio do envio de e-mails informativos a escolas, sindicatos e secretarias de educação, com um formulário de inscrição acessado por *link*. O processo permaneceu aberto por 15 dias, período em que recebemos 45 inscrições. Recebemos inscrições de pessoas que não atuam na educação, mas de áreas afins como direito e psicologia e também de estudantes. Decidimos aceitar todas as inscrições e adaptar nosso planejamento inicial para acolher a todas. Após algumas desistências, ao final, 25 cursistas, provenientes de 24 municípios de diferentes estados brasileiros, participaram efetivamente da formação.

As atividades foram realizadas de forma remota, com o apoio de um grupo no *WhatsApp* e encontros semanais por videoconferência via *Google Meet*. Esses espaços virtuais possibilitaram a construção de um ambiente formativo dedicado ao estudo, à reflexão teórica e à criação de propostas pedagógicas.

A proposta formativa promoveu experiências com multiletramentos críticos, incentivando os participantes a elaborarem sequências ou protótipos didáticos inspirados em suas vivências e práticas. Essa concepção dialoga com Rojo e Moura (2012), que definem os protótipos didáticos como estruturas flexíveis e adaptáveis, possibilitando sua aplicação em diferentes contextos.

A pesquisa-formação favoreceu um processo de construção coletiva de saberes, envolvendo tanto os professores quanto as pesquisadoras em momentos de escuta, análise, troca de experiências e criação de estratégias pedagógicas. Parte essencial da formação foi a elaboração de uma proposta didática, que permitiu aos participantes pensarem em possibilidades de aplicação dos conteúdos discutidos com seus estudantes.

4. FeLin: feminismo e linguagem em um projeto de extensão

Com a aprovação da proposta pelas instâncias institucionais da universidade, iniciamos o planejamento detalhado de cada encontro do curso. Dedicamos alguns meses à seleção das temáticas, elaboração de materiais de apoio, definição das atividades e estratégias de coleta de dados, considerando que o projeto integra uma pesquisa mais ampla – a tese de doutorado de uma das proponentes. Realizamos reuniões *on-line* para alinhar as decisões, priorizando: uma fundamentação teórica atual e coerente, com destaque à produção de autoria feminina e decolonial; exemplos práticos; diversidade de recursos digitais; e espaços para escuta e reflexão.

Após essa etapa, organizamos um percurso formativo distribuído em encontros temáticos conforme Figura 1 e detalhado na sequência.

Figura 1 – Mapa das temáticas



Fonte: sistematização das temáticas elaborado pela autora no *Canva*

Encontro 1 – Apresentações e marco legal da abordagem de gênero na educação

Iniciamos com uma atividade de socialização para que os participantes pudessem se apresentar de forma mais próxima. Utilizamos o site *Mentimeter*, que favorece a elaboração de questionários com *feedback* rápidos, para promover uma interação inicial com a pergunta: “O que vem a sua mente quando pensa em gênero e sexualidade na educação?”. Em seguida, discutimos a legalidade da abordagem de gênero nas escolas, abrindo espaço para o compartilhamento de vivências relacionadas a projetos de lei que visam censurar a abordagem na escola. Apresentamos, então, um panorama histórico dessas tentativas de censura e finalizamos com a análise do *Manual de defesa contra a censura nas escolas*¹, documento elaborado por entidades de educação e direitos humanos com orientações jurídicas para os docentes.

Encontro 2 – Conceitos e terminologias sobre gênero e sexualidade

Iniciamos com uma nuvem de palavras interativa via *Mentimeter*. Para aprofundar os conceitos, utilizamos trechos do guia didático de Ribeiro e Thiengo (2019) e o *Pequeno Dicionário de Termos Ambíguos do Debate Político*², produzido pelo SPW e o PIPGLA/UFRJ. Contamos com a colaboração de um cursista, especialista na área, para explicar a sigla LGBTQIAPN+. Também abordamos a origem da expressão “ideologia de gênero”, esclarecendo seu uso político e sua não existência nos materiais escolares.

¹ Manual disponível para download em: <<https://manualdedefesadasescolas.org.br/>>

² Disponível em: <<https://sxpolitics.org/pequeno-dicionario/>>

Encontro 3 – Estudos feministas e a BNCC

Apresentamos vídeos e imagens explicativas sobre feminismo, diferenciação entre feminismo e machismo, e os fundamentos dos estudos de gênero. Discutimos a BNCC, seu processo de formulação, com a supressão dos termos gênero e sexualidade, e as competências que abrem espaço para práticas pedagógicas com enfoque feminista. Também utilizamos esse momento para discutir algumas habilidades do Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, Estado da instituição proponente do curso. Temos algumas competências e habilidades que permitem uma abordagem dos estudos feministas, principalmente as que tratam da cultura local, literatura mato-grossense e combate às desigualdades (MATO GROSSO, 2020).

Encontro 4 – Estereótipos e opressões

Propusemos uma dinâmica de dupla para identificar opressões comuns, seguida de uma discussão sobre como os estereótipos se transformam em práticas discriminatórias. Apresentamos um vídeo de experimento social com estereótipos de gênero em profissões e relacionamos com habilidades da BNCC. Finalizamos com sugestões de livros, vídeos e materiais para o trabalho em sala de aula.

Encontro 5 – Feminismo negro

A partir do vídeo *O teste da boneca*, refletimos sobre o racismo estrutural e suas manifestações na escola. Abordamos temas como colorismo, estigmas sobre corpos negros, saúde mental, desigualdades sociais e violência. Na sequência, apresentamos os conceitos do feminismo negro e possibilidades de sua aplicação na prática docente. Encerramos com um momento de escuta e socialização de práticas pedagógicas que podem contribuir para essa abordagem.

Encontro 6 – Linguagem neutra

Apresentamos o livro *Linguagem ‘neutra’: língua e gênero em debate* (BARBOSA FILHO; OTHEIRO, 2022) para fundamentar a discussão. Exemplificamos com materiais midiáticos e analisamos propostas legislativas contra seu uso. Discutimos sexismo, misoginia e argumentos contrários à linguagem neutra, além de posicionamentos do MEC e diretrizes da BNCC, que incentivam o estudo das variações linguísticas (BRASIL, 2018).

Encontro 7 – Letramento crítico

Exploramos os fundamentos do letramento crítico com mapas conceituais e uma tabela comparativa entre leitura tradicional, crítica e letramento crítico. Apresentamos habilidades da BNCC que dialogam com essa perspectiva e discutimos perguntas disparadoras para análise crítica de textos. Ao final, os cursistas compartilharam experiências e exemplos de práticas em sala.

Encontro 8 – Práticas feministas na escola

Recebemos uma professora universitária e militante do movimento feminista, que compartilhou experiências de palestras em escolas públicas. Refletimos sobre como iniciar mudanças cotidianas que promovam a equidade de gênero. Também apresentamos propostas didáticas elaboradas por organizações de direitos humanos, prontas para adaptação em sala de aula e demos espaços para trocas de experiências entre os participantes.

Encontro 9 – Estudo assíncrono

Os participantes exploraram os materiais sugeridos e, com base nas discussões do curso, elaboraram sequências de atividades ou planos de aula para suas turmas.

Encontro 10 – Socialização de práticas

Encerramos com a apresentação das propostas elaboradas pelos cursistas. Alguns relataram práticas já realizadas, outros adaptaram sugestões do curso. O encontro foi marcado por trocas ricas e reflexões sobre o percurso formativo e as contribuições pessoais e profissionais geradas pela experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão *FeLin: feminismo e linguagem* consolidou-se como uma proposta formativa potente, construída de forma coletiva, crítica e comprometida com os direitos humanos e com a promoção da equidade de gênero nas práticas educativas. Ao longo dos encontros, buscamos articular teoria e prática, reconhecendo a complexidade dos temas abordados e a necessidade de criar espaços seguros para a escuta, o diálogo e a construção de saberes.

A adesão e o envolvimento das pessoas participantes mostraram que há uma demanda significativa por formações que tratem de gênero, sexualidade e linguagem com fundamentação crítica e sensível às realidades escolares. As discussões evidenciaram tanto o desejo de transformação quanto os desafios enfrentados no cotidiano docente, como o medo da censura, a falta de apoio institucional e a desinformação sobre os marcos legais que garantem a abordagem dessas temáticas na educação.

Entre os avanços, destacamos a diversidade de estratégias pedagógicas exploradas, a valorização de materiais produzidos por autoras e autores comprometidos com uma perspectiva interseccional e decolonial, e a constante relação com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), o que contribuiu para legitimar a atuação docente diante de possíveis questionamentos. A participação ativa dos cursistas nos momentos síncronos e assíncronos reforçou a importância de práticas formativas que não apenas informem, mas também inspirem a ação.

Finalizamos este relato reconhecendo que a formação docente para a abordagem de gênero e linguagem inclusiva é um processo contínuo, que exige abertura, escuta, atualização teórica e coragem ética. Esperamos que o FeLin tenha representado, para cada participante, uma oportunidade de repensar práticas, revisitar crenças e fortalecer sua atuação em prol de uma escola mais justa, plural e comprometida com a dignidade de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Fábio R.; OTHERO, Gabriel. (org.) *A. Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba S.S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2025.

MATO GROSSO. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso Ensino Médio*. DRC/EM. SEDUC/MT, 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/novo-ensino-medio-mt/drcmt-em-documento-homologado>>. Acesso em 13 jul. 2025.

NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

RIBEIRO, Guilherme A. M.; THIENGO, Edmar R. *Discutindo gênero e sexualidade na escola: um guia didático-pedagógico para professores*. Vitória: IFES, 2019. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/561404>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, Edméa. *Pesquisa-formação na Cibercultura*. Teresina: EDUFPI, 2019. Disponível em: <<http://www.edmeasantos.pro.br/livros>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

A Justiça é uma Mulher Negra¹: uma reflexão sobre os marcadores sociais da diferença de raça e gênero na composição do Sistema de Justiça paraense

¿La Justicia es una Mujer Negra?: una reflexión sobre los marcadores sociales de la diferencia de raza y género en la composición del Sistema de Justicia paraense

Is Justice a Black Woman?: A reflection on the social markers of race and gender in the composition of the Pará State Justice System

Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães

Livia Oliveira Rickmann

Resumo: O presente artigo buscou refletir sobre a atual composição de gênero e raça do Sistema de Justiça brasileiro, especialmente no contexto paraense. A pesquisa combinou revisão teórica, análise documental e entrevistas com mulheres negras que atuam na seara jurídica, para responder ao seguinte questionamento: Como as relações de gênero, raça e classe influenciam e são influenciadas pelo universo jurídico? Além da exposição teórica acerca de conceitos como “racismo” e “patriarcado” e a relação destes com a estruturação do Sistema de Justiça, analisou-se as particularidades enfrentadas pelas mulheres negras que ingressam em carreiras jurídicas no judiciário paraense. Conclui-se que, mesmo diante de evidentes avanços na luta por representatividade, o Sistema de Justiça e o Ensino Jurídico permanecem majoritariamente branco, masculino e elitista.

Palavras Chave: Mulheres negras. Sistema de Justiça. Pará. Gênero e raça.

Resumen: Este artículo analiza la actual composición de género y raza del Sistema de Justicia brasileño, con especial énfasis en el estado de Pará. El estudio adopta un enfoque metodológico mixto, combinando revisión teórica, análisis documental y entrevistas con mujeres negras que actúan en el ámbito jurídico, con el objetivo de responder a la siguiente pregunta de investigación: ¿Cómo las relaciones de género, raza y clase influyen y son influenciadas por el sistema jurídico? Además de una discusión teórica sobre conceptos clave como racismo y patriarcado, y su relación con la estructura del Sistema de Justicia, el artículo examina los desafíos específicos que enfrentan las mujeres negras que ingresan en carreras jurídicas dentro del poder judicial paraense. Los hallazgos indican que, a pesar de avances significativos en la lucha por una mayor representatividad, el Sistema de Justicia y la educación jurídica en Brasil siguen siendo predominantemente blancos, masculinos y elitistas.

Palabras Claves: Mujeres negras. Sistema de justicia. Estado de Pará. Género y raza.

Abstract: This article examines the current gender and racial composition of the Brazilian Justice System, with a particular focus on the state of Pará. The study adopts a mixed methodological approach, combining theoretical review, documentary analysis, and interviews with Black women working in the legal field, in order to address the following research question: How do gender, race, and class relations influence—and are influenced by—the legal system? In addition to a theoretical discussion of key concepts such as racism and patriarchy and their connection to the structure of the Justice System, the article explores the specific challenges faced by Black women pursuing legal careers within the judiciary of Pará. The findings indicate that, despite notable progress in the struggle for greater representation, the Justice System and legal education in Brazil remain predominantly white, male, and elitist.

Keywords: Black woman. Justice System. Pará. Gender and Race.

¹ O título do artigo, sob a forma de uma interrogação, foi inspirado na obra das autoras negras Livia Vaz e Chiara Ramos, duas mulheres que atuam em carreiras jurídicas, intitulada A justiça é uma mulher negra. Considerando a realidade da composição do Judiciário brasileiro, que é predominantemente masculino e branco, adotou-se essa interrogação para chamar atenção para o (não) lugar da mulher negra no Sistema de Justiça brasileiro

Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães – Mestre em Sociologia Geral (2005); Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia (2016) pela Universidade Federal do Pará. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e professora adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. E-mail: sandralurine@yahoo.com.br

Livia Oliveira Rickmann – Graduada do terceiro semestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do grupo de extensão "Letramento Racial"; Membro da comissão OAB Universitária (COUNI). E-mail: livia.rickmann@icj.ufpa.br

INTRODUÇÃO

A cúpula do Sistema de Justiça brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, é um reflexo desse sistema no que diz à falta de representatividade concernente aos marcadores da diferença, raça e gênero. Isso porque, em 133 anos de história deste tribunal, houve apenas três ministras e dentre elas nenhuma mulher negra. Essa realidade reflete não uma coincidência histórica, mas sim uma trajetória de país construída sob a égide de desigualdades sociais que decorre sobretudo de uma hierarquização racial e de gênero. A intersecção entre raça, gênero e classe produz como efeito uma estratificação social na qual a mulher negra tem permanecido na base, e, por essa razão, está ausente nos espaços de poder e decisão, como é o caso do Sistema de Justiça.

Assim, considerando a perspectiva interseccional como ferramenta analítica para a compreensão de problemáticas sociais e, portanto, tendo como pressuposto o fato de que as relações de poder construídas a partir de marcadores de raça, gênero e classe não devem ser compreendidas como categorias independentes e mutuamente excludentes (COLLINS,2015), o presente estudo almeja analisar o contexto vivido pelas mulheres negras inseridas no universo jurídico.

Desse modo, o artigo, inicialmente, propôs-se a conceituar e traçar uma abordagem social e histórica dos conceitos de “patriarcado” e “racismo” e suas implicações na atualidade. Cumpre destacar que, para além de uma contextualização ampla desses fenômenos estruturais, buscou-se abordar as peculiaridades brasileiras e, sobretudo, da região norte do país, ressaltando o caráter sistêmico dessas estruturas essenciais à manutenção do modo de produção capitalista hodierno.

Posteriormente, na segunda seção do trabalho, realizou-se um exame da estrutura do Sistema de Justiça, considerando a influência das opressões de gênero, raça e classe na construção do cenário jurídico brasileiro. Sob essa perspectiva, foram observados fenômenos que dificultam a consolidação sobretudo da carreira de juristas negras.

Por fim, foram abordados relatos obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas com três mulheres negras que integram o Sistema de Justiça paraense, no ano de 2024. Neste tópico, foi possível perceber como as problemáticas analisadas a nível teórico nas seções anteriores interferem na realidade material de juristas negras que integram o referido sistema.

Deste modo, o objetivo do presente trabalho foi compreender as implicações das desigualdades sociais, sobretudo de gênero e raça, no desenho atual de composição do mundo jurídico nacional, mais especificamente no cenário paraense. Para esse fim, utilizou-se a revisão de textos acerca da estruturação e dinâmica de construção da sociedade brasileira, assim como realizou-se pesquisa de campo para fins de análise das subjetividades e materialidades que envolvem a temática abordada.

1. Racismo e Sexismo na Estruturação da Sociedade Brasileira

Compreender a sociedade atual e sua dinâmica constante de mutação perpassa, invariavelmente, pela análise da história do ser humano a partir de seu processo dialético de construção material da realidade. Deste modo, para ser possível entender o panorama social hodierno, em que as opressões de classe, raça e gênero limitam o pleno exercício da cidadania por muitos cidadãos, é preciso assimilar como estes marcadores da diferença atuam enquanto estruturantes do corpo social.

Ao analisar as particularidades do desenvolvimento social brasileiro, como aponta Netto (2018), é perceptível o caráter conservador da modernização operada no país frente à necessida-



de de adequação ao modo de produção capitalista. Sob a perspectiva do autor, o capitalismo no Brasil não fora implementado contra o “atraso” das forças coloniais, mas por meio da permanente reprodução dos institutos do passado, que ganharam características mais complexas integradas ao próprio desenvolvimento do capitalismo na nação, de modo que esta “modernização conservadora” forjou uma realidade social em que o moderno e o arcaico se retroalimentam a fim de manter as estruturas sistêmicas de poder.

Desta maneira, é fundamental analisar as origens históricas de estruturas conservadoras como o patriarcado e o racismo para entender a atual configuração social da nação, uma vez que estas formas de opressão foram inseridas no projeto de modernização brasileiro e, portanto, permanecem sendo reproduzidas, bem como reproduzindo o *modus operandi* do capitalismo, marcado pela constante violação de direitos fundamentais dos cidadãos.

Assim, por patriarcado, entende-se o conjunto de relações de poder que historicamente subordinam as mulheres aos homens (SAFFIOTI, 2013), produzindo uma realidade em que o corpo feminino é coisificado e associado à reprodução e à mera satisfação do prazer dos sujeitos do sexo masculino. É possível atribuir as origens materiais dessa estrutura opressora ao processo de divisão do trabalho e à simultânea transformação do homem em proprietário, surgindo, desta forma, a necessidade do controle reprodutivo e sexual das mulheres, a fim de proteger a própria propriedade privada e garantir o domínio do homem sobre aqueles que a herdariam, de modo que:

O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. (ENGELS, 1986, p. 69)

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as ferramentas patriarcais estão intrinsecamente ligadas ao surgimento da propriedade privada, percorrendo, portanto, a história da humanidade até os dias atuais. Sobre isto, é imperioso destacar que o atual modo de produção, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na conseqüente exploração da força de trabalho daqueles que não o detém, embora muitas vezes se utilize de mecanismos superestruturais (cultura, direito, política entre outros) para mascarar a estrutura desigual social, permanece reproduzindo violações à dignidade feminina.

Nessa perspectiva, é válido, como defende Federici (2017), analisar o nascimento do capitalismo e a relação deste fenômeno histórico com o processo de opressão do corpo feminino. Para a autora, o processo de acumulação primitiva – conceito este cunhado por Karl Marx para postular a necessidade de uma prévia concentração de capital, bem como da dissociação entre trabalhadores e meios de produção para o desenvolvimento do capitalismo – não se esgotou no contexto de transição do sistema feudal para o atual modo de produção, de maneira que a contínua expulsão de trabalhadores de suas terras, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do sistema capitalista em qualquer época.

Nesse sentido, observa-se que as mulheres, até então, tinham uma participação na dinâmica comunitária, passando a ter seu âmbito de atuação delimitado ao lar, exercendo um tipo de traba-

lho não reconhecido como tal e, conseqüentemente, não remunerado. Desse modo, como defende Federici (2017), percebe-se uma organização em que a mulher responde ao homem na seara privada e este, por sua vez, responde ao seu patrão na esfera pública.

Ademais, quanto a posterior inserção da mulher no mercado de trabalho, realizado para além do ambiente doméstico, é imperioso destacar dois pressupostos essenciais para análise do fenômeno em questão: primeiramente, como afirma Angela Davis (2016), as mulheres negras sempre realizaram atividades fora do lar, uma vez que a desumanização do regime escravista, o qual considerava essas mulheres mera propriedade a serviço de homens brancos, sequer permitiu que a estas fossem atribuídos os estereótipos de feminilidade, associados à fragilidade e amabilidade, que eram tidos como atributos naturais das mulheres brancas.

Outro fator essencial à análise aqui pretendida é o entendimento de que, como aponta Saffioti (2013), a inserção da mulher no mercado laboral se deu de maneira ilusória e precária. Isto porque é possível verificar não só a invisibilização das atividades domésticas que antecedem o próprio trabalho produtivo da indústria, como também a precarização do trabalho feminino exercido fora do lar, tendo em vista que a permissão para a realização deste se deu mais em função da necessidade de mão-de-obra na indústria do que de uma transformação na mentalidade social acerca dos direitos das mulheres.

Imprescindível destacar também, como fenômeno histórico determinante para as condições sociais hodiernas, a estruturação do racismo enquanto sistema de opressão consolidado a partir da escravidão moderna e seus mecanismos de reprodução de desigualdades raciais. Quanto a isso, conforme defende Clóvis Moura (2014), o modo de produção predominante nos primórdios da colonização do Brasil pode ser definido como o Modo de Produção Escravista, dada a ausência de relações feudais e capitalistas, embora, como já fora destacado quando analisado o conceito de acumulação primitiva sob a perspectiva de Federici (2017), tanto a apropriação do corpo feminino quanto a apropriação das riquezas produzidas nas colônias por meio da exploração da mão-de-obra escrava foram fundamentais e necessárias para o estabelecimento das relações de produção capitalistas.

Nesse sentido, ainda a partir da perspectiva de Moura (2014), entende-se que a transição do modo de produção escravista para o capitalista ocorreu de forma dependente, pois a associação das elites locais ao capitalismo global se deu de forma subalterna e não houve, como em outros países, a aliança entre a burguesia e a classe proletária observada nas revoluções liberais, sendo constituída, portanto, uma realidade duplamente desigual, seja a nível local, pela divisão entre explorados e exploradores, seja a nível internacional, uma vez que o Brasil permaneceu dependente das economias das antigas metrópoles.

Desse modo, embora o modo de produção tenha sido alterado, a exploração permaneceu enquanto característica sistêmica inalterada, de maneira que a Lei Áurea de 1888 – a qual estabeleceu uma igualdade formal liberal incapaz de modificar as condições materiais de vida da população que fora escravizada –, a Lei de Terras de 1850 – responsável por consolidar o regime dos latifúndios no Brasil e dificultar o acesso à terra pelos menos favorecidos economicamente – e a política de branqueamento entre finais do século XIX e início do século XX – em que os imigrantes europeus ocuparam as atividades laborais disponíveis e as pessoas negras passaram a compor o que podemos chamar de exército de reserva – representam o que é entendido por Moura (2014) como um processo de transição sistêmica pautado na reprodução de desigualdades.



Diante deste cenário em que o racismo pode ser assimilado enquanto sistema de dominação estruturante do corpo social brasileiro, deve-se dirigir especial atenção, na análise aqui almejada, à sua dimensão institucional, que se manifesta por meio de ações diretas, quando um tratamento desvantajoso é dirigido intencionalmente a um sujeito devido a sua raça, ou indiretas, em se tratando dos casos em que determinada prática, aparentemente inofensiva, atinge desigualmente os indivíduos, de maneira que, em ambos os casos, a representação predominantemente de pessoas brancas nos ambientes de comando das instituições contribui com a legitimação dessas atitudes excludentes.

Por conseguinte, como afirmam Moreira, Almeida e Corbo (2022), é possível analisar este processo como um fluxo, que começa na conduta discriminatória do agente – quando a conduta é praticada por representantes de instituições – e recebe um caráter institucional, que se torna prática coletiva em nossa sociedade e chega até uma dimensão estrutural, a qual reverbera produzindo vulnerabilidades e expondo à violência as minorias raciais.

No mesmo sentido, deve-se compreender o racismo enquanto fenômeno estrutural, ou seja, como o conjunto de ações institucionalizadas que determinam o tratamento sistêmico que as minorias raciais irão receber na sociedade (MOREIRA; ALMEIDA; CORBO, 2022). Esse caráter coletivo do racismo estrutural influencia diretamente diversas esferas da vivência dos indivíduos, pois esses são subordinados e sofrem diversas violências desde o início de suas vidas. Logo, ao encontrar esses empecilhos para se integrar de forma eficaz na sociedade, o indivíduo não consegue participar dos processos decisórios e, por consequência, tem seus interesses invisibilizados.

Frente às considerações iniciais então expostas, é notório a necessidade do patriarcado e do racismo, enquanto opressões estruturais, para o funcionamento do sistema capitalista, considerando que “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero” (ÁVILA, 2011, p. 65).

Desta forma, tendo como ponto de partida a indissociabilidade de raça, classe e gênero na construção da realidade sistêmica, adiciona-se ainda outro pressuposto essencial à análise aqui pretendida, a saber: a territorialidade. Quanto a isso, entende-se que abordar as relações sociais na região Norte de um país latino-americano exige atenção às peculiaridades de uma localidade considerada “periferia da periferia global”, uma vez que, para além de inserida no contexto de capitalismo dependente internacional, o norte do Brasil pode ser entendido como região que, a nível nacional, foi historicamente “ferida aberta pelo progresso, sugada pelos sulistas e amputada pela consciência nacional” (MOSAICO DE RAVENA, 1992).

Como consequência lógica dos processos históricos ora pontuados como aqueles responsáveis por conduzir a sociedade ao atual padrão de relações de produção, observa-se que, considerando a ocupação predatória da região Norte – em que povos originários e o meio ambiente foram intensamente agredidos, seja pela ocupação da Amazônia no período colonial, seja pelos avanços de multinacionais frente à globalização –, esta foi historicamente destinada à produção de matéria prima com baixo valor agregado e extraída sob condições de trabalho precárias, se tornando economicamente dependente das outras regiões.

Logo, tendo em vista que a lei geral de acumulação capitalista “[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital, expressando o grau de exploração da força de trabalho, tendo como consequência a pobreza que atinge a classe trabalhadora” (MARX,

1985, p. 210), o próprio processo de acumulação verificado na relação entre detentor dos meios de produção e vendedor de sua força de trabalho se consuma também a nível regional, uma vez que o mais-valor da região sudeste/sul do país é obtido mediante a constante superexploração da população nortista.

Posto isso, percebe-se que analisar raça e gênero nesta parte do território nacional pressupõe inúmeras particularidades, sendo imperioso destacar um dos primeiros empecilhos ao estudo das relações sociais na região: a carência de dados e pesquisas em relação às demais localidades do país, o que, para além de sintoma das disparidades regionais, contribui com a perpetuação destas, uma vez que para propor soluções é necessário primeiramente conhecer os problemas os quais se pretende combater.

Nessa perspectiva, destaca-se que, no que se refere à população negra na região Norte, durante muito tempo perdurou a tese de que aquela não possuía uma presença significativa na localidade, culminando, como defende Salles (1971), em um processo sistemático de apagamento das contribuições culturais da população negra na região. Observa-se, inclusive, o reflexo deste silenciamento no que se refere à escassez de dados acerca do perfil demográfico da Amazônia, afinal, como também enuncia Salles (1971), até a instituição do recenseamento nacional, as estatísticas populacionais amazônicas sempre foram insuficientes ou ainda incertas, uma vez que determinadas categorias teóricas não conseguem refletir a diversidade étnica e cultural da região.

No mais, para além deste “vazio estatístico” que torna frágil e inconsistente a tese de que a presença negra não fora significativa no desenvolvimento da região, deve-se destacar, como analisa Pantoja (2012), que a quantidade de pessoas negras no Norte do país sofreu um aumento expressivo após a abolição da escravidão, tendo em vista os processos de migração ocorridos no país durante o período de expansão urbana, o qual, como é necessário ressaltar, promoveu um inchaço populacional desacompanhado de políticas públicas na região, de maneira que a falta de saneamento básico, o desemprego, a ausência de moradia, bem como a dificuldade de acesso a alimentos, devido o encarecimento destes, produziu uma realidade em que muitos ficaram à margem desta urbanização desigual.

Frente a este processo, a elite paraense, compreendendo tal problemática sob uma perspectiva racista e equivocada, engendrou um projeto político higienista de branqueamento populacional, buscando “civilizar” e “adequar” a sociedade da região aos padrões europeus e às exigências da sociedade moderna. Como afirma Pantoja (2012), é visível, em documentos oficiais de Antônio Lemos e políticos do período, a tentativa de inferiorizar cidadãos pela sua raça, classe ou gênero.

Neste cenário, portanto, observa-se que as opressões vividas durante o regime da escravidão pouco sofreram alterações substanciais, de maneira que as pessoas negras, sobretudo as mulheres, não receberam oportunidade para ascender socialmente. No que se refere às mulheres pretas, destaca-se que estas, seguindo a lógica observada a nível nacional, permaneceram, majoritariamente, ocupando funções domésticas. Sobre isto, ressalta-se que, para manter o controle sobre essas cidadãs, foram criados, no final do século XIX e início do século XX, mecanismos de fiscalização e punição das trabalhadoras “rebeldes” em Belém, de forma que:

Em consonância com essa ideia, foi criada a Postura Regulamentar para o Serviço Doméstico em Belém, um código de leis instituído no ano de 1898. Tal legislação teria vigorado por mais de uma década e tinha por finalidade última o

controle desses serviços e, por extensão, a própria vigilância das práticas e costumes das mulheres negras. O referido código prescrevia em seu artigo 289 que "todo serviçal" deveria ter seu nome inscrito no livro de registro junto à Secretaria da Comarca de Belém, sendo que no ato da inscrição o mesmo deveria pagar uma taxa de mil réis. (PANTOJA, 2012, p.36)

Diante destes apontamentos históricos, portanto, evidencia-se que raça, gênero, classe e território atuam de modo interligado, construindo a realidade da população que habita a região Norte e que foi colocada à margem do processo "civilizatório" empreendido de maneira selvagem no local desde a colonização até o estágio atual do capital global.

Nesse sentido, o Norte do país é colocado a longos passos atrás de outras regiões do Brasil, sendo constatada uma realidade em que o saneamento básico é precário – segundo o Censo de 2022 do IBGE, apenas 22,8% dos domicílios da região possuíam acesso a rede de esgoto, em comparação, por exemplo, à taxa de 86,2% da região sudeste –, a educação é negligenciada – de acordo com o Censo Escolar de 2023, 63,4% das instituições de ensino nortistas apresentavam conexão com internet, ao passo que, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, este percentual subia para 98,7% – e o acesso à saúde é privilégio de alguns – o estudo de 2022 "A Regionalização da Saúde no Brasil" do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), demonstrou que, em média, Norte e Nordeste têm um número de leitos de UTI no SUS por residente (4,4 e 4,3 por 100 mil residentes) bem menor que do Sul e Sudeste (11,0 e 9,6 por 100 mil residentes).

Logo, pensar uma estrutura social mais democrática e plural para o país, perpassa também, invariavelmente, pelo direcionamento de um olhar mais atento às regiões historicamente invisibilizadas, nas quais as desigualdades tendem a se manifestar de modo ainda mais latente.

2. A Estrutura Jurídica Brasileira

Em face de uma sociedade marcada pelas opressões de raça, classe e gênero, a estrutura jurídica brasileira reflete essas desigualdades em sua organização (perfil de seus membros), uma vez que funciona como superestrutura, ou seja, enquanto instrumento estratégico das classes dominantes (MARX, 1985) que atua consolidando e perpetuando mecanismos segregadores essenciais para a efetivação e manutenção do poder dos grupos privilegiados.

Assim, observa-se um perfil majoritário de juristas homens, brancos e de histórico familiar economicamente favorável que move as engrenagens do Sistema de Justiça a fim de que este siga funcionando a partir de pressupostos racistas e segregacionistas, tendo em vista que tanto o ensinamento quanto a aplicação do Direito permanecem vinculada às compreensões conservadoras que visam a manutenção do *status quo* dos que historicamente foram privilegiados socialmente.

Inicialmente, portanto, para compreender as segregações e opressões inseridas no contexto do Sistema de Justiça, é fundamental destacar os entraves observados no próprio ingresso de determinados cidadãos às carreiras jurídicas. Isso porque, para além das dificuldades para adentrar as universidades e concluir a graduação – tendo em vista a atuação da raça, da classe e do gênero como marcadores da diferença que acompanham o sujeito ao longo dos mais variados espaços e momentos de sua vida, limitando as oportunidades, o tempo e o acesso destes a determinados ambientes –, observa-se também a dificuldade de inserção no mercado de trabalho jurídico.

Sobre isso, como pontua Vaz e Ramos (2021), percebe-se critérios que indiretamente atuam como barreiras de acesso da população negra, sobretudo as mulheres negras e economicamente desfavorecidas, a esses espaços de poder. Como destacam as autoras, provas que exigem a milimétrica memorização de leis pressupõem candidatas que podem desfrutar de condições e tempo para adquirir tais habilidades, o que, principalmente considerando o cotidiano das mulheres negras brasileiras – marcado pela dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho, bem como, muitas vezes, condições de moradia e transporte diário inadequadas –, não é uma realidade.

Ademais, é válido ressaltar que os instrumentos de qualificação profissional e acadêmica como a pós-graduação, o mestrado e o doutorado também atuam como critérios desiguais, na medida em que o acesso a estes programas ainda está distante de ser equânime para as pessoas negras, mulheres e trabalhadores que possuem rendas abaixo do considerado o mínimo essencial. O que demonstra, novamente, as dificuldades existentes não só no processo de ingresso na graduação em Direito, mas também de permanência no mercado de trabalho jurídico, cada vez mais concorrido e especializado.

Nesta perspectiva, é necessário retomar os conceitos de trabalho do cuidado (FEDERICI, 2017), bem como de racismo estrutural e institucional (MOREIRA; ALMEIDA; CORBO, 2022) para compreender os fenômenos que, em muitos casos, impedem a consolidação de carreiras jurídicas de muitos cidadãos. No que tange à economia do cuidado, sabe-se que esta constitui trabalho não remunerado na sociedade, e, portanto, uma espécie de apropriação do tempo despendido, sobretudo por mulheres, para a realização de tarefas consideradas “obrigações” femininas.

Essa destinação de tempo para atividades como organização do lar, cuidado com filhos ou terceiros, planejamento das dinâmicas familiares entre outras, torna a jornada das mulheres desigual em relação àquela realizada pelos homens. Como demonstra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, as mulheres com mais de 14 anos dedicavam, em média, 21,3 horas semanais para a realização de afazeres domésticos, ao passo que, em relação aos homens, este tempo era de 11,7 horas, o que significa dizer que a população feminina destina praticamente o dobro do tempo da parcela masculina da sociedade para realizar tarefas do lar.

Este fator de desigualdade, que por si só constitui enorme entrave para as mulheres – nesta dinâmica de acumulação de funções e exigências, estas possuem menos tempo para dedicar aos estudos e ao trabalho, assim como são alvo de um desgaste físico e mental contínuo frente à cobrança de corresponder às demandas laborais e do lar –, somado à reprodução de estereótipos de gênero e comportamentos misóginos, culminam em uma dinâmica de trabalho desaceleradora do potencial feminino dentro do mercado laboral.

Nesse sentido, traz-se a análise empreendida por Menkel-Meadow (2013) acerca da desproporção entre a presença de mulheres em certas atividades e a carência destas ocupando as posições de maior destaque em profissões do Sistema de Justiça. Este fenômeno, para a autora então citada, pode ser denominado de “puxa-empurra”, uma vez que as mulheres são “puxadas” para tarefas em que são tidas como competentes (normalmente associada a questões domésticas) e “empurradas” para fora dos cargos mais altos e valorizados.

A partir desta constatação de que, muitas vezes, apesar de entrarem em determinados ambientes laborais as mulheres possuem dificuldade em progredir e ascender em suas carreiras, Kahwage e Severi (2019), a fim de investigar tais desigualdades no universo jurídico, as classificam em: segregação horizontal, segregação vertical e concentração de mulheres em determinados cargos. Quanto à



primeira, esta refere-se às áreas jurídicas ocupadas por mulheres, de maneira que tais ocupações são influenciadas por estereótipos de gênero que acabam por limitar as possibilidades destas cidadãs no Direito, compelindo estas a exercerem, muitas vezes, especialidades com menores remunerações e prestígio.

Já a segregação vertical refere-se à sub-representação de mulheres em ocupações de maior responsabilidade mesmo quando estas possuem níveis de qualificação iguais ou superiores a dos homens. Por fim, a concentração de mulheres em cargos públicos da administração de justiça advém sobretudo da necessidade de conciliar a vida profissional e doméstica, conciliação esta que, como já fora mencionado, demanda manobras para solucionar questões de tempo, influência de problemas domésticos no trabalho, dupla ou tripla jornada, entre tantas outras dificuldades que sobrecarregam a mulher moderna.

Adentrando assim a realidade vivenciada por mulheres no ambiente jurídico, observa-se a reprodução de estereótipos que associam as carreiras jurídicas a atributos como a objetividade, racionalidade e competitividade, os quais são características socialmente entendidas como masculinas.

Diante deste cenário, observa-se uma contradição naquilo que é esperado das mulheres que atuam no ramo do Direito. Por um lado, as mulheres se sentem pressionadas a ocultar sua identidade de gênero e a se adequar aos padrões de masculinidade exigidos, sob o risco de enfrentarem marginalização profissional. Por outro, aquelas que adotam esse comportamento podem ser rotuladas como excessivamente masculinas ou difíceis de lidar, sofrendo penalizações por isso (SCHULTZ; SHAW, 2003).

Novamente destacando os recortes de raça/etnia, é válido pontuar, como afirmam Tharuell Kahwage e Fabiana Severi (2019), que as mulheres negras são ainda mais afetadas por estereótipos no mundo jurídico. Isto porque a imagem profissional considerada aceitável para carreiras jurídicas leva em conta apenas as características historicamente atribuídas às mulheres brancas como passíveis de enquadramento em um perfil laboral, de modo que, muitas vezes, mulheres negras são sexualizadas ou taxadas como raivosas e temperamentais no espaço de trabalho.

Nesse sentido, é evidente que, mesmo diante de uma maior presença feminina em carreiras jurídicas, este processo de inserção mostra-se extremamente alinhado a mecanismos que reproduzem desigualdades de gênero e raça, dificultando, assim, a permanência, bem como a ascensão de mulheres no ambiente laboral do Direito.

Ademais, é fulcral pontuar o fenômeno do racismo estrutural e institucional enquanto mecanismos enraizados na estrutura jurídica do país (MOREIRA; ALMEIDA; CORBO, 2022), seja no ensino do Direito, seja no mercado laboral deste ramo. Nesse sentido, aponta-se para o fato de que, como fora previamente abordado, historicamente a população negra teve suas condições de acesso à educação de qualidade e formação profissional negadas, o que, conseqüentemente, torna o ingresso desta parcela da população mais restrito no ensino superior, na pós-graduação e no mercado de trabalho.

Nesse viés, é fundamental pontuar que a Lei Federal n. 12.711, que instituiu a política de cotas no ensino superior, apesar de fundamental para a democratização do acesso às universidades públicas no Brasil, não garante a permanência dos sujeitos na graduação e, sobretudo, não tem se mostrado suficiente para garantir que estes sejam verdadeiramente inseridos socialmente. Isto se deve ao fato de que, em que pese iniciarem a graduação em Direito, muitos indivíduos enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte, moradia, custeio de alimentação, bem como em relação aos

próprios conteúdos ministrados, por advirem de um ensino básico deficitário, o que, desta forma, torna a conclusão do curso uma incerteza e um desafio.

Assim, além destes empecilhos que obstam a formação de muitos alunos cotistas, cumpre ressaltar que, em se tratando daqueles que conseguem concluir o curso de Direito, o mercado de trabalho no universo jurídico permanece hostil e desigual, o que torna a busca por emprego em escritórios de advocacia e o processo seletivo para cargos públicos uma tarefa exaustiva e degradante, uma vez que a reprodução de estereótipos, as provas de memorização, a exigência cada vez maior de especialização entre outros fatores aqui já citados dificultam a consolidação de carreiras jurídica por pessoas negras.

Ainda quanto às políticas de cotas, deve-se destacar a tentativa de implementação destas nos concursos para cargos do Sistema de Justiça. Quanto a isto, sabe-se que a Lei Federal n. 12.990, promulgada em 2014 e estendida ao poder Judiciário em 2015, determinou a institucionalização das cotas raciais em concursos públicos, prevendo a reserva de 20% das vagas aos indivíduos autodeclarados negros (pretos e pardos). Todavia, para que esse percentual seja aplicado, é necessário que a quantidade total de postos de trabalho para o cargo previsto no edital do concurso público seja maior que ou igual a três. Logo, um edital que preveja apenas uma ou duas vagas para um mesmo cargo sequer permite a implementação da política de cotas.

Desta feita, embora seja fundamental incentivar e fortalecer a implementação das cotas raciais no Brasil, é necessário também atentar-se para o que sucede o ingresso de pessoas negras nas instituições de ensino e nos órgãos públicos. Isso porque, consoante ao que defende Moreira, Almeida e Corbo (2022), o racismo institucional faz parte do cotidiano das organizações nacionais, de modo que essas, predominantemente ocupadas por pessoas brancas e economicamente favorecidas, reproduzem estereótipos e padrões de comportamento que reforçam a segregação de sujeitos negros, tornando o acesso e a permanência destes no Sistema de Justiça uma barreira quase que intransponível.

3. O Lugar da Mulher Negra no Sistema de Justiça

Frente à conceituação então apresentada acerca das raízes históricas brasileiras, bem como da estrutura na qual o universo jurídico se desenvolve, é fundamental partir para uma análise empírica da realidade fática brasileira, sobretudo em relação à região Norte, particularmente o judiciário paraense. Assim, o presente tópico dedicar-se-á a abordar os dados referente ao perfil daqueles que atuam no Sistema de Justiça, assim como trará os resultados de entrevistas realizadas com mulheres negras que atuam em carreiras jurídicas no Estado Pará, com o intuito de articular teoria e realidade concreta.

No que se refere aos dados obtidos acerca do perfil do Judiciário, o relatório parcial do Censo de 2023, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça, revela a permanência da desproporcionalidade racial e de gênero entre aqueles que ocupam cargos do referido setor. Cumpre destacar, inicialmente, que o citado levantamento contou com a participação de apenas 40,5% dos(as) magistrados(as), uma vez que o fornecimento de dados era voluntário por parte daqueles que integram o Poder Judiciário.

Nesse sentido, observando os dados obtidos, atesta-se que, no que tange ao sexo dos magistrados(as), 59,3% se identificam enquanto pertencente ao masculino e 40,1% ao feminino. Embora



tal percentual revele um progresso em direção à equidade de gênero, uma vez que, em relação ao Censo de 2013, a proporção era de 64,1% para 35,9%, depreende-se a permanência de um perfil majoritariamente masculino.

Além disso, em relação à raça dos magistrados(as), a discrepância é ainda mais evidente, tendo em vista que 82,5% se declaram brancos ao passo que apenas 15% se declaram negros (13,6% negro - pardo e 1,4% negro - preto). Curioso destacar ainda que, em comparação ao Censo de 2013, houve uma diminuição, mesmo que discreta, no percentual de magistrados(as) que se auto-declaram negros, uma vez que, no levantamento passado, a proporção entre negros e brancos eram de 15,6% para 82,8%.

Mesmo considerando variáveis como a de participantes que responderam aos questionários da pesquisa, não deixa de ser um fato merecedor de atenção a queda, ainda que de apenas 0,6 pontos percentuais, da representatividade de pessoas negras nos cargos de magistratura, sobretudo considerando o abismo, fruto das desigualdades históricas aqui já narradas, entre brancos e negros no Judiciário. Quando se trata especificamente de mulheres negras, constata-se que elas representam apenas 2% do universo da magistratura, o que revela o efeito cabal da intersecção entre racismo e sexismo na instituição que tem o condão de assegurar direitos.

Adentrando especificamente a realidade da Região Norte e principalmente do Estado do Pará, constata-se que, em relação ao perfil racial dos magistrados, os tribunais da região apresentam um avanço significativo em relação aos demais tribunais do país. Isto porque, como restou atestado pela Pesquisa sobre Negros e Negras realizada pelo CNJ em 2021, no que concerne ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o percentual de magistrados(as) negros(as) é de 44,5%, ou seja, 31,7 pontos percentuais acima da média nacional, que é de 12,8% em relação aos outros tribunais estaduais.

Entretanto, mesmo que o referido percentual de magistrados(as) negros(as) no TJPA se destaque frente ao total do país, a representação de pessoas negras nestes espaços ainda carece de proporcionalidade em relação ao perfil racial dos brasileiros. Nessa perspectiva, por exemplo, segundo o Censo do IBGE de 2022, a população autodeclarada parda no Pará era de 69,9%, o que revela uma disparidade ainda alarmante frente à falta de reflexo dessa proporção em espaços de decisão. Demais disso, a pesquisa não revelou os dados em relação ao gênero desses magistrados, mas a julgar pelo cenário de outras estruturas de poder é possível inferir que haja a predominância de homens negros, de modo a manter quase inalterável a ausência de mulheres negras nesses espaços.

Ainda no que concerne à composição racial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, Souza e Siqueira (2023) ressaltam que se trata de uma corte composta majoritariamente por mulheres e que, inclusive, atualmente tem uma mulher como presidente. Todavia, as magistradas que compõem o tribunal em questão são predominantemente brancas. Esse cenário exposto pelas autoras apenas demonstra que, apesar da persistência da desigualdade de gênero nos espaços de poder e decisão, as mulheres brancas podem se beneficiar de maneira desproporcional em relação às mulheres negras, em razão de privilégios raciais.

Nesta perspectiva, embora o TJPA apresente certa discrepância quanto ao gênero em relação a outros tribunais do país, no que se refere à raça, não há diferença significativa em relação ao restante do país quando a análise leva em consideração o perfil racial da população local. A este respeito, Souza e Siqueira (2023) afirmam que, apesar da particularidade do TJPA (maior número de mulheres), pessoas brancas permanecem como maioria neste tribunal, mesmo o Pará tendo uma

população em que quase 70 % das pessoas se autodeclararam negras, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em relação aos órgãos que integram o Sistema de Justiça porém não fazem parte do Poder Judiciário, é interessante destacar o perfil dos servidores do Ministério Público com base na pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), “Perfil Étnico-Racial do Ministério Público brasileiro e acompanhamento das ações afirmativas do CNMP”. No que tange ao referido levantamento de dados, atestou-se que as pessoas brancas são maioria em todos os cargos e posições do Ministério Público, ao passo que a presença de pessoas negras é inversamente proporcional ao *status* hierárquico.

Sobre isso, ainda que negros sejam 40,3% dos estagiários, são apenas 15,7% dos membros. Além disso, entre membros e membras, há maioria de homens (60,9%) e pessoas brancas (81,9%), de maneira que, entre os membros negros e negras, 10,3% são homens e 5,4% mulheres. Apenas 0,7% (81 mulheres) são pretas entre os mais de 13 mil membros do Ministério Público brasileiro.

Frente ao quadro então relatado, em que mulheres negras permanecem enquanto minoria nos espaços de decisão, cumpre analisar os relatos obtidos a partir de entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas, com integrantes do sistema de justiça que fazem parte deste perfil ainda minoritário. Assim, poder-se-á compreender subjetividades e os diferentes contextos que passam a discussão centrada na falta de representatividade de gênero e raça no cenário jurídico.

No que tange às entrevistas realizadas, foram feitas três entrevistas, preservando as identidades das participantes, com mulheres negras que atuam em diferentes carreiras do Sistema de Justiça no Estado do Pará, sendo elas: promotora (entrevistada nº 1), defensora pública (entrevistada nº 2) e desembargadora (entrevistada nº 3). Ambas responderam às seguintes perguntas: Qual foi sua trajetória pessoal e profissional para chegar até aqui (educação, graduação, concursos etc)”, “Qual ou quais os maiores obstáculos enfrentados por você para ocupar seu atual cargo?”, “Você considera que ser uma mulher negra diferencia sua vivência no presente órgão? Se sim, como?” e “De que modo o trabalho reprodutivo, do cuidado, é ou não um obstáculo para a consolidação da sua carreira?”.

Quanto à pergunta relativa à trajetória pessoal e profissional das entrevistadas, a nº 1 afirmou vir de uma família que poderia ser considerada de classe média à época de sua formação educacional, a qual, vale ressaltar, ocorreu em escolas da rede privada. Em relação ao ensino superior, destacou que sua opção, devido às condições econômicas de sua família, somente seria realizar a graduação na rede pública e na capital paraense, razão pela qual concluiu o ensino médio distante de sua cidade de origem, o que, vale destacar, reflete a realidade de muitos estudantes que não conseguem ter acesso ao ensino superior em seus municípios.

No que tange a sua posição pessoal frente ao contexto social, ela afirma que, apesar de ter tido uma juventude bastante engajada com movimentos sociais da igreja católica, não tinha um olhar específico e tão voltado à questão racial, relatando que:

“Eu e minha irmã sofremos um processo de branqueamento, talvez, pelo meu pai, que era negro. Mas não era uma coisa porque ele era racista. Não! Ele tinha sofrido muito de racismo e ele tentava proteger a mim e a minha irmã para que a gente não passasse pelas coisas que ele tinha passado”. (Entrevistada nº1, 2024)



Já em sua atuação no Ministério Público, ela narra ter sido mais provocada acerca do racismo e sua identidade enquanto mulher negra, momento este quando também passou a perceber a relação deste problema social com as demandas de direitos humanos que recebia.

No que concerne à trajetória da entrevistada nº 2, esta afirmou que sua atuação no ramo dos direitos humanos é anterior ao seu ingresso na defensoria pública e que é a primeira em sua família a adentrar o ambiente jurídico, visto que seus parentes, no geral, possuíam uma atuação ligada ao magistério e à área da saúde.

Quanto à entrevistada nº 3, esta contou ter crescido no interior em uma família muito carente e com muitos filhos. Pontuou também ter estudado a vida inteira em escola pública e cursado Direito em uma universidade privada, por meio do Crédito Educativo. Afirmou ainda que a educação foi essencial para sua formação e que foi a primeira de seus irmãos a ter ensino superior.

Em relação ao segundo questionamento, relativo aos maiores obstáculos para ocuparem os cargos que atualmente ocupam, as entrevistadas nº 1 e 2 ressaltaram o grau de exigência e dificuldade dos concursos públicos, o que, considerando a necessidade de conciliar estudos com demandas pessoais e sociais, impõe aos candidatos uma rotina de quase que dedicação exclusiva à preparação para as provas.

Sobre isto, a entrevistada nº1 relata ter vivido uma rotina extremamente intensa de estudos, bem como ressalta que tal processo só fora possível pois contou com uma rede de apoio e com recursos financeiros, uma vez que já trabalhava. “Hoje, se você não tem isso, a tua possibilidade de sucesso num concurso desse... “caboclo” tem que ser muito focado, senão não passa” (Entrevistada nº 1, 2024).

Nesse sentido, a promotora ressaltou sua visão sobre a realidade brasileira e as dificuldades existentes para que seja possível se preparar para concursos jurídicos, o que, vale destacar, vai ao encontro daquilo pontuado por Vaz e Ramos (2021) quanto à exigência excessiva de concursos e provas jurídicas enquanto impasse ao acesso de pessoas negras a essas carreiras.

“E eu acho que mulheres negras como eu, se não tiverem emprego, suporte... uma rede de suporte, ingressar em carreiras como a do Ministério Público é muito difícil. E aí por isso a gente compara... hoje eu posso dizer isso: se você olha para dentro do Ministério Público são poucas as mulheres negras que estão dentro”. (Entrevistada nº 1, 2024)

A entrevistada nº 2 (2024), por sua vez, ressaltou que sua própria presença no cargo que ocupa representa uma quebra de paradigmas. “Porque não é: Ah, chegou uma defensora negra na defensoria que coisa boa! Não, antes de tudo é uma denúncia, é um ocupar um espaço”.

Ademais, ressaltando que, embora criada por uma família muito simples em um bairro periférico de Belém, sempre possuiu um lar estruturado e que lhe forneceu condições de estudo, a defensora pontuou seus questionamentos quanto aos obstáculos enfrentados pela maioria dos jovens negros formados em direito e que buscam adentrar o mercado de trabalho, porém, muitas vezes, vivem em lares marcados pelo desemprego, violência doméstica, carência de bens materiais dentre outras questões.

Destacou, desta forma: “A barreira lá de trás que falo é quem são esses jovens, quem são essas pessoas que querem ingressar nessas funções, como estão essas famílias lá atrás. esses pais têm trabalho? Esses pais negros...” (Entrevistada nº 2, 2024).

No que concerne ao questionamento “Você considera que ser uma mulher negra diferencia

sua vivência no presente órgão? Se sim, como?”, ambas as entrevistadas, embora ressaltando não viverem realidades hostis e de agressões diretas, relataram o caráter social e institucional do racismo.

“Não é fácil porque as pessoas são muito racistas. Ninguém é racista declarado, é racista velado. E é muito pior lidar com essas pessoas assim porque quando a gente sabe que o preto não pode sentar ali, a gente briga por aquele lugar, mas quando todo mundo diz que você pode sentar mas aí senta só os escolhidos e os outros ficam do lado de fora... ah você se atrasou... você se atrasou”. (Entrevistada nº 1, 2024)

“Não considero a minha atuação sendo tolhida ou tendo algum obstáculo direto, mas considero que a instituição enquanto instituição que está dentro da sociedade que é pautada por racismo institucional, por um racismo estrutural e ela é uma instituição que nasce de tudo isso... sim, tem.” (Entrevistada nº 2, 2024)

A desembargadora (entrevistada nº 3) também ressaltou a necessidade de que, para que o racismo seja enfrentado nas instituições e que essas possam ser ambientes saudáveis às pessoas negras, é fundamental uma mudança de comportamento geral dos que compõem esses órgãos.

“Assim, eu acho que essas conquistas nós não conseguimos só por nós, nós conseguimos também a partir da consciência dos próprios integrantes do poder da necessidade dessa inclusão de entender que o nosso mundo pode ser mais igual, que a sociedade deve ser representada por todos.” (Entrevistada nº 3, 2024)

Por fim, considerando o questionamento acerca do trabalho do cuidado e o impacto deste na vida das mulheres negras entrevistadas, ambas também foram unânimes em afirmar a sobrecarga vivenciada pelas trabalhadoras que necessitam conciliar diferentes jornadas e tipos de atividade, sobretudo em um contexto em que as carreiras jurídicas exigem uma flexibilidade muitas vezes incompatível com as demandas domésticas, que recaem majoritariamente sobre as mulheres.

“O machismo é um obstáculo grande na nossa carreira. Por quê? Eu viajo para caramba.. como que uma mãe viaja? Como que uma esposa viaja, entende? Então uma das grandes dificuldades que me atravessa é o machismo.” (Entrevistada nº 1, 2024)

“O desafio está em você conseguir distribuir o seu tempo e dar conta de todas essas etapas, mas que é necessário principalmente quando se fala em mulher, que em relação ao trabalho doméstico, a atenção da família, ela é muito mais cobrada que os homens, né?” (Entrevistada nº 3, 2024)

Ademais, a defensora pública ressaltou a importância de mulheres ocupando cargos no Sistema de Justiça para que, assim, as demandas femininas também sejam mais visibilizadas, pois segundo ela: “Assim, se somos nós que estamos dentro e fora, trabalhando em casa e fora, também, em algum momento, somos nós que vamos proceder, incentivar essas mudanças dentro dessas instituições” (Entrevistada nº 2, 2024).



Os relatos obtidos evidenciam aquilo que fora abordado a nível teórico nas seções anteriores, sendo observado fatores como as dificuldades impostas pelos concursos públicos, que demandam uma rede de suporte e condições financeiras para que seja possível se dedicar exclusivamente aos estudos, a carência de representatividade de mulheres negras no Sistema de Justiça, as complicações advindas do território, considerando a ausência de estruturas educacionais completas nos interiores do Pará, bem como a difícil, porém necessária, conciliação das demandas do trabalho exercido fora do lar e o doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que as desigualdades de gênero, raça e classe interferem na dinâmica de estruturação do Sistema de Justiça Brasileiro, o qual, em seu turno, ao permanecer um espaço ocupado majoritariamente por elites brancas, contribui para que opressões sejam perpetuadas na sociedade.

Sobre isto, mostrou-se fundamental compreender o universo jurídico enquanto superestrutura necessária à manutenção das desigualdades sociais que estruturam a sociedade capitalista. Concluiu-se, nesse sentido, que o racismo, enraizado no passado colonial brasileiro e perpetuado por mecanismos complexos de negação de oportunidades às pessoas negras mesmo após o fim do regime da escravidão, bem como o patriarcado, que também possui raízes no Brasil colônia e na estruturação social a partir da centralização do poder na figura do proprietário masculino, são também fatores essenciais para a compreensão das relações sociais que se estabelecem no capitalismo.

Sob esta perspectiva, percebeu-se que, para além das barreiras impostas às mulheres negras que almejam cursar Direito, são ainda perceptíveis as dificuldades de permanência vivenciadas por aquelas que ingressam na graduação e em relação às que buscam adentrar o mercado de trabalho, considerando as exigências de concursos e especializações, assim como a necessidade constante de conciliar as atividades laborais com o trabalho do cuidado.

Ressaltou-se também a necessidade de territorializar as análises sociais, ou seja, considerar os fatores históricos e políticos particulares de determinadas localidades, o que, em relação à região Norte, significa entender que a região é permeada por desigualdades históricas que influenciam, inclusive, no próprio levantamento de dados acerca de sua população.

Logo, considerando o território como importante mecanismo de estudo da realidade, observa-se o agravamento de dificuldades relacionadas à educação, tempo despendido na locomoção, qualidade das habitações, estrutura educacional e de serviços dos interiores e outros fatores que influenciam o processo de formação educacional e profissional de mulheres negras que vivem no Norte do país.

Ante o exposto, evidencia-se que as relações sociais, marcadas pelas opressões de gênero, raça e classe, são influenciadas e influenciam o Sistema de Justiça na medida em que este, enquanto superestrutura, não só reflete as dinâmicas estruturais como as justifica ideologicamente.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. *Cadernos de Crítica Feminista*, v. 5, n. 4, p. 48–71, dez. 2011
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resultados parciais do Censo do Poder Judiciário 2023: relatório*. Brasília: CNJ, 2023. 137 p. ISBN 978-65-5972-122-1. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/relatorio-do-censo-de-2023.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p 244.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. IBGE, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018*. IBGE, 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019*. IBGE, 2019.
- KAHWAGE, Tharuell Lima; SEVERI, Fabiana Cristina. Para além de números: uma análise dos estudos sobre a feminização da magistratura. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 56, n. 222, p. 51-73, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/222/ril_v56_n222_p51>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- MARX, Karl. Capítulo XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista, Capítulo XXIV A assim chamada Acumulação primitiva. In: *O capital - Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985.
- MENKEL-MEADOW, Carrie. A sociologia comparada das advogadas: a feminização da profissão jurídica. Tradução: Lucinelli Kuster. *Panóptica*, Vitória, v. 8, n. 25, p. 67-96, 2013. Disponível em: <https://scholarship.law.uci.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1519&context=faculty_scholarship>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philippe Oliveira de; CORBO, Wallace. *Manual de educação jurídica antirracista*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- MOSAICO DE RAVENA. *Belém-Pará-Brasil*. Álbum: Cave Canem. Belém, 1992. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ScejiE0HNCc>>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. p. 30-40.
- PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. Gênero: cenas do mundo do trabalho: fragmentos de experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). *Revista Espaço Acadêmico*, Caxias do Sul, n. 243, p. 23-36, maio 2012.



ROCHA, Edmar da. *Belém-Pará-Brasil* [recurso eletrônico]. 1992. Disponível em: <<https://open.spotify.com/intl-pt/track/7uoXOvT366E7NChqO5Tgdx>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SCHULTZ, Ulrike; SHAW, Gisela (orgs.). *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 2003.

SOUZA, Luanna Tomáz; SIQUEIRA, Samara Tirza Dias. A pergunta pela mulher negra nos crimes raciais julgados no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. *Revista de Direito Público*, vol 20, n. 16, 118-140 abr/jun, 2023.

VAZ, Livia Sant'Anna; RAMOS, Chiara. *A justiça é uma mulher negra*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2021.

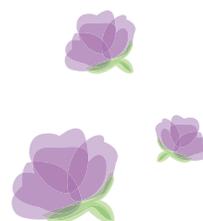




Seção

E

Participação, História e
Representação política de
Mulheres



Limites e Potencialidades da Pesquisa em Fontes Inquisitoriais para a História das Mulheres na Amazônia¹

Límites y Potencialidades de la Investigación en Fuentes Inquisitoriales para la Historia de las Mujeres en la Amazonía

Limits and Potentials of Research in Inquisitorial Sources for the History of Women in the Amazon

Juliane de Miranda Souza

Rafael Ivan Chambouleyron

Resumo: Este artigo analisa as possibilidades e limites do uso das fontes inquisitoriais da Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará (1763–1769) como suporte para a escrita da história das mulheres na Amazônia. A partir de uma perspectiva metodológica inspirada nos estudos de gênero e na história social, objetiva-se refletir metodologicamente sobre os desafios e possibilidades dessas fontes para a escrita da história das mulheres na Amazônia colonial. Também se discute a tensão entre a normatividade inquisitorial e as vozes subalternas presentes nos processos. Defende-se que essas fontes permitem reconstruir experiências femininas, relações de poder e práticas culturais na Amazônia colonial.

Palavras Chave: Inquisição. Gênero. Amazônia Colonial. Fontes Históricas. História das Mulheres.

Resumen: Este artículo analiza las posibilidades y limitaciones del uso de las fuentes inquisitoriales de la Visita del Santo Oficio al Grão-Pará (1763–1769) como apoyo para la escritura de la historia de las mujeres en la Amazonía. Desde una perspectiva metodológica inspirada en los estudios de género y en la historia social, se propone reflexionar metodológicamente sobre los desafíos y las posibilidades que estas fuentes presentan para la construcción de la historia de las mujeres en la Amazonía colonial. Asimismo, se discute la tensión entre la normatividad inquisitorial y las voces subalternas presentes en los procesos. Se defiende que estas fuentes permiten reconstruir experiencias femeninas, relaciones de poder y prácticas culturales en la Amazonía colonial.

Palabras Claves: Inquisición. Género. Amazonía Colonial. Fuentes históricas. Historia de las Mujeres.

Abstract: This article explores the possibilities and limitations of using inquisitorial records from the Holy Office in Grão-Pará (1763–1769) as sources for writing the history of women in the Portuguese colonial Amazon. Drawing on methodologies from gender studies and social history, it critically examines the challenges and potential these documents offer for reconstructing women's experiences in colonial Amazonia. The article also addresses the tension between inquisitorial norms and the subaltern voices that emerge in the records. It argues that, despite their normative framework, these sources provide valuable insights into female experiences, power dynamics, and cultural practices in the colonial Amazon.

Keywords: Inquisition. Gender. Colonial Amazon. Historical Sources. Women's History.

¹ O texto é resultado do Plano de Trabalho intitulado “Entre orações, práticas mágicas e sociabilidades multirraciais: as perseguidas negras na mesa do Santo Ofício da Inquisição no Grão-Pará (1763-1769)”, e da pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História desenvolvido por Juliane de Miranda Souza, sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Chambouleyron, na Faculdade de História da UFPA. Tal pesquisa é vinculada ao Projeto “Mundo amazônico. Dinâmicas globais, transatlânticas e transamazônicas (séculos XVII e XVIII)” que conta com financiamento do CNPq.

Juliane de Miranda Souza – Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com pesquisa em práticas religiosas de mulheres afrodescendentes na Belém colonial (PIBIC/CNPq 2023–2025). Integra os grupos de pesquisa GEPAC, Grupo de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (UFPA/CNPq) e o Grupo "Impérios Ibéricos no Antigo Regime" (UFRRJ). E-mail: mirandaajulianne@gmail.com

Rafael Ivan Chambouleyron – Doutor em História pela University of Cambridge; Mestre em História Social pela USP; Professor Titular da Universidade Federal do Pará e atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História. É docente colaborador na UFMA e na Universidad Pablo de Olavide (Espanha). Especialista em História Social da Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII), com foco em território, ocupação, economia e trabalho na região. E-mail: rafaelch@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A escrita da história das mulheres na Amazônia colonial impõe desafios metodológicos significativos, especialmente quando se parte de fontes produzidas por instituições de repressão como a Inquisição.² Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os limites e potencialidades das fontes inquisitoriais da Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará (1763–1769), problematizando como tais documentos podem ser mobilizados para acessar experiências femininas silenciadas. Ao considerar o Grão-Pará como uma região em crescimento econômico onde “Belém era, a este tempo, umas das maiores e mais populosas cidades da América portuguesa” (MATTOS, 2009, p.2), e as mulheres como sujeitos historicamente subalternizados, buscamos compreender de que forma essas fontes revelam relações de poder, resistências cotidianas e práticas culturais a fim de analisar como esse contexto reflete as “dinâmicas de mestiçagem” coloniais, conceito desenvolvido por Paiva (2015) e adotado como aporte neste artigo. A proposta é aliar uma perspectiva metodológica dos estudos de gênero à análise documental da Inquisição, lançando luz sobre a complexidade das representações femininas nesses registros coloniais.

Estudar mulheres a partir de fontes inquisitoriais é um exercício metodológico e historiográfico fundamental para a recuperação de vozes silenciadas e experiências marginalizadas na história. Essas fontes — como denúncias, interrogatórios e confissões —, embora produzidas por uma instituição de controle e repressão (a Inquisição), permitem o acesso a fragmentos da vida cotidiana de mulheres em geral invisibilizados nos registros históricos. A escolha temporal da segunda metade do século XVIII decorre da visita do Santo Ofício ao Grão-Pará (1763-1769), que produziu uma ampla documentação salvaguardada no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* e disponibilizada digitalmente. Vale ressaltar também que será utilizado como fonte o *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*, organizado por José do Amaral Lapa (1978), que contém as denúncias e confissões transcritas.

1. Metodologias da Pesquisa em História com Base nos Estudos de Gênero

A pesquisa histórica fundamentada nos estudos de gênero exige um deslocamento epistemológico que reconhece o gênero como categoria analítica fundamental, conforme proposto por Joan Scott (1995), entendendo que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86). Tal abordagem permite observar as relações sociais como construções históricas permeadas por desigualdades e jogos de poder, especialmente entre homens e mulheres. Neste artigo, o uso do gênero como lente interpretativa visa compreender não apenas o conteúdo das fontes inquisitoriais, mas também as condições em que foram produzidas, bem como os discursos que moldaram a representação das mulheres. Argumenta-se que essas fontes, mesmo marcadas por uma linguagem de controle e normatividade, podem ser relidas a partir das brechas que deixam entrever vozes dissidentes e experiências de resistência.

Nesse sentido, é preciso ler as fontes (mesmo que não tenham sido produzidas pelas mulheres), que permitem inferir práticas, discursos e resistências, a contrapelo. Os documentos revelam muito mais do que se lê à primeira vista e representam hierarquias sociais, de gênero e étnicas, portanto é preciso trabalhá-las por um viés da interseccionalidade dos encontros entre classe, raça

²Para produção recente sobre o período colonial, ver: Cancela; Cavalcanti; Nauar; Quintela, 2023, p. 97-161.

e colonialidade. No contexto colonial, as classificações hierárquicas de identidades étnicas se ampliam conforme o poder colonial metropolitano se expande criando novas categorias raciais, como os mulatos, cafuzos, índios mestiços e crioulos (PAIVA, 2015), de maneira a complexificar a qualificação dos indivíduos no desenvolvimento da nova sociedade mestiça que se forma. Nesse sentido, se insere a produção das classificações sociais permeada pela colonialidade que está em

todos aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. (LUGONES, 2020, p. 55)

Assim, as categorias de “qualidade” (índio, gentio, branco, mestiço, mameluco, bastardo, negro, preto, crioulo, mazombo, pardo, mulato, caboclo, cabra, entre muitos outros) e “cor” desempenharam papéis essenciais na identificação, distinção e classificação nas sociedades ibero-americanas entre os séculos XV e XIX (PAIVA, 2016). No entanto, é importante reconhecer que esses conceitos foram construídos no passado e operados com significados que podem não corresponder totalmente às interpretações contemporâneas. A análise da “cor” da pele de um indivíduo, por exemplo, pode ter sido um marcador sociocultural com importância diferente da que atribuímos hoje; dessa maneira, a análise da etnicidade das mulheres nas fontes inquisitoriais deve ser problematizada.

No que concerne à classe, da forma moderna na qual a compreendemos hoje, há um limite em utilizá-la para o período colonial em vista de que essa noção está historicamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo industrial e à consolidação das relações de trabalho assalariado. No contexto colonial, especialmente na América portuguesa, as formas de produção e reprodução social eram fortemente marcadas por relações escravistas, clientelistas e hierarquias de casta e estatuto. Como observa Federici (2023), a acumulação primitiva — especialmente na colonização — foi marcada pela violência contra os corpos racializados e femininos, sendo a base da construção do capitalismo, mas com formas sociais distintas da luta entre burguesia e proletariado. Sob este viés, aplicar diretamente a noção moderna de “classe” (como categoria marxista estruturada em torno da oposição entre burguesia e proletariado) pode resultar em anacronismos e distorções analíticas. Em vez disso, torna-se mais produtivo pensar em formas coloniais de desigualdade e dominação que combinavam raça, gênero, origem étnica, religião e estatuto jurídico — compondo uma matriz de subalternização complexa e interseccional. Isso não significa descartar totalmente a categoria “classe”, mas sim recontextualizá-la a partir das condições históricas específicas da colônia, especialmente quando se trata de analisar sujeitos como mulheres indígenas, negras e pobres. Com base nisso, vê-se a importância de uma leitura crítica e desconstrutiva das fontes inquisitoriais.

2. As Fontes da Visita da Inquisição ao Grão-Pará (Séc. XVIII)

A Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará, realizada entre 1763 e 1769, insere-se em um contexto de reforço da ortodoxia católica nas colônias ultramarinas portuguesas, num momento em que o Império buscava consolidar o controle religioso, moral e político sobre populações consideradas heterogêneas e “suspeitas” de práticas heréticas (MATOS, 2009). A visita teve como principal motivação o combate a comportamentos e crenças que escapavam às normas da Igreja. A Visitação

produziu um vasto conjunto de documentos que registram interrogatórios, denúncias, confissões e sentenças. Segundo levantamento realizado por Mattos (2009, p. 182), têm-se o total de 48 pessoas acusadas, dos quais 73% eram homens (35 casos) e 27% mulheres (13 casos), com predominância masculina nas acusações de feitiçaria, blasfêmia e sodomia. As mulheres, por sua vez, aparecem principalmente associadas à cura e à magia, práticas enraizadas no cotidiano doméstico e nas redes de saber popular. Em relação à etnia, de acordo com Mattos (2009), dos 485 indivíduos citados no decorrer dos processos e denúncias, 353 eram brancos (73%), 55 indígenas (11%), 42 negros (9%), 17 mamelucos (4%), 12 mulatos (2%) e 6 cafusos (1%).

Estas fontes oferecem um retrato minucioso da vida cotidiana, das práticas religiosas e dos comportamentos considerados desviantes pela ortodoxia católica. No que tange à história das mulheres, tais registros revelam acusações recorrentes de feitiçaria, bigamia, práticas sexuais consideradas imorais e desvios da fé. Embora produzidos sob coerção institucional, esses documentos expõem aspectos do universo feminino colonial: saberes populares, redes de sociabilidade, formas de resistência e negociações com o poder. É a partir da análise crítica dessas fontes, em diálogo com a teoria de gênero, que se busca compreender a atuação das mulheres amazônidas na colônia e a maneira como foram representadas (ou silenciadas) pelo aparato inquisitorial.

Para evidenciar a potencialidade que os estudos das fontes da inquisição possuem, trazemos à baila dois casos para demonstrar os entrelaçamentos existentes entre mulheres de distintas origens que traçaram rotas alternativas ao que era considerado comum pela igreja católica no século XVIII. O primeiro constitui um processo movido contra Joana Maria³, mulher preta escravizada que, em 1764, foi denunciada por seu senhor, Gonçalo José da Costa, ao visitador inquisidor Giraldo José de Abranches (ANTI, II, Processo 2691, fl. 12). O motivo? Valeu-se de práticas mágico-religiosas para dois fins principais: abrandar o coração de seu senhor, que a castigava cruelmente, e para amansar seu marido Francisco, escravizado preto do mesmo engenho. Em resumo, o senhor acreditava que Joana utilizava práticas mágicas com o intuito de interferir nas relações domésticas prejudicando uma indígena chamada Felipa que exercia grande poder sobre o senhor Gonçalo. Durante os interrogatórios conduzidos pelo visitador do Santo Ofício, Joana negou as acusações mais graves, incluindo uma suposta tentativa de matar sua senhora, Maria Rosa. No entanto, admitiu fazer uso de ervas, chamadas tajás, e de cruces pelo corpo, que, segundo ela, tinham apenas a finalidade de fortalecer laços afetivos com a “índia Felipa” e seu senhor Gonçalo. Ao longo dos depoimentos, Joana confessou utilizar raízes e plantas com propósitos protetivos e terapêuticos, o que ela mesma associava às dificuldades do cativo e às formas de sobrevivência diante dos castigos físicos. Segundo o seu depoimento, Joana

conta de que tinha as ditas raízes, e que delas tinha usado por duas vezes por conselho da dita mulata Quitéria para abrandar o ânimo do dito seu senhor, que continuamente a castigava cruelmente, lhe disse também o modo com que usava das ditas raízes lhe ensinara a dita Quitéria, que era esfregar com elas os pulsos dos braços e dizer ao mesmo tempo estas palavras = senhor paitinga⁴

³ Ver mais em: SOUZA, Juliane de Miranda. *Abrandar os corações para fugir dos castigos: os feitiços da preta Joana Maria nas malhas inquisitoriais do Grão-Pará (1763-1769)*. Orientador: Rafael Chambouleyron. 34 f. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025. Disponível em: <<https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/7911>>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

⁴ *Paitinga* é um termo registrado no dicionário tupi-português presente no apêndice da obra *Poranduba Maranhense*, de Frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão. Segundo o autor, a palavra era utilizada no sentido de “Pai, Padre, Frade”, mas com a observação de que, em uso mais comum, significava “senhor”. Trata-se de um exemplo da polissemia e adaptação cultural da língua tupi aos contextos coloniais cristãos e hierárquicos.

assim como vossa mercê tem raiva de mim, assim se lhe abrande o coração = as quais palavras lhe ensinou também a dita Quitéria. E que nas duas vezes que ela confitente usou das ditas raízes na forma referida experimentou que o dito seu senhor lhe não dera castigo; e somente na ocasião em que a fez ir para o tronco e que a tornou a castigar, ela neste tempo não usava ela confitente destas ditas raízes por lhe ter pegado o seu confessor. (ANTT, IL, Processo 2691, fl. 5)

Os problemas de Joana, porém, estavam além das relações de exploração escravista. Em interrogatório, confessa que aprendeu com uma indígena de nome Luiza um feitiço para que seu marido ficasse manso e a quisesse bem (ANTT, IL, Processo 2691, fl. 9v). A necessidade desta ajuda mágica se deu em função de Francisco suspeitar que Joana não lhe guardava fidelidade; a confitente revela que acabou fugindo da casa onde viviam por medo dos castigos que seu marido preparava para ela e, ao encontrar abrigo na casa de Luiza, aprende que “era remédio bom, certo para lhe querer bem o dito seu marido e lhe não dar castigos, se lavar-se ela confitente nas suas partes vergonhosas, lançando a primeira água fora, e guardando a segunda água com que se lavasse para dá-la a beber ao dito seu marido, quando lhe pedisse água” (ANTT, IL, Processo 2691, fl. 9v). E assim o fez, quando foi impedida por uma aprendiz do seu marido, o preto Manoel, que contou sobre suas artimanhas e frustrou os seus planos.

A Inquisição interpretou tais práticas como formas de manipulação da vontade alheia — uma violação direta do princípio cristão do livre-arbítrio — e, portanto, consideradas manifestações de malefício e aproximação com o demoníaco, isso porque “a postura processual inquisitorial [...] baseada na ideia de que por trás de uma ação mágica existia, em potência, um contato com uma força sobrenatural e maligna, tinha por diretriz a função de inspecionar a consciência dos réus em busca do principal e real manipulador dos feitiços: o Demônio” (LIMA, 2021, p. 42). Em 1768, foi emitida a sentença. O visitador reconheceu a gravidade das práticas atribuídas a Joana, interpretando-as como indícios de pacto diabólico e transgressão à fé cristã. Apesar disso, levou-se em consideração seu arrependimento, a confissão parcial, o tempo já cumprido em cárcere desde 1762 e a ausência de provas cabais quanto à intenção homicida. Como resultado, Joana foi condenada à abjuração de leve suspeita na fé, a mais um mês de reclusão, à participação em instruções religiosas e à realização de penitências espirituais.

O segundo caso trata da apresentação de Izabel Maria da Sylva⁵ à mesa inquisitorial, em 1763, para confessar que, por três anos consecutivos, havia praticado uma conhecida forma de adivinhação popular denominada “sorte de São João” (LAPA, 1978, p. 184). A prática consistia em encher um copo de vidro com água na noite de São João e lançar dentro dele um ovo cru, observando a forma que a clara assumia para tentar visualizar imagens reveladoras, enquanto se rezava

Cf. MARANHÃO, Frei Francisco de N. S. dos Prazeres. Poranduba Maranhense: relação histórica da Província do Maranhão. Apêndice com o dicionário abreviado tupi-português. *Separata da Revista de Geografia e História*, São Luís: Diretório Regional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. II, n. 2, jun. 1947. pp. 251–252.

⁵ A biografia da confitente refere-se a ela como mulher casada com o capitão do regimento da praça de Belém, Domingos da Silva, sendo nascida e residente nesta cidade, na rua de São João. É interessante observar que sua confissão não inclui qualquer qualificação étnica, o que pode sugerir que fosse branca, considerando os padrões de identificação racial da época, nos quais a ausência de marcações específicas geralmente implicava branquitude. Outro ponto relevante é que, mesmo após a abolição oficial da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos pelo Regimento do Santo Ofício reformado durante o período pombalino (MAXWELL, 1996), Izabel ainda assim sente a necessidade de afirmar sua condição de cristã-velha. Tal afirmação pode ser compreendida como uma tentativa de reforçar sua respeitabilidade e ortodoxia religiosa, buscando com isso credibilidade diante do tribunal e, possivelmente, penalidades mais brandas.

um Pai-Nosso e uma Ave-Maria (LAPA, 1978, p. 184). Acreditava-se que, por meio desse ritual, seria possível obter sinais do destino — especialmente quanto ao estado civil futuro de terceiros, comumente mulheres.

Izabel relatou com detalhes cada uma das três sortes que realizou: no primeiro ano, viu a imagem de uma igreja com altar e sacerdote, o que interpretou como sinal de que um estudante (cujo nome não recordava) se tornaria padre, o que de fato se confirmou. No segundo ano, ao questionar se uma jovem da Rua do Limoeiro se casaria com um homem da terra ou do Reino, ela viu nitidamente um navio e a moça sozinha — o que foi interpretado como presságio de um casamento com um homem vindo do Reino, o que também se concretizou. No terceiro ano, “para saber se outra chamada Nazária, parda, filha de Maria, parda, e de pai incógnito, moradora na Vila de Bragança ouviu dizer ela confitente a muitos anos que foi degradada não sabe por ordem de quem, havia de casar com homem do Reino, ou da Terra” (LAPA, 1978, p. 185).

Sua ação repetida ao longo de três anos demonstra iniciativa, intenção e desejo de saber sobre o futuro amoroso de outras mulheres — solteiras, viúvas, casadas, e até mesmo de uma degradada. Ao mesmo tempo, ela reconhece que agia à margem das normas da Igreja e, ao final, expressa arrependimento — o que pode ser interpretado como uma estratégia de autodefesa frente ao tribunal. A preocupação inquisitorial se dá não apenas com o conteúdo da prática, mas com o potencial de autonomia que ela representa: mulheres tentando conhecer o futuro, interpretando sinais, desafiando a mediação exclusiva da Igreja sobre o sagrado. Ao relatar que o marido a repreendeu, a confitente revela como o controle sobre o corpo e a fé feminina não vinha apenas da Igreja, mas também do próprio espaço doméstico. Esse relato expõe uma rede disciplinadora — Inquisição, Igreja, família — que tenta restringir a ação autônoma feminina, inclusive no campo simbólico e afetivo.

Nota-se que os discursos inquisitoriais produzidos durante a Visitação ao Grão-Pará revelam uma profunda imbricação entre gênero, religião e poder, com especial ênfase sobre o corpo feminino como *locus* de controle e vigilância moral. As mulheres aparecem frequentemente nos registros como alvos de denúncias por práticas como feitiçaria e “desvios” religiosos, sendo julgadas não apenas por seus atos, mas por encarnarem simbolicamente o perigo da desordem social e espiritual. A sexualidade feminina, sobretudo quando expressa fora do matrimônio ou das normas da Igreja, era tratada como ameaça à ordem divina e patriarcal, sendo rigidamente codificada e punida. Nesse sentido, o corpo da mulher torna-se objeto de suspeita e repressão, inscrito em uma lógica inquisitorial que visava silenciar formas autônomas de existência e espiritualidade. O discurso inquisitorial, ao mesmo tempo em que pretendia apagar a agência feminina, paradoxalmente revela — nas entrelinhas das denúncias e confissões — as estratégias de resistência, os saberes populares e as redes de solidariedade construídas por essas mulheres. Assim, a leitura crítica desses discursos, a partir dos estudos de gênero, permite vislumbrar como o sistema colonial e cristão operava para produzir uma subjetividade feminina submissa, ao mesmo tempo em que expõe as fissuras desse projeto normativo.

Apesar de sua origem repressiva, as fontes inquisitoriais representam um grande potencial para a história das mulheres, ao permitirem acesso indireto a trajetórias que raramente apareceriam em documentos oficiais. Elas expõem práticas cotidianas, conflitos domésticos, formas de religiosidade popular e vivências corporais, revelando uma multiplicidade de experiências femininas na Amazônia colonial. Esses registros documentam tanto a imposição de normas patriarcais quanto os modos como as mulheres as negociavam ou contestavam. Ao explorar essas fontes com olhar



crítico, é possível recuperar fragmentos de subjetividades femininas cuja presença foi frequentemente invisibilizada, mas que, por meio das fontes inquisitoriais, persistiram frente “à impossibilidade de falar de si mesma e do seu próprio ser” (PERROT, 2005, p. 10).

Contudo, não se pode ignorar os limites impostos pelas próprias condições de produção dessas fontes. Os documentos inquisitoriais foram redigidos por homens brancos que representavam uma instituição patriarcal, eurocêntrica e violenta, interessada na manutenção da ortodoxia religiosa e da hierarquia social. Assim, os relatos contidos nas confissões e denúncias estão atravessados por coerção, medo e mediações institucionais. Nesse sentido, há sempre a possibilidade de distorções, confissões forçadas e censuras. Logo, as vozes femininas que emergem nesses registros são sempre filtradas pelo olhar inquisitorial evidenciando a tensão entre a tentativa de silenciar e a emergência de subjetividades nos depoimentos, o que exige cuidado metodológico e uma leitura atenta às ausências, silêncios e distorções. Ademais, as categorias usadas pela Inquisição nem sempre correspondem às experiências vividas pelas mulheres, tornando necessário reinterpretar os dados com categorias mais sensíveis à complexidade dos sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia colonial, marcada por sua condição de território de fronteira dentro do Império Português, oferece um cenário singular para a análise das relações de gênero. As mulheres ali viviam em contextos atravessados por intensos processos de mestiçagem, mobilidade e violência colonial. Nesse ambiente, as fontes inquisitoriais tornam-se ainda mais reveladoras: mostram como a normatividade católica buscava controlar corpos e práticas em uma região onde as fronteiras culturais eram fluídas. As práticas religiosas das mulheres, suas relações familiares e sua inserção em redes locais são elementos que, quando cruzados com uma leitura de gênero, revelam dinâmicas específicas da experiência feminina amazônica. Isso demonstra a complexidade dos discursos inquisitoriais, em que práticas culturais mestiças são registradas sob a ótica da repressão, mas que, sob análise crítica, revelam formas de saber, agência e espiritualidade feminina no contexto colonial amazônico. A leitura dos casos de Joana Maria e Izabel Maria permite entender como mulheres se apropriaram de elementos da religiosidade oficial para praticar rituais voltados à resolução de conflitos afetivos e sociais, afirmando, ainda que de maneira subalterna, um protagonismo simbólico e interpretativo do mundo que as cercava e que as fez serem perseguidas por possuírem um conhecimento que implicava saberes que desafiavam o sistema de poder predominante na sociedade colonial paraense (BELTRÃO, 1990).

A análise das fontes inquisitoriais do Grão-Pará evidencia tanto o potencial quanto os desafios de utilizá-las na construção da história das mulheres. Tais documentos não oferecem um retrato transparente da realidade, mas sim registros de conflitos entre normas e práticas, entre repressão e agência. A chave está em adotar uma metodologia que reconheça o caráter ambíguo dessas fontes, explorando seus vazios, contradições e interstícios. Assim, é possível resgatar experiências e subjetividades femininas que, embora não tenham deixado voz direta, ecoam nos registros produzidos por seus inquisidores. Ao propor uma leitura atenta e crítica dessas fontes, este artigo defende que a história das mulheres na Amazônia pode, sim, ser parcialmente reconstituída a partir do olhar vigilante da Inquisição — desde que esse olhar seja metodologicamente desconstruído.

REFERÊNCIAS

ANTT, IL, 028, Processo 2691, fl. 65.

BELTRÃO, Jane Felipe. As mulheres que ousam saber: um estudo etnográfico da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao estado do Grão-Pará. *Caderno Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, n° 20, abr./jun. 1990, pág. 51 - 70.

CANCELA, Cristina Donza; CAVALCANTI, Natália; NAUAR, Ana Lúcia; QUINTELA, Rosângela. *História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)*. São Paulo: Livraria da Física, 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução coletivo Sycorax. Ed. São Paulo: Elefante, 2023.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Monique Marques Nogueira. *Entre o chicote e a fogueira: escravidão e Inquisição portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. 2021. (Doutorado em História) - Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2021.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. [2008]. pp.52-83.

MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da inquisição no Grão-Pará pom-balino (1763-1769)*. 2009. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996,

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 301 p.

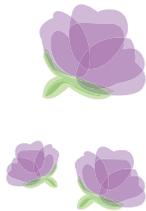
PAIVA, Eduardo França. Senhores “pretos”, filhos “crioulos”, escravos “negros”: por uma problematização histórica da “qualidade”, da “cor” e das dinâmicas de mestiçagens na Ibero-América. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Org.) *Dinâmicas de mestiçagens no mundo moderno: sociedade, culturas e trabalho*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016, p. 45 - 70.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. (tradução de Viviane Ribeiro) São Paulo: Edusc, 2005.

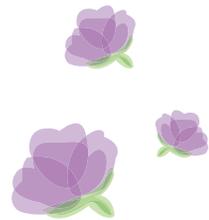
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, 1995, p. 71-99.



Seção



F



Entrevista



ENTREVISTA – DANIELLE COSTA CARRARA COUTO

Amazônida, mãe, professora, pesquisadora e Diretora Adjunta do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão (Nitae²) - UFPA, Danielle Costa Carrara Couto, é formada em Ciência da Computação pelo CESUPA, como bolsista FIES; Mestra em Engenharia Elétrica; e Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Hoje, desempenha um importante papel profissional na área de Tecnologias Educacionais, Banco de Dados e Ciência de Dados nos campi Ananindeua e Belém, da UFPA.

Fundadora das Manas Digitais, projeto que busca promover na área de Tecnologia da Informação (TI) um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todas as pessoas, principalmente da região amazônica. Promove formações focadas em pessoas em início ou transição de carreira, residentes na região Norte. No período pós-pandemia, expandiu sua atuação para a área de educação corporativa e consultorias, em parceria com empresas nacionais, e fundou a TacaCode Hub – pós aceleração do BNDES Garagem em 2023, quando foi a única representante do Norte como finalista do ciclo Criação. Foi ainda premiada, em 2024, entre as 6 *startups* mais promissoras do Norte do Brasil, na aceleração Mulheres Inovadoras do FINEP/MCTI.

Mulheres Amazônidas na Tecnologia: quando ativismo tecnológico e ambiental se encontram

Entrevistadora - Qual foi a sua inspiração para a criação do projeto Manas Digitais? Como ele tem relação com a sua história de vida?

DCCC – Na verdade não foi uma inspiração, foi uma resignificação, porque no período da minha gravidez eu fui assediada moralmente, e isso me abalou muito. Eu tive toxoplasmose na gravidez e fui assediada por meu diretor e sua vice-diretora, um homem e uma mulher. Nesse caso, não foi questão de gênero, foi questão de poder e de cultura. Por eu estar grávida e ter que me afastar da Universidade, fui perseguida. Questionaram: como eu tiraria a licença se prejudicaria os alunos?! Como se eu não tivesse o direito de entrar de licença-maternidade, para eles.

Aquela perseguição me fez muito mal e acabei sendo diagnosticada com depressão. Passei por um longo processo de cura, tive a minha filha durante esse período. Toda essa situação, por um lado, me causou muita vulnerabilidade, porque eu estava no processo de matinar, e sofrendo por tudo aquilo ao mesmo tempo. Mas, por outro lado, também foi muito libertador, porque eu resignifiquei a minha vida toda! No processo da terapia, imaginei que tinha duas opções: ou eu passava o resto da minha vida com raiva, ou eu podia pegar o que aconteceu comigo e ajudar outras mulheres, para que elas não passassem pelo que eu passei. E assim nasceu a vontade de trabalhar as questões de gênero na Tecnologia.

Cheguei a processar, em instância federal, a Universidade onde eu sofri assédio moral. Foi nesse nível a minha luta e eu consegui, via ação judicial, uma liminar para redistribuição. Então saio da minha antiga Universidade, volto para a Universidade Federal do Pará, a qual eu fiz o concurso inicialmente, e sou acolhida pelo campus de Ananindeua, na época, um campus novo, e isso foi

muito bom porque era perto da minha família, eu estava voltando para casa. Passei minha adolescência e juventude em Ananindeua e meus pais moram até hoje lá.

Mas não foi uma vitória. A universidade teve que me liberar, porque eu provei que tinha o direito à licença, mas não sinto que ganhei justiça. Porque quando você vai até a terceira instância, como foi o meu caso, é um custo muito alto: gasto emocional, financeiro. E tudo recorrendo e os juízes não aceitavam que uma mulher fosse assediada na gravidez. E todos os juízes homens. Não adiantava colocar laudo de que eu tinha toxoplasmose, estava de licença-maternidade, licença-saúde. Foi terrível. Os processos foram nesses vieses de gênero também, desde relações de trabalho à justiça, tudo.

Eu fui violentada de diversas formas: judicialmente, no trabalho, psicologicamente, emocionalmente. Eu não queria levar o ciclo da violência para a eternidade. Então, no processo de cura (que nunca termina), quando eu recebi alta da psicoterapeuta e do psiquiatra, eu só afirmava: “eu não vou levar essa raiva comigo, eu não vou levar esse ódio no coração”. Decidi trabalhar isso que eu vivi e transformar numa experiência significativa em que eu pudesse ajudar outras meninas e mulheres. Então nasceu o meu projeto de extensão, dentro do Campus de Ananindeua, para trabalhar com as mulheres da região, ensiná-las a se empoderarem através da tecnologia. Eu acredito que a equidade passa por uma discussão entre homens e mulheres, a gente tem que se reconstruir. Não adianta só a mulher trabalhar a cabeça dela e os homens continuarem a pensar como no século passado.

O meu propósito era buscar desenvolver relações mais saudáveis. Me aproximo de um grupo de mulheres, muitas delas mães de meninos. Elas tinham essa falsa ideia do feminismo, como algo de raiva contra os homens, e me falavam: “Dani, eu não posso odiar o meu filho. Eu quero criá-lo para que ele seja um homem diferente. E eu preciso ter essas discussões na minha casa, com o meu marido, com os meus alunos?”. Nesse momento, me aproximo especificamente de mães da computação, como a Gabryella Rocha Rodrigues da IFPA, a Regiane Kawasaki da UFPA, e Márcia Honci da Unama à época, todas mães de meninos.

Queríamos fazer diferente: todas sendo da computação, decidimos atuar através da inclusão digital, do empoderamento via tecnologia, que é o que fazemos de melhor. Começamos com algumas ações extensionistas, ainda não era o Manas Digitais. Fizemos o primeiro projeto, que foi submetido à chamada nº 31/2018 do CNPq/MCTIC - Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação. Pleiteamos levar para as escolas públicas essa discussão. Escrevemos um projeto que nos representava, porque a gente tinha o interesse de trabalhar a equidade de gênero nas escolas públicas, não segregando. A gente queria levar essas discussões para meninas e meninos.

Focamos na evolução dessas meninas, em incentivá-las, mas não deixamos os meninos de fora. E, no projeto do CNPq, fomos batizadas dentro das escolas públicas com o nome Manas Digitais. Posteriormente, registramos a marca e depois fomos evoluindo para que continuássemos nossas ações de equidade de gênero na tecnologia.

Entrevistadora - Quando você fala de todo o seu processo de tornar-se mãe, é muito bonito porque sentimos que realmente moldou toda a sua forma de atuação no mundo, a partir de então. Como você enxerga a participação de mães, mulheres amazônidas nas carreiras de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática)? O que elas trazem para essas carreiras? E como atuar nessas carreiras muda a vida dessas mulheres?

DCCC – Ser amazônida na tecnologia já é um desafio gigantesco, porque os incentivos que a gente



recebe não são para tecnologia. As pessoas que estão lá na ponta, entendem que, para a maioria das meninas, o incentivo, a previsão de vida delas, é só casar e ser mãe.

No geral, a nossa cultura é do serviço e do cuidado. Muitas das mulheres aqui da região vão para carreiras como as de enfermagem, pedagogia, serviço social, etc. Não há incentivo para carreiras mais duras, que são as engenharias, a matemática, as ciências exatas. Inclusive, a própria família desconhece, muitas vezes nem incentiva, porque não conhece mulheres que atuam nestas áreas, não se fala sobre mulheres nessas profissões, e as famílias, que já não têm esse contato, acham estranho.

A questão da maternidade é um peso maior ainda. Quando olhamos para nossa população, aqui no Norte, a maioria das mães são solas. Eu sou uma mãe solo. Eu represento essas mulheres que criam seus filhos sozinhas em nossa sociedade hoje.

Apesar de todas as dificuldades que vivi, eu sei que hoje estou em um lugar mais privilegiado porque sou servidora pública, então eu tenho um custo fixo, renda fixa e condição de pagar uma escola para minha filha, por exemplo, que a maioria das mulheres aqui da região não tem. Muitas vivem do trabalho informal, nunca tiveram carteira assinada, não têm acesso à previdência ou ao INSS.

Essa análise vem da experiência de dar aula no Parfor (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), na interiorização da UFPA, de ir para as escolas públicas conhecer as mães das crianças que participavam dos projetos das Manas Digitais. Vemos uma realidade não do viver, mas do sobreviver.

Isso é muito pesado, se eu olhar para a história da minha família, da minha avó, da minha mãe, das minhas tias. O que é que elas tiveram? Não tiveram muitas oportunidades. Quando eu digo oportunidades, elas não tiveram escolha. Então elas só tinham uma opção: casar e ter filhos. E, a partir disso, elas se construíram nas suas trajetórias. Eu tive a opção de ser mãe. Eu não fui obrigada a ser e isso é muito forte na minha história. Foi uma escolha que eu fiz. Em um determinado momento da minha vida, eu olhei para mim, fiz a reflexão, e eu decidi maternar. Mas foi uma escolha, um divisor de águas na minha forma de pensar e viver. Porque, quando eu fiz essa escolha, eu a fiz consciente. Eu sabia que, ao ser mãe, minha vida mudaria. E eu não esperava ser recepcionada com assédio moral logo de cara, infelizmente.

A maternidade me trouxe (parece clichê), mas me trouxe o que hoje eu entendo – a partir das leituras de bell hooks – que amor é construção, não é sentimento, é construir. Autores como Simone de Beauvoir, Paulo Freire, Chimamanda Ngozi Adichie, Ailton Krenak, entre outros, me ajudaram a construir minha cosmovisão. Quando a minha filha nasceu, teve um impacto muito grande pra mim. A partir do momento em que ela estava na minha barriga ainda e as pessoas perguntavam nas lojas se era menina ou menino. E tinha o lado da loja que era de menina e o lado da loja que era de menino. Eu me questionava muito: “por que minha filha recém-nascida não pode vestir preto? Por que a cadeirinha dela de comer papinha, não pode ser verde musgo?”. Eu sei que parece um detalhe simples, de cores, de paleta, mas isso já reflete a forma como as meninas são vistas no mundo.

E eu que sou mãe de uma menina, deu um peso maior para minhas reflexões, eu olhava para mim e dizia: “eu fui menina, eu vivi isso desde pequenininha”, “não pode isso, não pode aquilo”, “você tem que fazer assim, você tem que se comportar dessa forma”. Naquele processo de maternar, e maternar uma mulher dentro de mim, começou a nascer essa sementinha de me incomodar com a questão de gênero na sociedade. Ser mulher é um custo muito alto no mundo.

E vou me reunir com outras mulheres que querem discutir essa construção de mundo, de relações mais saudáveis, de trazer a equidade para uma questão mais prática da vida, usando como

ferramenta o ensino de tecnologia. Porque a tecnologia permeia tudo. E transformamos isso numa ação nossa, não somos do mundo das discussões, reflexões, você não vai ver eu escrevendo um livro teórico. Eu vou falar relatos de experiência, das ações, é a partir da vida prática que vamos para esse combate com relação à questão de gênero nas STEAM. Quanto mais mulheres nas STEAM, normalizamos serviços, produtos e relações mais saudáveis em áreas que também têm grande impacto em nosso dia a dia.

Entrevistadora - Você pontuou bastante o impacto que a bell hooks teve no seu trabalho, apesar de, pelo senso comum, parecer que, em tecnologia, sentimentos e afetos não se misturam. De que forma a inclusão digital pode ter impactos em relação à causa ambiental e outras lutas na Amazônia?

DCCC – Quando a gente começou as Manas Digitais, não tínhamos a intenção de trabalhar nessa questão de meio ambiente, mas ele foi surgindo pelo nosso contexto regional. O primeiro *software* que a gente desenvolveu foi o jogo “Olha o Boto!”, um pedido de mulheres da etnobiologia da UFPA, como Angélica Lúcia Rodrigues, que trabalhavam com crianças de escolas públicas e crianças ribeirinhas a questão da violência sexual infantil, pois, em alguns territórios, a lenda do boto é uma forma de lidar com a violência do incesto e outros assuntos tabus nessas comunidades. Fomos chamadas para entender, compreender melhor essa condição e apoiar com o desenvolvimento de uma ferramenta digital. Então, criamos o jogo com apoio de toda equipe do projeto Bioma (Biologia e Conservação de Mamíferos Aquáticos na Amazônia). Foi um aprendizado gigantesco.

Desenvolvemos o primeiro jogo, voltado para a importância ecológica do boto para os rios da Amazônia, de uma forma muito delicada, porque também não poderíamos atacar nossa cultura e as lendas. Então os jogos passaram a fazer parte da nossa vida no projeto e da minha carreira como mulher da computação, pois eu já tinha produzido no interior do Pará outro jogo chamado “Urihi”, sobre conscientização ambiental para filhos de pequenos agricultores. Levamos para as escolas públicas do sul do Pará e foi maravilhoso, porque realmente retratava o que eles viviam na vida diária, e falava de uma forma muito simples como trabalhar a questão do reflorestamento, chamar/denunciar ao Ibama, e conscientizar turistas que sujam as beiras dos rios, tudo isso brincando com a tecnologia.

Muitos anos depois, com as Manas Digitais, atuando nas escolas públicas no projeto do CNPq em 2019, as próprias crianças deram a ideia de desenvolver um jogo sério sobre a questão epidemiológica. Isso, mesmo antes da pandemia! Eles já sabiam dos problemas de saneamento, discutiam isso nas escolas e sabiam que Ananindeua, o território onde o projeto atuava, era uma das cidades com menos investimentos em saneamento do Brasil e que isso tem uma repercussão gigantesca na questão de saúde pública. Tinham focos de chikungunya, dengue, febre amarela e, a partir destes problemas, criamos com elas o “Apoena”, um jogo onde mapeamos esses focos com ajuda de celulares, a partir de geolocalização, e as crianças discutiam como ajudar a conscientizar os moradores sobre estes problemas, para não deixar esses focos tomarem conta, ensinando e aprendendo conceitos epidemiológicos simples.

Eu acredito que não tem como fazer tecnologia na Amazônia sem falar de sustentabilidade. Não tem como ensinar tecnologia sem falar da questão ecológica. Nós moramos aqui, e de que forma a tecnologia pode nos ajudar? Por exemplo, dentro do geoprocessamento, o curso em que atuo dentro da UFPA hoje, tem como monitorar, analisar dados via satélite etc., e essa tecnologia é muito importante para apoiar a vida sustentável na Amazônia também. Agora, a questão é: quem está usando esses dados? E está usando para quê? Quem tem acesso? Essa é a grande questão. É



por isso que a democratização da informação, dos dados abertos é tão importante. E, para além de saber como usar essas ferramentas, também proteger nosso território.

E aí é que está o grande pulo do gato! Enquanto a gente continuar comprando essas soluções prontas que vem de fora, não vão representar o poder que tem a experiência que nós temos de viver num ambiente amazônico. Ainda assim, continuamos dando mais valor e comprando coisas de fora de pessoas que não sabem nada sobre nós. Não podemos ser só consumidores. A gente tem que começar a nos tornar produtores. Essa é a grande pegada das Manas: levar capacitação, conhecimento técnico, tanto para as escolas públicas quanto para as mulheres e demais comunidades da região Norte.

Hoje, ampliamos nossa atuação e nos tornamos uma *startup*, a TacaCode Hub, trabalhamos com homens e mulheres, mas a gente sempre promove empoderamento tecnológico de comunidades. Não trabalhamos com público abastado. Pois, quando a gente fala negócio de impacto, é que realmente a gente quer ver mudanças serem feitas na vida dessas pessoas, na história dessas pessoas. E, por mais que a gente não ganhe dinheiro para virar um Bill Gates da vida, isso nunca foi nossa intenção. Está tudo bem o Gates lá e Nós aqui. Minha meta de vida é justamente isso: ressignificar a dor e transformar isso em um legado. Mas um legado para onde eu nasci, para minha região, onde eu fui criada, para as pessoas daqui. Para que eu não veja outras Danielles passarem pelo que eu passei. E que outros homens e mulheres não façam o que fizeram comigo.

Entrevistadora - Você comentou a questão de estarmos importando soluções que não nos servem e, em termos de COP30, quais pontos de atenção deveriam ser trazidos para a pauta e que pouco se fala?

DCCC – Eu tenho muitas ressalvas sobre a COP30, não considero um processo muito participativo. Ficou na mão de poucas pessoas. Um grande balcão de negócios. O que me preocupa é que os negócios na Amazônia deveriam ser muito bem pensados, porque a gente tem um potencial gigantesco, mas quem lucra, muitas vezes, não somos nós que vivemos a Amazônia.

O que observo, a partir da minha experiência, é que as pessoas vêm para cá, ganham dinheiro e depois vão embora. Elas nem são daqui, ganham dinheiro e não estão nem aí pra Amazônia. E quem está aqui, que realmente se importa, os investimentos não chegam na gente.

Sinto falta, da organização em torno da COP30, de chegar de fato nas pessoas que fazem a Amazônia. Mas acabou ficando na mão de um grupo muito específico, muito especializado, muito político. Vi várias críticas de colegas que trabalham no ecossistema de negócios, inclusive o pessoal das *startups*, dizendo que quem está comandando é o pessoal lá de fora. As próprias universidades que foram convidadas para ciceronear o processo da cooperação são de fora. E a UFPA até agora não conseguiu entrar. Para você ter uma ideia, a Universidade Federal do Pará, que é uma universidade reconhecida internacionalmente, a maior em impacto internacional da região norte brasileira, não tem um lugar na COP30. Então, tenho a impressão de que esse processo não foi muito participativo.

Acredito que faltou a escuta ativa das pessoas daqui. Inclusive, quando vou falar com a população que eu convivo, do entorno da universidade, não sabem o que é COP30, falam: “Para que é esse negócio? O que é isso? É um evento? Vem o pessoal para cá para quê?”. Eles não sabem nem o que está sendo discutido. Então, para mim, isso é muito triste.

Abriu uma vitrine para gente, eu fico feliz que o mundo vá falar de nós e vá nos ver em algum momento. Vão ouvir e ver que existe Belém do Pará, é importante essa visibilidade que nós ganhamos. Mas realmente não consigo dizer que eu estou empolgada, porque eu vejo que quem

está realmente ganhando com a COP30 não somos nós da região. Ainda são as pessoas do Leblon do Rio, são as pessoas da Faria Lima de São Paulo, mais do mesmo, estão nas mesmas posições e não se dão ao trabalho nem de sentar e fazer uma colaboração conosco.

Como se negócios só pudessem ser feitos por pessoas fora daqui, não concordo com essa posição colonizada sobre nós. Eu espero que alguma coisa fique para nós. Não sei o quê exatamente. Não sei se vai ficar só desmatamento. Mas, assim, eu espero que alguma coisa fique para nossa população que precisa. Infelizmente, para mim, ainda é difícil falar da COP30, porque eu estou meio cética. Quero ver para crer, espero que o evento em si seja melhor do que o que até agora se apresentou.

Entrevistadora - Quais são os principais riscos que os ativistas ambientais correm hoje na Amazônia em se tratando de cibersegurança?

DCCC – É difícil. Acompanhei ano passado, no Congresso Internacional da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos), como ter acesso a dados aqui na nossa região. E falar de monitoramento ambiental, de preservação – apesar de termos ferramentas, e elas terem trazido também muitos benefícios –, existe a questão do risco de vida do próprio ativista ao se envolver com estas investigações.

Antigamente, pra fazer investigação, tinha que ser *in loco*. Apesar de eles ainda precisarem de alguns pontos focais aqui, hoje tem pessoas monitorando a Amazônia que nunca pisaram aqui. Por causa das tecnologias de monitoramento, eles conseguem fazer denúncias, criar um jornalismo investigativo para identificar através de *blockchain*, por exemplo, que a carne que está sendo vendida em São Paulo foi retirada de terras indígenas invadidas em Roraima. E, aqui na nossa região, a gente carece muito desse monitoramento.

Tem coisas absurdas acontecendo e, quando o próprio poder público não chega em todos os lugares, quem vai chegar? Os ativistas. Eles precisam se apropriar dessas ferramentas. E é complicado, porque às vezes eles podem se transformar em alvos ao usarem essas tecnologias. Uma vez eu estava com indígenas no interior do Pará e comentei com eles da possibilidade de fazer um treinamento para usar drones na segurança de seu território, mas eles relataram que, se utilizassem um drone ali, iriam atirar em sua comunidade, sitiada por grandes grupos de agronegócio.

Eu fico muito sensibilizada, porque às vezes não usam por medo, apesar de precisarem desse conhecimento: de saber lidar com a questão da cibersegurança. E sabemos que nossa população carece de formação nesse sentido. E quando eu falo de formação, não é nem formação acadêmica. O ativista que está lá na ponta não tem condição de parar tudo e entrar numa universidade, fazer quatro ou cinco anos de curso. Então, tem que ser uma formação direto ao ponto. Tem alguns movimentos buscando fazer isso, como o pessoal do CPA Amazônia (Centro Popular de Comunicação e Audiovisual), Universidades com projetos de extensão para inclusão digital, etc. Estas ações trabalham a questão dos direitos digitais, direitos humanos. Entretanto, como grupos isolados, sinto falta de um canal de comunicação entre os grupos, para uma defesa coordenada. Porque está todo mundo muito longe geograficamente, todo mundo no corre, ainda mais quem é ativista, tem vários empregos. Muitos não conseguem viver exclusivamente do ativismo, então tem que trabalhar em alguma coisa e fazer o corre por fora do que ele defende.

Então, acredito que é um processo muito complexo, mas a gente não tem como fugir disso agora. Essas pessoas têm que se apropriar, têm que usar essas ferramentas, esses dados. Mas o grande problema é que muitos desses recursos são caros. Para você ter internet via satélite hoje no



Amazonas, por exemplo, o plano de dados é muito caro. Quem consegue bancar isso? Os ruralistas, os garimpeiros, eles têm dinheiro. É desigual a questão do acesso ao digital na nossa região. Então a gente precisa se unir. Vejo que é a única saída, porque, no final das contas, nós que moramos aqui, nós que vivemos na Amazônia. Nós por nós sempre!

Entrevistadora - Você trouxe uma questão interessante de que cibersegurança não é só digital, ela se mescla muito com a questão física também e a importância de nos unirmos. Quais são suas principais referências em relação à tecnologia, meio ambiente e gênero na Amazônia?

DCCC – Eu comecei a trabalhar dentro da universidade e conhecer bons parceiros. Tive um trabalho maravilhoso em Marabá, com uma professora chamada Lucélia Cardoso, hoje vice-reitora da Unifesspa. Fico muito feliz que ela tenha chegado nesse cargo, ela merece. Ela é filha de Marabá. É uma mulher da região. Então, chegar em um cargo desse, uma mulher de liderança, que ama o lugar que ela está. Trabalhei com ela na questão da acessibilidade, tecnologias assistivas, com crianças PCDs em escolas públicas.

Minhas experiências com essas mulheres da área acadêmica foi o que me aproximou das referências de meio ambiente. Então, eu comecei lá com a Lucélia, depois eu venho para Belém, eu escuto e leio a Zélia Amador de Deus, que é uma referência em diversidade e luta na questão étnico-racial. Não tive o prazer de trabalhar com ela, mas cheguei a fazer um curso de heteroidentificação.

Na área ambiental, tive o prazer de trabalhar com a Tatiana Pará, que é uma mulher do Instituto Federal do Pará, que ensina meninas a dominarem as geotecnologias. E, para você ver como é legal quando a gente vai fazendo a rede de mulheres que têm os mesmos propósitos, eu me lembro que tive uma aluna e um dos professores se negou a dar aula para ela de drone, porque ela estava grávida. Segundo ele, essa aluna não poderia fazer uma viagem de campo. A menina ficou arrasada. Então eu comentei com a Tati Pará, que também trabalha com drone, e ela disse: “Dani, manda ela para mim. Eu dou aula para ela.”, sem ganhar nada. Consegui fazer o arranjo e a menina fez duas semanas de aula dedicada, grávida, com a Tati na IF. Foi uma mulher ajudando a outra mulher para dar suporte a uma terceira que queria se formar e estava grávida.

A Tati é essa profissional do meio ambiente, ela é formada na área e tem todo o *know-how*. Nós nos aproximamos para trabalhar em um aplicativo, junto com o pessoal do Bioma também, no projeto de monitoramento dos mamíferos aquáticos da Amazônia. E, por exemplo, quando encalha um peixe-boi, ou um boto, os ribeirinhos conseguem marcar no aplicativo, mesmo onde não tem internet. Quando ele volta para a cidade, envia a localização e aciona a equipe que pode ajudar a resgatar esses animais. São trabalhos bonitos que surgem em meio às demandas das Universidades da região.

Quando eu me aproximo dessas pessoas, ninguém trabalha querendo virar o Steve Jobs. Não temos qualquer intenção de nos comparar com uma realidade tão distante. A gente trabalha porque a gente ama o lugar que a gente vive. A gente ama as pessoas que vivem aqui. Por isso que eu falo que a bell hooks tem muito a ver com o meu trabalho. Porque não tem como eu falar das Manas e não falar do meu amor pela educação. Se eu estou hoje na sala de aula é porque eu escolhi ser professora. Eu podia estar na área comercial, fazendo *software* para as grandes empresas. Mas eu não quis. Eu queria desenvolver um trabalho que significasse alguma coisa para mim e para os meus territórios. Hoje eu dou aula no mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES). Muitas pessoas chegam ao

programa, cheia de dúvidas, de medos, e dizem: “Meu Deus, eu estou trabalhando, eu sou mãe de três filhos, faz dez anos que eu estou longe da universidade”. Para mim é fenomenal poder chegar e responder: “a gente vai conseguir, vamos terminar isso aí juntos”. E é importante ver essas pessoas crescendo e atuando aqui na região!

Foi dentro da universidade que eu consegui fazer essas parcerias. Como o pessoal do BIOMA, que orgulho de dividir vários projetos com a Angélica Rodrigues, por exemplo, além da Joyce Kelly do Rosário da Química, entre outras. Vamos conhecendo aos poucos cada uma e hoje eu tenho o prazer de integrar um grupo forte na UFPA, que é o PPGCIMES, onde eu fui conhecer outras mulheres, como a Marianne Kogut, Fernanda Chocron, Suzana Lopes, e Arlete Marinho. A Arlete tem um trabalho incrível de acessibilidade na UFPA, é liderança dos núcleos de acessibilidade do Brasil na Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Ela representa todos, e que trabalho incrível, cara! Aqui no Pará, estamos em nível de alta qualidade de pesquisa em acessibilidade nas Universidades Federais, se for comparar com outras regiões do país. Hoje, dentro da região, minhas fontes de inspiração na área ambiental são essas mulheres e homens, porque tem homens também, por exemplo, o professor Lúcio Miranda e Marcelo Vasconcelos do Geoprocessamento, além do professor Alan Nunes, da Geografia, prof. Hervé Rogez, da Biotecnologia, que trabalham na Amazônia, com respeito por esses grupos, para preservar/pesquisar com sensibilidade nossa região. E, às vezes, eles nem são famosos, nem bolsistas de produtividade. São pessoas que têm trabalhos maravilhosos.

Nós amazônidas somos muito acolhedores. Nós queremos botar todo mundo na mesa. E a gente leva isso para o nosso trabalho, para nossa vida e para academia também. É a nossa cerejinha de bolo que ninguém consegue imitar lá de fora. Não adianta querer dizer que vai fazer igual se não viveu aqui. Não foi criado pelas nossas avós!

E, porque hoje faço ciência e negócios, me envolvi com questões dos negócios de impacto e muitas vezes vamos para as acelerações de fora (a maioria dos programas que a gente fez é de fora), alguns têm essa visão capitalista, da competição, essa visão de acabar com a concorrência “porque eu tenho que ser o melhor”. Enquanto, aqui, nós estamos em outro processo: todo mundo se ajudando, sendo colaborativo, crescendo juntos!

Por passarmos por tantas dificuldades e sermos a periferia do Brasil, o país olha para a gente ainda com o mesmo desdém dos colonizadores. Como se tivéssemos que receber caridade e não fôssemos competentes para cuidar da nossa região. Então, eu acho maravilhoso conhecer essas pessoas, inclusive quem nem está na academia. Por exemplo, o Pitawan Tembê, que se formou como engenheiro ambiental e hoje é uma liderança para o povo Tembê; com essa formação, mas com um olhar voltado para uma cosmovisão que não pensa em desmatar para lucrar, mas sim em defender e garantir que o que temos hoje chegue a outras gerações. Porque podemos conviver de forma harmoniosa com a natureza e os dois se beneficiarem. Hoje são essas pessoas que eu posso falar que são as minhas referências, mas não são só elas, têm tantas, não vou conseguir lembrar de todas.

Entrevistadora - O que significa ser uma mulher Amazônida da Tecnologia para você?

DCCC – Eu diria que é resistência, porque tudo no meu caminho foi feito para eu desistir. Quando eu escolhi curso de eletrônica, lá atrás, me diziam: “Para que tu vais fazer eletrônica?”. Depois eu escolhi ciência da computação, onde se formaram apenas três mulheres e mais de trinta homens. A maioria dos meus amigos, para conseguir bons empregos, saíram de Belém. Não tinha nem ecossistema de tecnologia, ou você tinha que esperar a galera que estava nos postos de trabalho



daqui se aposentarem para conseguir um emprego, ou você tinha que ir embora para conseguir vagas melhores lá fora. Eu vi muitos amigos meus, bons programadores, bons analistas, todos irem embora. E eu resisti, fiquei e trabalhei 15 anos em várias empresas da região. Fiz meu nome aqui, os profissionais começam a me respeitar, porque eu realmente merecia estar nos cargos que eu ocupei, porque eu me esforcei muito para ocupar aqueles lugares. Mas não conseguia me ver apenas naquela função, eu queria mais, eu queria crescer.

Fui para a universidade, fiz mestrado, doutorado, e todo mundo disse que eu não conseguiria passar por tudo isso trabalhando. Eu recebi bolsa durante apenas um ano, no início do doutorado, e logo depois eu perdi, porque eu passei em concurso no interior do Pará. A minha orientadora de doutorado, Maria Paula Cruz Schneider, me deu muito apoio. Graças a Deus, era uma mulher, não sei como seria se fosse um homem, quando decidi, no fim do doutorado, parir a minha filha e a tese juntas.

Nessa jornada, eu ouvi de muitos amigos, colegas, pessoas que seria impossível, mas isso me deu uma resistência muito grande, ninguém me parou! Eu iria estudar mesmo trabalhando, mesmo meus pais só tendo o ensino médio, pagando meus boletos durante o processo, sem bolsas, mas sem desistir do sonho de um dia virar pesquisadora na Amazônia.

E, na região, as coisas foram melhorando com o tempo na tecnologia, tiveram algumas iniciativas como o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, empresas começaram a chegar, e ainda assim é um mercado restrito para o que poderíamos nos tornar. Essa é também uma questão política, é preciso do incentivo do Estado. A gente tem aqui do lado Manaus, que é um excelente exemplo. Eles fizeram uma zona franca, conseguiram chamar indústrias, grandes empresas, movimentaram essa área da tecnologia de lá. E aqui a gente não vê isso do nosso poder público.

Inclusive, há pouco tempo houve um movimento gigante, pedindo a Campus Party em Belém; as comunidades de tecnologia se reuniram e ficamos chocados, porque o poder público não correspondeu. Esperávamos que houvesse, por parte deles, alguma iniciativa de articular com o pessoal da Campus Party Nacional e conversar sobre essa possibilidade. É muito triste ver que até os nossos próprios governantes não têm essa visão de futuro sobre a região e como a tecnologia é importante neste processo: não só comprar tecnologia, mas ser produtores de tecnologia. É muito triste, porque a gente tem um potencial gigantesco de pessoas aqui.

Ser uma mulher amazônida na tecnologia, para mim, foi resistência, mas, ao mesmo tempo, é um orgulho danado! Outro dia eu estava em Brasília, fui pegar um avião e alguém na fila me reconheceu pelas Manas Digitais; eu fico feliz de saber que esse trabalho deu frutos. Hoje temos meninas que estão chegando em lugares que não cheguei e eu fico muito feliz por elas. Elas estão fazendo mestrado na Unicamp, UEMA, trabalhando como sênior em grandes empresas brasileiras, etc. São mulheres amazônidas que levam o nosso DNA para o mundo da tecnologia! Eu gostaria que mais meninas, e também meninos, chegassem nessa posição, e que a gente construísse uma cultura de que tecnologia e inovação também são para pessoas da nossa região.

Eu considero maravilhoso, por exemplo, o movimento da periferia daqui. Quando vejo o Tecnobrega, o Eletrobrega, a aparelhagem, eles usam tecnologia, conseguem gravar/remasterizar, fazer música e grandes eventos com pouco recurso. Conseguem fazer um movimento cultural com nossa batida, nossa língua, nossas referências, e isso é fenomenal e verdadeiro. Eles não repetem nada de fora. Eles estão fazendo uma coisa que é nossa, com a nossa cara. E isso é lindo demais!

Quando eu me apresento como mulher da tecnologia da Amazônia, é muito importante pra mim ter a cara da Amazônia. Aonde eu vou, eu tô levando uma roupa, eu tô levando um brinçã, eu tô levando nosso artesanato, é muito rápido as pessoas olharem para mim e dizer: “Essa mulher não é daqui, ela veio de algum lugar que eu não conheço”, eu faço questão de mostrar que eu realmente sou daqui porque, graças às Deusas, isso também está nos meus traços, sou uma mulher da Amazônia e sou uma mulher afro-indígena, com muito orgulho.

Outro dia fui à PUC-Rio representar a UFPA em um evento internacional de discussão sobre a Inteligência Artificial (IA), Ética e Meio Ambiente. Estive no painel “IA e Meio Ambiente”, e mesmo a IA sendo uma baita revolução, ela também implica em questões ambientais, como o uso massivo de energia elétrica, o uso de água para resfriar os *Datacenters*, e isso traz um custo de recursos naturais muito alto. Tanto que o Norte Global envia para o Sul Global sem reclamar, os *Datacenters*, que vão consumir nossa água e energia elétrica. Poucos param para discutir sobre isso, e tem soluções tão simples, mas que envolvem dinheiro e investimento. Como é o caso da China, por exemplo, que está construindo estruturas de *Datacenters* embaixo do mar. Mas tem que ter dinheiro para fazer isso. Existem soluções, mas quem quer bancar isso?

As pessoas têm mania de falar de sustentabilidade e a questão do meio ambiente como se fosse uma coisa muito longe de nós e não é. Nós já estamos vivendo isso na Amazônia. Quando a gente vê o impacto da seca no rio Amazonas e as queimadas no interior do Pará. Isso tem um impacto na nossa vida. Esses desastres naturais já repercutem na mesa de nossa população brasileira. E vai repercutir na mesa de todo mundo, do mais pobre ao mais rico. A única diferença é que o mais rico ainda vai conseguir continuar se alimentando e o mais pobre vai ter dificuldade. É a camada mais pobre da população que vai sentir esse impacto das crises ambientais.

Por isso, acho importante estar nesses lugares. Voltando ao evento na PUC-Rio, uma das minhas primeiras falas foi: “Eu sou uma cabocla amazônica, eu sou formada pela Universidade Federal do Pará, eu sou uma cientista, mas vocês não vão me ver publicar na *Science* nem na *Nature*. E está tudo bem! Porque a minha função como cientista é fazer ciência na região amazônica. E se eu nunca for citada na *Nature*, e *Science*, não faz parte das minhas aspirações. Eu sirvo a minha população, ao meu território. E aqui eu vou contar para vocês como é que eu faço isso como uma mulher da computação no Pará.”

Ser uma mulher Amazônida na tecnologia é isso: é ser resistência.

ENTREVISTADORA

Celina Leila Chagas de Oliveira Coelho – Comunicóloga pela Universidade da Amazônia, com especializações em Gestão Social e Sustentabilidade (UNICENP/PR) e em A Moderna Educação (PUCRS). Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (UFPA).